



esboços

histórias em contextos globais

DOSSIÊ

Histórias conectadas da Idade Média

2020
jan./abr.

V. 27
N. 44

ISSN
2175-7976





esboços

histórias em contextos globais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo César Balthazar

Vice-Reitora

Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Miriam Furtado Hartung

Vice-Diretor

Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Lucas de Melo Reis Bueno

Catálogo na fonte pela DECTI da Biblioteca da UFSC

Esboços: histórias em contextos globais / Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.-- v. 1, n. 1 (1994). – Florianópolis : PPGH/UFSC, 1994 -

Semestral 1994-2018; Quadrimestral 2019 –
Resumo em inglês e espanhol

A partir de 2008, disponível no portal de periódicos da UFSC em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/>
ISSN 1414-722x
E-ISSN 2175-7976

1. História – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História.

CDU: 9

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

PUBLICAÇÃO INDEXADA EM:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
Dialnet

DOAJ - Directory of Open Access Journals

ERIH PLUS - European Reference Index for the Humanities and Social Sciences

Genamics JournalSeek

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

LIVRE - Revistas de Livre Acesso

PKP – Public Knowledge Project Index

Portal de Periódicos - CAPES

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras



EDITORA-CHEFE

Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Alex Degan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Beatriz Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Fábio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Flávia Florentino Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Rodrigo Bragio Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Tiago Kramer de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Fortes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Aldo Marchesi, Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai
Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
Edmé Dominguez, University of Gothenburg, Gotemburgo, Suécia
Eunice Sueli Nodari, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Henrique Espada Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
João Júlio Gomes dos Santos Júnior, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Rafael Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Thiago Nicodemo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil
Uiran Gebara da Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil
Aldrin Moura de Figueiredo, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Ana Livia Bomfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil
Andréa Doré, Universidade Federal do Paraná, Paraná, PR, Brasil
Benito Bisso Schmidt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Cristina Scheibe Wolff, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
Élio Cantalício Serpa, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil
Erick Assis de Araújo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
Hugo Antonio Fazio Vengoa, Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia
João José Reis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil
José Antonio Piqueras, Universitat Jaume I, Castelló de la Plana, Espanha
Karin Hofmeester, University of Amsterdam, Amsterdã, Holanda
Kostas Vlassopoulos, University of Crete, Creta, Grécia
Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil
Mateus de Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil
Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Paulo Fontes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Rafael de Bivar Marquese, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Sebastian Conrad, Freien Universität Berlin, Berlim, Alemanha
Sergio Serulnikov, Universidad de San Andrés, San Fernando, Argentina
Tamar Hodos, Bristol University, Bristol, Inglaterra

ESTAGIÁRIA

Bruna Vitória Grando, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil



CAPA

Pablo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO

Lara Benedet
Pablo Figueiredo

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani – Editora Milfontes

REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMALIZAÇÃO

Algo Mais Soluções Editoriais

REVISÃO DE INGLÊS

Cláudia Flores Pereira – Lectura Traduções

APOIO

Programa de Pós-Graduação em História - UFSC

AVALIAÇÃO DOS ORIGINAIS

Visando garantir a qualidade e idoneidade do processo de avaliação, a *Esboços*: histórias em contextos globais adota a avaliação “duplo-cega” na qual nem o nome do autor, nem o nome do parecerista são revelados. A revista mantém uma comissão permanente de avaliadores em seu Conselho Consultivo e conta também com revisores *ad hoc*, convidados conforme sua especialidade e reconhecimento na área, para emitir parecer sobre as contribuições recebidas.

As opiniões expressas nos textos publicados são de responsabilidade dos autores.

ESBOÇOS

Programa de Pós-Graduação em História
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Bairro Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88.040-900
Telefone: + 55 48 3721 4136
Website: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos>
E-mail: esbocos@contato.ufsc.br
ISSNe 2175-7976
Periodicidade: Quadrimestral



ANONIMATO E TRANSPARÊNCIA: QUAL O FUTURO DA AVALIAÇÃO CEGA POR PARES?

Anonymity and Transparency: What is the Future of Blind Peer Review?

Flávia Florentino Varella^{ab}

 <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>
E-mail: flavia_varella@hotmail.com

^a Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Editora-chefe de *Esboços: histórias em contextos globais*

O último milênio marcou uma mudança decisiva nos periódicos brasileiros, que adotaram o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Junto a essa mudança estavam os ideais da Ciência Aberta, que desde 2001 conquista muitos adeptos, principalmente pela sua força de democratização do conhecimento, indo contra a corrente de grandes grupos corporativos que monetizam (e monopolizam) o conhecimento científico. Foram grandes e impactantes modificações, mas é preciso dizer que nem todos os ensinamentos da Ciência Aberta foram aprendidos.

Em princípio, a aderência dos periódicos brasileiros encontra-se no primeiro e segundo pilares dessa nova forma de encarar a produção e divulgação do conhecimento. A disponibilização gratuita de textos e dados tornou-se ponto pacífico na comunidade científica brasileira, porém o terceiro pilar, a avaliação aberta, ainda gera muita desconfiança por parte de editores, avaliadores, autores e leitores.

De forma geral, os periódicos brasileiros praticam a avaliação duplo-cega, na qual nenhuma das partes conhece a identidade do outro, ou a simples-cega, em que apenas o avaliador conhece a identidade do autor antes de realizar a avaliação (OLIVEIRA, 2018). A Ciência Aberta prega uma terceira via, a avaliação aberta por pares, em que ambas as partes sabem a identidade dos envolvidos no processo de avaliação. Tal avaliação compreende uma multiplicidade de mudanças na rotina editorial dos periódicos, que vão desde a quebra do anonimato da autoria

do manuscrito em avaliação e de seus revisores, passando pela abertura para a participação de leitores em comentários até a hospedagem do manuscrito em servidores *preprints*, como *arXiv* e *bioRxiv* (SPINAK, 2018).

A avaliação duplamente cega por pares tornou-se uma forma tradicional de os editores conduzirem as avaliações das submissões recebidas, inclusive na *Esboços*. Nessa perspectiva de validação do conhecimento, autores e pareceristas precisam esconder todos os dados que possam identificá-los, até mesmo aqueles presentes nos metadados dos arquivos transferidos digitalmente. Tem-se, por um lado, a premissa de que, caso o avaliador saiba o nome do autor, algo pode mudar em seu juízo sobre o texto em escrutínio. Por outro lado, caso o nome do especialista seja revelado, pode haver algum tipo de retaliação em face de uma crítica mais contundente que leve, em sua apresentação mais radical, à rejeição do manuscrito. O anonimato seria, assim, o escudo protetor tanto do parecerista quanto do autor. Ele é adotado para garantir a qualidade do processo avaliativo, que seria prejudicada caso não fosse conduzido dessa forma.

Mas, de fato, o anonimato blinda os vieses – ideológicos e teórico-metodológicos – e torna a avaliação dos manuscritos mais objetiva? O resultado não seria justamente o contrário quando estamos diante de grupos concorrentes ou com posições divergentes sobre determinada matéria? Nesses casos, o anonimato torna-se uma faca de dois gumes que em vez de proteger as partes envolvidas fragiliza uma delas. Além de seu potencial viés antiético, gerado pela liberdade do anonimato, a avaliação às cegas por pares “muitas vezes não revela equívocos e erros, e frequentemente é injusta, não sistemática e idiossincrática”. O resultado final seria um processo lento, caro, conservador, que “sufoca a inovação e os resultados controversos”. Nessa perspectiva, ressalta-se a historicidade dessa forma avaliativa lembrando que ela consolidou-se efetivamente apenas nas décadas subseqüentes a Segunda Guerra Mundial. A avaliação anônima, arbitrada por editores e confidencial não está na origem dos periódicos, mas foi uma forma pensada para gerir a demanda crescente de submissões recebidas (RENNIE, 1999 *apud* BERRY; FAGERJORD, 2017).

Existe um claro entrave para a plena realização da Ciência Aberta quando analisamos de perto a adoção da avaliação aberta por pares, principalmente no cenário brasileiro. Entre todas as revistas cadastradas no Directory of Open Access Journals (DOAJ) em junho de 2018, apenas 128 periódicos (1%) utilizavam a avaliação aberta por pares. A maioria tem como área principal as ciências da saúde/médicas e é publicada no Reino Unido, que também possui o maior número de títulos indexados. Dessa amostragem, apenas três títulos são publicações brasileiras, sendo que o Brasil é o terceiro país com maior número de periódicos indexados no DOAJ. Verificou-se, portanto, não só a baixa adesão das revistas em acesso aberto à avaliação aberta por pares como também que a maioria (47%) adota o sistema duplo-cego (OLIVEIRA, 2018).

A preferência dos editores pelo anonimato no processo de avaliação é marcante. Em 2017, analisando as revistas cadastradas no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr) com cadastro no Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim), foi constatado que a avaliação duplamente cega era considerada não só a mais eficiente (95,1%) pelos editores que responderam a pesquisa como também a mais utilizada (95,3%) pelas revistas da amostragem (VILAS BOAS, 2017).

Contudo, parece haver certo movimento, talvez muito localizado, de repensar as práticas de validação do conhecimento veiculado pelos periódicos. Isso é o que aponta a consulta feita em 2018 pelo Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba aos editores dos periódicos hospedados no Portal. Do grupo de 14 editores que responderam ao questionário aplicado (31,11%), parte significativa deles (57%) possuía interesse em adotar a avaliação aberta, principalmente por acharem que haverá maior diálogo entre as partes e que isso contribuirá para o avanço do conhecimento no campo (GARCIA; TARGINO; SILVA, 2018).

Formas mais radicais de “re-imaginar” esse modelo de revisão por pares e anônima vêm sendo colocadas em prática por plataformas abertas de publicação. “Essas plataformas empregam conceitos como moderação convidada, comentário pós-publicação, medidas pós-publicação de qualidade e impacto e revisão baseada na comunidade.” Nesse sistema, a avaliação anônima é substituída pela pública, em que o autor e os leitores podem avaliar, inclusive, a força das críticas ou dos elogios com base na reputação do comentador (PICKARD, 2012, s/p). Novas possibilidades para se pensar a construção e validação do conhecimento estão também sendo pensadas em termos de avaliação após a publicação em “um sistema de publicação aberta onde autores e leitores se envolvem em debates animados” (FITZPATRICK, 2011 *apud* BERRY; FAGERJORD, 2017).

Outra questão central na avaliação aberta por pares é a publicação dos pareceres das submissões em separado e dos nomes dos revisores ao final de cada artigo. Um estudo conduzido em 2019 sobre os impactos da avaliação aberta por pares em cinco periódicos do grupo Elsevier indicou “que a publicação dos pareceres não influencia ou compromete o trabalho de revisão por pares”. O levantamento reuniu 9.220 artigos submetidos entre 2010 e 2017 em periódicos de diversas áreas do conhecimento, e utilizou um grupo de controle de periódicos também da Elsevier com características similares. “Os autores não puderam detectar nenhum efeito significativo na disponibilidade para realizar a avaliação, no conteúdo e teor das recomendações ou no tempo requerido para avaliar”, contrariando, inclusive, a opinião bastante difundida de que a avaliação aberta traria algum tipo de ética da responsabilidade, da cordialidade e da crítica construtiva. É de se destacar que não houve resistência dos pareceristas à publicação de suas avaliações, o que ocorreu quando o assunto foi tirá-los do anonimato. Apenas 8,1% dos pareceristas do estudo piloto aceitaram ter seus nomes revelados nos artigos que avaliaram. Talvez o anonimato seja visto pelos especialistas como “uma proteção para possível retaliação ou consequências imprevistas na esfera acadêmica, especialmente em áreas muito competitivas” (NASSI-CALÒ, 2019, s/p).

O fato é que a avaliação cega por pares se consolidou como a prática editorial considerada a mais eficiente pelos editores de periódicos brasileiros. Contudo, outras práticas que indicam maior transparência no sistema de avaliação são reconhecidas pelos editores como benéficas, mesmo que de forma bastante embrionária. Esse é o caso da publicação dos pareceres e da divulgação dos nomes dos avaliadores em listas não vinculadas à submissão avaliada (VILAS BOAS, 2017), última prática adotada pela *Esboços* desde 2019. Quiçá a incorporação dos pareceres aos artigos publicados possa ser um interessante início no processo de repensar formas e instrumentos de avaliação utilizados pelos periódicos do século XXI. A divulgação do parecer, trabalho de alta complexidade e responsabilidade, é também o reconhecimento público de sua real importância. Além disso, atua como elemento complementar para os leitores

refletirem sobre a qualidade da publicação diante de si levando em conta que terão acesso aos comentários realizados pelos especialistas.

A avaliação por pares tornou-se pilar indiscutível da qualidade do conteúdo veiculado pelos periódicos (VILAS BOAS, 2017). Mas será que esse certificado de garantia está realmente associado ao anonimato no processo de avaliação? Quais seriam as perdas e os ganhos em repensar essa tradição seguida por grande parte dos periódicos brasileiros?

Os periódicos de ciências humanas tendem a utilizar a avaliação duplo-cega, confiando que ela produzirá uma avaliação justa, objetiva e baseada exclusivamente no mérito da pesquisa. Contudo, não raro esse processo gera pareceres apressados e descomprometidos (SPINAK, 2018). Fora que o anonimato dos autores está cada vez mais difícil de ser preservado, não só pela especialização que facilita a adivinhação da autoria, como também pela grande quantidade de informação disponível na internet. De qualquer forma, parece não existir resposta fácil a essa demanda não só da Ciência Aberta, mas também de alguns membros da comunidade científica que acreditam poder melhorar o processo de avaliação dos periódicos a partir da incorporação de mecanismos da avaliação aberta. Não podemos esquecer que formas híbridas são sempre possíveis, e que pode ser salutar deixar a responsabilidade sobre conduzir uma avaliação no anonimato ou na transparência a cargo de autores e avaliadores a partir da tomada de consciência das vantagens e desvantagens de cada prática. Não existe uma panaceia.

Este número abre um novo ciclo da *Esboços* com o volume 27. Nada mais apropriado neste período de renovação do que pensar nossas práticas diárias, como a avaliação dos manuscritos recebidos. Mas também é tempo de reconhecimento e, em nome de toda a equipe da *Esboços*, agradeço aos autores por terem confiado em nosso trabalho; aos pareceristas que leram com diligente atenção as submissões encaminhadas; e aos nossos leitores por acompanharem e escolherem a *Esboços* como veículo científico de qualidade.

REFERÊNCIAS

BERRY, David M.; FAGERJORD, Anders. *Digital humanities: knowledge and critique in a digital age*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.

FITZPATRICK, Kathleen. *Planned Obsolescence: Publishing, Technology, and the Future of the Academy*. New York: New York University Press, 2011.

GARCIA, Joana Coeli; TARGINO, Maria das Graças; SILVA, Kleisson Lainnon. Adoção da *open peer review* no Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba. *ConCI: Convergências em Ciência da Informação*, São Cristóvão, v. 1, n. 2, ed. especial, p.168-174, maio/ago. 2018.

NASSI-CALÒ, L. Avaliação por pares aberta: a publicação dos pareceres influencia o comportamento dos pareceristas? *SciELO em Perspectiva*, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/03/27/avaliacao-por-pares-aberta-a-publicacao-dos-pareceres-influencia-o-comportamento-dos-pareceristas/>. Acesso em: 20 jun. 2019.



OLIVEIRA, Eloísa C. Príncipe de. Revisão por pares aberta: análise das revistas open access. *In: ABEC MEETING, 2.*, 2018, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos, 2018. p. 1-5.

PICKARD, Thomas. The Impact of Open Access and Social Media on Scientific Research. *The Journal of Participatory Medicine*, Toronto, v. 4, 2012.

RENNIE, Drummond. Editorial Peer Review: its Development and Rationale. *In: GOODLEE, F; JEFFERSON, T. (ed.). Peer Review in Health Sciences*. London: BMJ, 1999. p. 1-13.

SPINAK, Ernesto. Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares aberta... e mais. *SciELO en Perspectiva*, 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais/#.XhPKSGRKjIU>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VILAS BOAS, Raphael Faria. A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo Portal oasisbr. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 (sup), p. 1-11, nov. 2017.

NOTAS

AUTORIA

Flávia Varella: Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de História, CFH, Bloco E, 6º andar, Campus Universitário da UFSC, Trindade, 88040-970, Florianópolis, SC, Brasil.

LICENÇA DE USO

Este editorial está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Como citar: VARELLA, Flávia Florentino. Anonimato e transparência: qual o futuro da avaliação cega por pares? *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 5-9, jan./abr. 2020.





esboços

histórias em contextos globais

HISTÓRIAS CONECTADAS DA IDADE MÉDIA: ABORDAGENS GLOBAIS ANTES DE 1600

Connected Histories of Middle Ages: Global Approaches Before 1600

Cláudia Regina Bovo^{ab}

 <https://orcid.org/0000-0002-4201-713X>

E-mail: claudia.bovo@uftm.edu.br

Adrien Bayard^{cb}

 <https://orcid.org/0000-0002-0886-0799>

E-mail: adrien.bayard@univ-artois.fr

^a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Uberaba, MG, Brasil

^b Organizador do dossiê "Histórias conectadas da Idade Média"

^c Université d'Artois, Centre de Recherche et d'Études - Histoire et Sociétés, Arras, France

DOSSIÊ
Histórias conectadas da Idade Média

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças estruturais rápidas no cenário mundial. Seja pelas transformações geopolíticas provocadas com a descolonização da África e da Ásia (1960-1970) ou pelo fim da Guerra fria (1990), seja pelo avanço da globalização e da expansão do desenvolvimento tecnológico, uma demanda por histórias transnacionais emergiu enquanto fruto de um mundo cada vez mais interdependente. A partir da consolidação de associações econômicas, políticas e culturais, os limites impostos por visões de mundo nacionalistas e abordagens acadêmicas eurocêntricas trouxeram à tona provocações importantes sobre a necessidade de novas maneiras de interpretar e explicar as experiências históricas a partir do viés global.

Novas abordagens historiográficas surgiram dessa seara, que apesar de ter na década de 1990 o momento de constituição formal do campo, com institucionalização efetiva de associações (*World History Association*) e periódicos, encontrou o germe de sua essência na ousadia de enfoques historiográficos anteriores (BLOCH, 1930; BRAUDEL, 1949; MCNEILL, 1963). A chamada *Global History* aparece em diversas ramificações, as quais, ao se construírem enquanto abordagem historiográfica, colocam à prova os melhores meios para sua realização. Como afirmou Diego Olstein (2015), apesar das sobreposições historiográficas, essas múltiplas tendências à história global compartilham características comuns e estão todas dedicadas a pensar a história por meio do que se identifica como os 4 “Ces”: a conexão, a comparação, a conceituação e a contextualização.

Da história global à transnacional, as histórias conectadas estão dispostas a estabelecer abordagens sobre os cruzamentos históricos a partir da longa duração, da longa distância, da análise em múltipla escala e da transdisciplinaridade. É, justamente, nessa perspectiva que os debates em torno das conexões históricas pré-modernas se tornam necessários. Como já demonstrou Sanjay Subrahmanyam (2017), há tradições antigas e medievais de escrita da história que analisaram outras sociedades, privilegiando o estudo das interações em múltiplos espaços e tempos, bem como em diversas escalas. Temos muito a aprender com essas narrativas, sobretudo, o modo de olhar o outro abstraído do horizonte de expectativas de conceituações modernas, como aquelas sentenciadas pelos ideais oitocentistas de “povo” e “nação”.

Além disso, diante de um momento histórico que encara com pessimismo o legado eurocêntrico do Ocidente, estudos que abordam a perspectiva das *Histórias conectadas da Idade Média* encontram espaço auspicioso para seu desenvolvimento por algumas razões. A primeira delas está em qualificar essa temporalidade, tradicionalmente atribuída à Europa ocidental, a partir do estudo de comunidades conectadas em escala suprarregional e supracontinental, incluindo abordagens em perspectiva eurásiana e africana. Essas novas abordagens buscam demonstrar a prosperidade de análises sobre a movimentação de pessoas, a circulação de ideias e materiais, bem como as intersecções de procedimentos de governança e regulação no enfrentamento de conflitos sociais e intempéries naturais comuns às diversas comunidades anteriores às grandes navegações atlânticas.

A periodização da Idade Média surge como uma categoria temporal exclusivamente europeia, de origem seiscentista, cimentada em referenciais de linearidade e progressão evolutiva da história que explicavam a consolidação atlântica das monarquias cristãs europeias (BOVO, 2017). Como afirmaram Katheleen Davis e Michael Puett (2015, p. 1), trata-se de “um processo que, em grande medida, possibilitou a ideia da Europa como uma entidade unificada e, ao mesmo tempo,

teve o efeito de excluir a Europa Oriental e áreas não europeias da progressão antiguidade-modernidade”. Nesse sentido, as abordagens globais da Idade Média poderiam recair inconvenientemente na “narrativa egocêntrica do tempo histórico europeu”, reafirmando-o.

Davis e Puett ainda alertam para um risco maior de tornar a periodização tripartite e/ou quadripartite da história europeia hegemônica, ignorando sua origem e os usos interpostos a ela. Na historiografia ocidental contemporânea, a ideia de uma Idade Média dominada pela superstição, pela irracionalidade e por uma estrutura social estática tornou-se base para interpretação de sujeitos e espaços colonizados pelos territórios europeus. As colônias atlânticas e as africanas ganharam adjetivos “medievais” que justificaram a atuação dos europeus em seus territórios chamados “bárbaros e selvagens”. Dessa maneira, essas características temporalizadas atribuídas à Idade Média tornaram-se mecanismos de identificação e colonização de espaços e sujeitos na chamada modernidade, ajudando até hoje a Europa e outras potências políticas à subscrever as histórias dos seus nacionalismos e do seu pretendido domínio global.

Com o fortalecimento dos discursos ultranacionalistas atuais, o “ser” medieval ainda é um recurso de identificação usado para dar apoio aos processos de extração de riquezas e destruição de ecossistemas socioambientais (GEARY, 2005). Portanto, um aspecto negativo de buscar uma Idade Média global seria o de corroborar com essa lógica narrativa. Justamente, no anseio de se distanciar dessa narrativa imperial europeia, os medievalistas, que há muito reconhecem o problema da petrificação das periodizações, vêm propondo análises que não só redefiniram o esquema de organização da história medieval, como apresentaram, pela abordagem das conexões de povos, o complexo dinamismo das sociedades anteriores aos anos 1600 (LIEBERMAN, 2003; BOUCHERON; DELALANDE, 2015).

Os críticos da história global não estão errados ao sugerir que ela corre o risco de se tornar uma nova máscara para a história imperial, visto a tradição epistemológica ocidental apoiar-se em chaves de leitura binárias e dicotômicas, tais como: racional-supersticioso, centro-periferia, progresso-atraso, entre outras. De acordo com Richard Drayton e David Motadel (2018, p. 14), “o legado da maneira como o mundo foi integrado depois de 1600, por e em resposta ao poder imperial e cultural europeu, é um eurocentrismo cognitivo incorporado em nossos métodos”.

Nesse sentido, gostaríamos de enfatizar que três elementos devem ser destacados na busca por se fazer histórias conectadas da Idade Média: primeiramente, quaisquer novos empreendimentos compartilhados exigirão um esforço contínuo para superar a barreira das tradições epistemológicas cartesianas. O desafio para os historiadores é encontrar novos tipos de padrões, métodos, julgamentos de valor e, mais importante, conceitos na experiência histórica e na autoconsciência histórica desses continentes integrados. Em vez de confiar exclusivamente em estruturas interpretativas emprestadas de estudiosos de outros períodos históricos, sentimos que a tarefa premente é analisar como as conexões eurásianas e africanas foram experimentadas na Idade Média, buscando histórias medievais conectadas que façam sentido em seus próprios termos.

Atentos a isso, o presente dossiê reúne um conjunto de artigos que possuem como objeto de reflexão a abordagem das histórias conectadas. Nessa direção, o artigo “Perspectivas da história econômica global da Baixa Idade Média”, de Felipe Mendes Erra (2020) tem por objetivo apresentar um modelo teórico capaz de fornecer uma

abordagem global da Baixa Idade Média. Através da análise de caso das companhias florentinas de 1310-1340, ele busca respostas ao emaranhado de conexões econômicas de longo alcance geográfico presente num mundo essencialmente fragmentado como o da Baixa Idade Média mediterrânica.

O autor apresenta ainda uma análise historiográfica muito pertinente sobre limites e desafios de modelos teóricos presentes na história econômica, sobretudo por se preocupar em manter distante a perspectiva da história global que procura identificar, em um único elemento da vida socioeconômica, o fio condutor da investigação. Ele avança significativamente no desenvolvimento de uma abordagem própria, inspirada pela historiografia de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. Ao questionar a maneira adequada de fazer história global da Idade Média, Felipe Mendes Erra busca fugir das armadilhas representadas tanto pelas teorias do sistema-mundo de Frank e Gills (1996) como pela corrente teórica da globalização. Sua reflexão conduz o medievalista para dentro da história global, destacando a necessidade de produzir uma teoria econômica capaz de explicar a formação de conexões comerciais e a interação de mercados em um universo economicamente fragmentado, como era o das urbes italianas.

Valorizar a abordagem em múltiplas escalas é outro elemento a ser destacado por aqueles que buscam fazer história conectada de temporalidades recuadas (BOVO; DEGAN, 2017). Trabalhos recentes sobre a metodologia de histórias comparativas e conectadas apontam para uma abordagem na qual é preciso prestar muita atenção às peculiaridades e conexões analisadas, sejam religiosas, políticas, econômicas, intelectuais (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017) e também intertextuais dos testemunhos materiais e documentais. Uma vez que as conexões e as diferenças existentes pareçam suficientemente claras, as comparações transculturais em pequena escala de fenômenos relacionados ou similares oferecem o caminho mais promissor, antes que qualquer visão abrangente possa ser explorada.

O caminho das comparações e conexões transculturais entre diferentes testemunhos textuais e seus usos é demonstrado em outros dois artigos do dossiê. Vicente Dobroruka, no artigo “Ibn Fadlan and a by-passed remark on an imaginary geographical topos: some observations on the decreasing factual credibility regarding the Caucasus area of the silk road”, ao estabelecer conexões entre o imaginário e a tradição textual de viajantes árabes e persas na “Rota da Seda”, evidencia como o viajante Ibn Fadlan e outros partilharam uma herança comum de referenciais geográficos, míticos e, sobretudo, religiosos (DOBRORUKA, 2020). Essa comparação transcultural pode ser mais bem assinalada na investigação da herança comum compartilhada por esses testemunhos, que parece interconectada inclusive na caracterização dos seus inimigos, como os chamados bárbaros Gogue/Magogue.

A presença desses sincretismos religiosos mítico-apocalípticos descreve um processo de duração muito longa, que envolveu toda a Eurásia entre os séculos X-XIII. Nesse sentido, o relato que Ibn Fadlan deixou é bem diferente do que foi chamado de “história universal” entre os autores da Antiguidade ou bizantinos – ele pode ser visto como parte de uma extensa tradição narrativa, concebendo um contexto global de regiões, climas e povos bastante variados.

O artigo “A coleção de Tours de Atas do Concílio de Éfeso (431): um testemunho carolíngio de ressignificação doutrinária e circulação de textos no Mediterrâneo Tardo Antigo”, de Robson Murilo Grandó Della Torre, também se apresenta como um exemplo bem-sucedido da abordagem conectada da Idade Média. A longa e difusa

circulação do manuscrito de Tours da coleção de Atas do Concílio de Éfeso (431) é uma síntese de experiências históricas distintas, que numa longa duração (séculos V ao VIII), marcados pela multiplicidade de leituras sobre esse passado da polêmica cristológica, restaura a conectividade entre diferentes espaços do Mediterrâneo Tardo Antigo e Alto Medieval (DELLA TORRE, 2020).

A transmissão mediterrânica dessa coleção de atas demonstra a materialidade da produção de memórias e de concepções da ortodoxia cristã que diferentes grupos projetaram sobre o passado polêmico de Cirilo de Alexandria e Nestório de Constantinopla (412-431), com vistas a defender posicionamentos doutrinários de seu presente. Assim, é preciso recuar até o século V e se deslocar até a Ásia Menor e o Egito para compreender os eventos e posições doutrinárias evocados pelo conteúdo textual da coleção de Tours. Ao mesmo tempo, não se deve esquecer a realidade histórica da Gália carolíngia, onde foram mobilizadas as apropriações e ressignificações desse material.

Para finalizar, como último elemento dessa busca por histórias conectadas da Idade Média, é preciso ainda considerar que a construção de tais abordagens não envolve apenas questões de apuro metodológico. Aqui aparece um ponto importante, talvez o que exija mais cautela, visto que, ao se trabalhar com histórias conectadas da Idade Média, demandas de identidade ainda estão ativas política e ideologicamente. É importante deixar claro que o próprio conceito de “Ocidente”, usado aqui na abertura do texto, descreve não apenas uma área geográfica que corresponde vagamente à Europa (ocidental) e ao mundo atlântico, mas uma comunidade de sentidos que subscreve certos valores, uma tradição ideologicamente comprometida com ideais civilizatórios, que quer abranger o tempo histórico de Platão à OTAN.

A narrativa-mestra de uma “ascensão do Ocidente”, seja ela política, intelectual, religiosa ou econômica, tem seu berço na modernidade. Ela considera os meios de se fazer história e as produções derivadas desse ofício com fins ideologicamente comprometidos. Estarmos cientes desses usos, e torná-los visíveis para o público é a tarefa primordial para quem busca produzir histórias conectadas de temporalidades recuadas.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. Comparaison. *Bulletin du Centre International de Synthèse*, Paris, n. 9, p. 17-35, 1930.

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BOVO, Cláudia Regina. El tempo em cuestión: ubicar la Edad Media em la actualidad. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, Santiago, n. 11, p. 134-155, enero/junio 2017. Disponível em: <http://revistas.ugm.cl/index.php/rcem/article/view/120>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BOVO, Cláudia Regina; DEGAN, Alex. As temporalidades recuadas e sua contribuição para a aprendizagem histórica: o espaço como fonte para a história antiga e medieval. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 55-76, 2017.



BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1949.

DAVIS, Kathleen; PUETT, Michael. Periodization and “The Medieval Globe”: A Conversation. *The Medieval Globe*, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol2/iss1/3>. Acesso em: 21 nov. 2019.

DELLA TORRE, Robson Murilo Grando. A coleção de Tours de Atas do Concílio de Éfeso (431): um testemunho carolíngio de ressignificação doutrinária e circulação de textos no mediterrâneo Tardo Antigo. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 59-77, jan./abr. 2020.

DOBRORUKA, Vicente. Ibn Fadlan and a by-passed remark on an imaginary geographical topos: some observations on the decreasing factual credibility regarding the Caucasus area of the silk road. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 38-58, jan./abr. 2020.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*, v. 13, p. 1-21, 2018. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/36C53116D551E0B47E42865EC8DE0C41/S1740022817000262a.pdf/discussion_the_futures_of_global_history.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

ERRA, Felipe Mendes. Perspectivas da história econômica global da baixa Idade Média. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 17-37, jan./abr. 2020.

FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K. (ed.). *The World System*. London: Routledge, 1996.

GEARY, Patrick. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad livros, 2005.

LIEBERMAN, Victor. *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context, c. 800-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 2 v.

MCNEILL, William Hardy. *The Rise of the West: a History of the Human Community, with a Retrospective Essay*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

OLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 483-502, dez. 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos históricos*, Rio Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017.



NOTAS

AUTORIA

Cláudia Regina Bovo: Doutora. Professora Adjunta, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Uberaba, MG, Brasil.

Adrien Bayard: Doutor. Maître de Conférence, Université d'Artois, Centre de Recherche et d'Études - Histoire et Sociétés, Arras, France.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Cláudia Regina Bovo. UFTM - Centro de Pesquisas Prof. Aloizio Rosa Prata, Rua do Carmo, n. 100, 5º andar, sala 524, 38025-000, Uberaba, MG, Brasil.

LICENÇA DE USO

Esta apresentação está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de janeiro de 2020
Aprovado em: 31 de janeiro de 2020

Como citar: BOVO, Cláudia Regina; BAYARD, Adrien. Histórias conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 10-16, jan./abr. 2019.





PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA ECONÔMICA GLOBAL DA BAIXA IDADE MÉDIA

Perspectives of Global Economic History in the Late Middle Ages

Felipe Mendes Erra^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6124-4541>

E-mail: felipe.erra@usp.br

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil.

DOSSIÊ
Histórias conectadas da Idade Média

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar as linhas gerais de um modelo teórico capaz de conduzir uma abordagem econômica da Baixa Idade Média a partir de uma perspectiva global. Para tanto, começaremos reconhecendo as dificuldades inerentes a esse desafio. Na primeira seção, passaremos em revista diferentes estratégias adotadas pela historiografia diante do desafio de conduzir uma investigação utilizando, como unidade de observação geográfica, a macroescala. Na segunda seção, apresentaremos brevemente algumas propostas de História Global, chegando a uma situação historiográfica radicada na oposição de dois modelos constrangedores para o pesquisador em História Medieval: uma teoria que vê o início de relações globais apenas a partir do século XVI, e uma teoria que identifica relações globais a partir da Revolução Neolítica, concedendo pequena importância, quando não um juízo desfavorável, ao período medieval. Na terceira seção, a partir da análise dos fluxos comerciais existentes entre o mar Negro, a Itália e o noroeste da Europa durante o século XIV, teremos oportunidade de elencar algumas características do comércio transcontinental do período. Terminaremos com uma breve reflexão sobre a possibilidade de construir um modelo teórico capaz de investigar o emaranhado de conexões econômicas de longo alcance geográfico que existiam em um mundo essencialmente fragmentado, evitando teoremas gerais abstratos em favor da observação das singularidades locais.

PALAVRAS-CHAVE

História Econômica Medieval. Sistema-Mundo. História Global.

ABSTRACT

This article aims to present the general lines of a theoretical model capable of conducting an economic approach of the Late Middle Ages from a global perspective. So to, we will start by analyzing the difficulties inherent to this project. In the first section, we review different strategies adopted by the best historiography considering the challenge of conducting an investigation using Macro Scale as a geographic unit of observation. In the second section, we will briefly present some proposals from the Global History, presenting a historiographical situation rooted in the opposition of two embarrassing models for the researcher in Medieval History: a theory that sees the beginning of global relations in the 16th century, and a theory that identifies global relations in the Neolithic Revolution, granting small importance, when not an unfavorable judgment, for the medieval period. In the third section, from the analysis of the existing trade flows between the Black Sea, Italy and northwest Europe, during the 14th century, we will have the opportunity to clarify some features of the transcontinental trade in the period. Finally, we will end with a brief reflection about the possibility of building a theoretical model capable of investigating the long-distance economic connections that existed in an essentially fragmented world, avoiding abstract general theorems in favor of the observation of local singularities.

KEYWORDS

Medieval Economic History. World-System. Global History.

“**A**s Tentações de Santo Antão”, tríptico realizado por Hieronymus Bosch, apresenta uma complexidade tão numerosa de elementos pictóricos que dificilmente não causará, na primeira tentativa de observação, um efeito desorientador. Como primeira etapa do processo de compreensão, Wilhelm Fraenger (2007) realiza a descrição analítica seccionando o tríptico em diversas “microzonas” narrativas; apenas a asa esquerda é observada a partir de quatro espaços diferentes (o céu, a procissão dos feiticeiros, Santo Antão sobre a ponte socorrido por monges, e a zona infernal do córrego). Nessa primeira etapa, cada “microzona” narrativa guarda pouca ligação com as demais (o incêndio, na zona superior da pintura central, não afeta o festim na parte inferior da asa direita), e exige uma observação particular (constatar o incêndio não auxilia na compreensão das três figuras que compõem o festim) (FRAENGER, 2007). A impressão inicial de uma narrativa constituída de elementos desconexos e desconectados não é rejeitada, mas sim absorvida e subsumida pelo instrumental teórico do investigador. Não obstante, as pinturas compõem uma totalidade, manifesta na moldura do tríptico; e a própria presença de Santo Antão, em diversas cenas, funciona como uma espécie de espinha dorsal que *unifica* a narrativa repleta de eventos, mensagens e significados conectados e interdependentes (a ligação do festim com o incêndio). O processo de compreensão da totalidade coerente do quadro, nessa metodologia, surge como etapa final de interpretação do tríptico de Bosch. Acaso essa metodologia tem algo a ensinar aos investigadores em História Econômica interessados em uma abordagem global? É possível observar a multidão fragmentada e desorientadora (às vezes infernal) das fontes primárias à procura de um Santo Antão capaz de tornar visível qualquer articulação entre elementos aparentemente desconectados?

Com o objetivo de aplicar uma abordagem inspirada na História Global a um pequeno corpo documental, realizaremos um breve percurso sobre diferentes construções teóricas, sem a pretensão de apresentar um catálogo extensivo. Na primeira seção, apresentarei algumas estratégias formuladas pela historiografia diante do desafio de trabalhar com uma delimitação espacial em macroescala. Na segunda seção, sempre de forma breve, comentarei tentativas recentes de estudo da História Global a partir do conceito de “globalização”. Na seção final, partindo da atuação comercial das grandes companhias florentinas do século XIV, um possível modelo teórico será elaborado, com o único intuito de defender poucos preceitos fundamentais da investigação em história econômica das sociedades europeias da Baixa Idade Média inspirados em uma abordagem global.

USOS DA MACROESCALA COMO UNIDADE DE OBSERVAÇÃO

Dois problemas iniciais se colocam para toda investigação historiográfica: a delimitação dos marcos temporais e a delimitação dos marcos espaciais. *Civilização material, economia e capitalismo* (BRAUDEL, 1979) trata de forma diferente esses dois desafios. A delimitação dos marcos temporais segue um princípio de maior rigidez, tratando como conjunto os séculos XV a XVIII. Já na delimitação dos marcos espaciais, Braudel opera com quatro escalas diferentes. Tendo a Europa como objeto de investigação, os dois primeiros capítulos procuram definir o espaço desse continente na história da ocupação do planeta pela espécie humana, partindo de uma tipologia de sociedades assentadas em cinco diferentes formas de exploração dos recursos



naturais. Na apresentação de uma cartografia global (BRAUDEL, 1979, v. 1, p. 56-57) encontramos uma proposta de classificação de sociedades a partir de uma estrutura econômica fundamentada em: a) caça, pesca e colheita; b) pastoreio e agricultura nômade; c) agricultura de arado simples; d) agricultura avançada, com técnicas de dominação dos recursos hídricos; e) agricultura complexa, com alta densidade populacional, canalização e charrua de tração animal. Nesse sentido, o historiador propõe um critério capaz de esboçar zonas de similaridade entre sociedades assentadas em diferentes continentes. Sociedades com uso de agricultura de arado simples são identificadas na América do Sul, na América do Norte, e no Extremo Oriente; a estrutura econômica assentada na pesca, na caça e na colheita permitiria o estudo conjunto de sociedades existentes na Oceania, no centro-sul e sul da América do Sul, no nordeste da América do Norte e no sul da África. Em primeiro lugar, a tipologia permitiu ao historiador enquadrar em uma única classificação diferentes cidades e sub-regiões existentes no continente europeu. Mas, não menos importante, forneceu um quadro teórico capaz de possibilitar uma abordagem comparativa coerente entre sociedades existentes em diferentes espaços continentais, desde que pertencentes à mesma categoria. Assim, Braudel (1979, v. 1) propôs três espaços civilizacionais da agricultura avançada e complexa: a “civilização do trigo”, do continente europeu; a “civilização do arroz”, no continente asiático; e a “civilização do milho”, no continente americano. Apesar de não ser objetivo da obra, o jogo de comparações entre as civilizações da agricultura avançada-complexa aparece diversas vezes nos três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo*, e funciona para o historiador propor uma verdadeira agenda de investigações a ser feitas: a comparação entre a rede urbana da Europa com a rede urbana do norte da África; a existência do “capitalismo” (como definido pelo autor) no Mediterrâneo e nos corredores de comércio transasiático; a similaridade entre o circuito de feiras e mercados na Europa Ocidental e nos planaltos do vasto território chinês.

Proposição teórica oposta está na excelente coletânea de artigos organizada por Arjun Appadurai (1996), fundamentada na distinção entre “sociedades capitalistas” e “sociedades pré-modernas”. Os autores procuram aplicar um modelo teórico comum às últimas, pensando em termos semelhantes o funcionamento monetário e a circulação de mercadorias, seja na sociedade Tiv pré-colonial, no norte da Nigéria, seja na sociedade carolíngia europeia. A teoria de “sociedades pré-modernas” pretende, portanto, fornecer ferramentas para um estudo em escala global. Apesar da excelente qualidade dos trabalhos apresentados, é possível defender que essa categorização dualista é ainda mais problemática do que a tipologia proposta por Braudel, aplainando em uma mesma definição estruturas socioeconômicas irreduzíveis. Como pensar sob a mesma categoria (de “pré-moderno”) estruturas tão distintas, como a eficaz economia de caça e coleta de sociedades nômades (SAHLINS, 1974), os mecanismos estatais de distribuição e redistribuição da produção nos impérios mesopotâmicos da Antiguidade (LIVERANI, 2011), e a *industrious revolution* que transformou a produção, os circuitos de circulação e os níveis de consumo da sociedade europeia pré-industrial entre os séculos XVII e XVIII (DE VRIES, 2009)?

Os modelos teóricos radicalmente diferentes e irreduzíveis de Braudel e Appadurai são de grande interesse para uma perspectiva de investigação global da Idade Média. Na obra braudeliana, o historiador procura um conjunto de critérios que permitam organizar, classificar e segmentar a multidão heterogênea das sociedades do planeta em um modelo teórico coerente e articulado. Na coletânea de Appadurai,

encontramos a identificação de um *elemento social* (a mercadoria) presente em sociedades diferentes no tempo e no espaço – e que permite, portanto, uma investigação em conjunto dessas sociedades. Para retomarmos a pintura de Hieronymus Bosch a partir de uma metáfora, podemos dizer, de forma um pouco canhestra, que Braudel procura unificar os elementos dispersos e desconectados pela construção de uma moldura; Appadurai, ao contrário, procura a figura de um “Santo Antão” que apareça em diferentes espaços da tela, exercendo o papel de unificador do heterogêneo.

A abordagem de Appadurai parece contar, atualmente, com maior influência. O Medieval Institute Publication (Western Michigan University) iniciou, em 2014, a publicação de um periódico e de uma linha editorial voltados para o tema da Idade Média em perspectiva global;¹ a primeira publicação, do mesmo ano, apresenta uma coletânea de dezoito artigos engajados em repensar a peste negra (GREEN, 2014). Da mesma forma, Dennis Flynn, em artigo publicado em 2015, encontra na prata o elemento capaz de unificar a investigação em escala global. Elaborando um modelo teórico denominado “teoria unificada de preços”, com o intuito de compreender as dinâmicas de oferta e demanda, o historiador defende a ideia da formação de um mercado da prata em escala global no século XVI, integrando a produção na América Espanhola, a circulação no espaço europeu, e a demanda intensiva em território chinês (FLYNN, 2015). Embora louvável, o experimento teórico de Flynn não é inteiramente convincente, uma vez que a produção, a circulação e os usos da prata são abstraídos dos processos econômicos locais e regionais de que participam. Problemas ligados à estruturação de uma sociedade colonial com uso de trabalho compulsório e participação ativa das culturas ameríndias na América do Sul (STERN, 1982), e as profundas transformações das redes mercantis na Europa (BOXER, 2006) – processos indissociáveis da formação de circuitos de produção e circulação da prata – *desaparecem* da narrativa. Os protagonistas são apagados em um grande mecanismo de oferta e demanda planetária. Estamos diante dos limites da perspectiva da História Global que procura identificar, em um único elemento da vida socioeconômica, o fio condutor da investigação. Ademais, salvo engano, a existência de um evento como a peste negra parece ser excepcional: como a epidemia atingiu três continentes, torna-se evidente a importância de uma abordagem “global”.² No artigo de Flynn, a prata é interconectada e articulada entre os espaços de todo o planeta, mas *desconectada* e *desarticulada* de todos os elementos políticos e econômicos ligados, por exemplo, aos fenômenos monetários locais.

O próprio texto de Fernand Braudel (1979) contém outra saída. Mencionamos que o historiador trabalha a partir de quatro escalas espaciais. Após apresentar sua cartografia global, a escala planetária desaparece; e, nos três volumes que compõem sua obra, prevalece uma alternância contínua entre três escalas de observação: a economia-mundo, o regional, e o local.

O conceito de economia-mundo trabalha com uma unidade de observação superior às fronteiras nacionais, mas inferior à escala planetária; é um instrumento

¹ As informações da proposta e o link para o periódico e para as publicações podem ser encontrados no site oficial do instituto, disponível em: <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

² Na verdade, transcontinental, posto que, surpreendentemente, não encontramos menção à epidemia que se inscreve entre as três piores da História e que, talvez, tenha influenciado de forma mais decisiva os destinos da humanidade: o conjunto de doenças que dizimou as populações ameríndias das Américas e foi determinante para o processo de colonização europeia desse continente (ALENCASTRO, 2006).

teórico que identifica, em determinados espaços e períodos históricos, o funcionamento articulado e conectado de um espaço econômico heterogêneo e coerente – “uma espécie de unidade orgânica” (BRAUDEL, 1979, v. 3, p. 22). A formação de uma economia-mundo, com sua amplitude e intensidade específicas, é indissociável dos processos de transformação histórica. É preciso ressaltar que não se trata apenas de sair dos estudos locais e passar a trabalhar em escalas espaciais mais amplas; antes, a ideia-chave da economia-mundo está em mostrar como processos que ocorrem em escala local só podem ser compreendidos se analisados a partir de uma perspectiva macroespacial. Nesse sentido, a “economia-mundo do Mediterrâneo” do século XVI – espaço conflagrado por intensos conflitos políticos (o Império Espanhol e o Império Turco), por profundas diferenças culturais e religiosas, e fragmentado por singularidades locais – é entendida como possuidora de uma organicidade resultante, em nível basilar, das estruturas geográficas, e, em nível histórico, das interações contínuas entre as esferas da produção do mundo material, das redes de comércio, e dos tipos e gêneros de produtos utilizados e consumidos (BRAUDEL, 1990). Finalmente, importa mencionar que a concepção de “longa duração”, destinada a grande sucesso na historiografia, não surge de forma vaga na obra braudeliana, mas indissociavelmente ligada às estruturas que definem a economia-mundo. Se tais estruturas se transformam de maneira lenta, os eventos políticos, ao contrário, seguem uma dinâmica temporal de grande velocidade, com rupturas e reviravoltas frequentes.

O conceito de economia-mundo está na origem de duas importantes formulações: o Sistema Atlântico e o Moderno Sistema-Mundo. Em ambas, a ideia original de uma “unicidade orgânica” proposta por Braudel é repensada em termos de uma economia de caráter sistêmico. Não é pelo estudo isolado dos elementos (formas de exploração do trabalho, estatuto da propriedade da terra, formas monetárias, técnicas contábeis, transformação tecnológica, fluxos de mercadoria), mas a partir de sua complexa integração que se realiza o movimento de investigação econômica. Trata-se, portanto, de uma metodologia diametralmente oposta à de Arjun Appadurai. Robin Blackburn (1998), trabalhando com o conceito de Sistema Atlântico, identifica como a difusão de *plantations* escravistas no continente americano, entre os séculos XV e XVIII, resultou da interação sistêmica (e frequentemente bélica) entre protagonistas atuando em diferentes espaços e continentes: nas fachadas marítimas da América do Norte e do sul e nas ilhas do Caribe (envolvendo colonizadores e autóctones); na África subsaariana (com diferente participação das sociedades africanas); e na Europa (com atuação decisiva dos agentes da expansão marítima e comercial e dos poderes políticos rivais). A teoria do Sistema-Mundo, formulada por Immanuel Wallerstein (1974), defende a ideia de que uma estrutura sistêmica, de caráter capitalista, começou a se formar entre os séculos XVI e XVII, a partir da construção de uma hierarquia espacial (centro, semiperiferia e periferia), da divisão internacional do trabalho (livre, compulsório e escravo), e da circulação de diferentes tipos de mercadorias (pessoas em situação escrava, produtos alimentícios, matérias-primas e manufaturados). Em três volumes posteriores, o autor defende a ideia de que o Moderno Sistema-Mundo passou por um processo contínuo de transformação interna, com intensificação do predomínio do sistema capitalista no tecido social, e de contínua expansão, alcançando, nos séculos XIX e XX, funcionamento em escala global (WALLERSTEIN, 1980, 1989, 2011). A força desses modelos teóricos, assentada na capacidade de analisar os eventos locais a partir de uma escala de observação transcontinental, e na formulação de uma arquitetura conceitual refinada e coerente, fez com que se tornassem trabalhos

de referência no campo da História Global. Entretanto, por diferenciar um processo histórico que ocorre *somente* a partir do século XVI, o investigador de história econômica do medievo se vê diante de um poderoso instrumento conceitual que, a princípio, não está ao seu alcance.

DA HISTÓRIA GLOBAL À TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO

A coletânea de artigos organizada por Andre Gunder Frank e Barry Gills, em 1996, teve como objetivo ser um divisor de águas na chamada História Global. Os dois autores, partindo dos trabalhos de Wallerstein, argumentam que a constituição de um Sistema Mundo pode ser identificada em 1500 a.C., quando “relações entre o Egito e a Mesopotâmia deram origem ao que [David Wilkinson] denomina ‘Civilização Central’, e que não parou de expandir incessantemente pelo mundo desde então” (FRANK; GILLS, 1996, p. 4, tradução nossa). Duas características centrais definem o Sistema Mundo: as conexões de diversa natureza (comercial, militar, cultural) em escala intercontinental (Ásia, Europa e África), e a presença de quatro processos: a) acumulação de capital; b) constituição de uma estrutura de poder e relações de centro e periferia; c) alternância entre períodos de hegemonia de uma potência, e períodos de intensa rivalidade entre múltiplos centros; d) ciclos econômicos, alternando períodos de crescimento e de retração. Entretanto, o “Moderno Sistema-Mundo” de Wallerstein, e o “Sistema Mundo” de Frank e Gills, mais que diferentes, são teorias irreconciliáveis:

O meu "Sistema-Mundo" não é um sistema "no mundo" ou "do mundo". É um sistema "que é um mundo". Daqui a utilização do hífen, posto que 'mundo' não é usado como um atributo do sistema. Ao contrário, as duas palavras reunidas constituem um único conceito. O sistema de Frank e Gills é um Sistema Mundo em um sentido atributivo, no sentido de que tendeu, durante o tempo, a se irradiar por todo o planeta. Esses autores não concebem uma multiplicidade de “sistemas-mundo” coexistindo no planeta. Porém, eu defendo que, até o século XIX, era justamente esse o caso (WALLERSTEIN, 1996, p. 294-295, tradução nossa).

As diferenças, porém, são mais profundas. O caráter sistêmico de Wallerstein decorre da conexão econômica que realiza a transformação de diferentes estruturas de produção no interior do sistema. Sendo assim, há uma importância fundamental em identificar dois diferentes tipos de comércio: aquele que efetiva, entre as partes envolvidas, a integração produtiva, e aquele que não efetiva tal integração. Trata-se de uma abordagem fundamentada em critérios econômicos, e a categoria de “capitalismo” é de primeira importância para a definição do “Moderno Sistema-Mundo”. Já para Frank e Gills, a identificação do Sistema Mundo ocorre apenas pela constatação da rede de trocas, não necessariamente comerciais, ocorrendo em escala transcontinental. A teoria desses autores participa pouco dos debates sobre o surgimento do capitalismo. É mais pertinente identificá-la com a chamada Big History, a história da espécie humana. O Sistema Mundo tem como objetivo se contrapor aos modelos teóricos de Oswald Spengler e Arnold Toynbee, que interpretavam a

ocupação do *Homo sapiens* no planeta como uma sucessão de grandes civilizações (McNEILL, 1996). Afirmam os autores:

Arnold Toynbee [...] elenca 19 ou 21 civilizações separadas. [...] Ele rejeita "a egocêntrica ilusão equivocada da unidade da história – decorrendo da suposição de que existe apenas um rio civilizacional, o nosso". [...] Nós sugerimos que há um rio comum e uma unidade na história, no interior de um único Sistema Mundo, multicultural em sua origem e em sua manifestação (FRANK; GILLS, 1996, p. 17, tradução nossa).

Os autores realizam menos uma exposição descritiva da evolução do Sistema Mundo do que uma agenda de investigação imbuída de realizar o empreendimento. É possível, porém, inscrever na esteira do ideário de Frank e Gills o louvável esforço feito por Janet Abu-Lughod (1989) em descrever o suposto Sistema Mundo existente entre 1250 e 1350.³ Porém, torna-se difícil identificar o trabalho de Abu-Lughod como pedra fundamental dos estudos medievais em História Global. A autora esboça uma interessante cartografia afroeurasiática contendo oito “subsistemas” que, a partir de pontos de contato, formaria uma totalidade sistêmica. Mas o livro se caracteriza pela inconsistência teórica, incluindo a incompreensão dos modelos de Braudel e Wallerstein. Ao cabo, a autora compartilha dos pressupostos de Frank e Gills: a mera constatação de um fluxo de trocas comerciais é suficiente para caracterizar um “Sistema Mundo”. A exposição monográfica de cada subsistema é destituída de maior análise documental e, ao término da leitura, é difícil entender por que as feiras de Champagne são “um dos principais centros da economia-mundo do século XIII” (ABU-LUGHOD, 1989, p. 55, tradução nossa).⁴

A abordagem de Frank e Gills cruzou com uma teoria que, conquistando notoriedade no decorrer da década de 1990, se consolidaria como um verdadeiro campo de estudos: a teoria da globalização. Aqui, podemos tomar duas obras como exemplo. Publicada em 2019, a partir do esforço coletivo de oito autores, *The Big History of Globalization* compartilha a mesma perspectiva de reunir a ideia de unidade na história com a história da espécie humana. O livro se coloca como sucessor da agenda de Frank e Gills, propondo a expansão contínua do processo de globalização em cinco etapas sucessivas: o período de globalização arcaico, entre a revolução Neolítica até 1000 d.C.; o período protomoderno, de 1000 a 1800; e o período moderno (ALESHKOVSKI *et al.*, 2019). O primeiro período, para os autores, se caracteriza pela formação de um Sistema Mundo afroeurasiático que, a partir da difusão de três tecnologias (a metalurgia, a escrita, e a governança burocrática), teriam alcançado o auge entre 1200 e 150 a.C. Os séculos posteriores da Antiguidade Clássica e a Alta Idade Média ganham o honroso título de “o milênio perdido” (ALESHKOVSKI *et al.*, 2019, p. 33-34). Já os séculos XIII e XIV, realizando a “revigoração” do Sistema Mundo afroeurasiático, apenas prepararam o auge do “período protomoderno”, iniciado com a Era dos Descobrimentos. Seja como for, os autores definem três características da tal globalização existente entre 1000 e 1800. Primeiro, a existência de interações entre

³ Abu-Lughod, de fato, participa com artigo no livro de Frank e Gills.

⁴ Como se vê, a autora utiliza de forma abusiva o conceito de Braudel de economia-mundo.

as sociedades do Sistema Mundo afroeurasiático. Não existe, aqui, nenhum esforço para diferenciar tipos ou diferentes níveis de intensidade de conexões; é o mesmo critério que permite, aos autores, pressupor a formação da História Global desde a Revolução do Neolítico. Em segundo, a identificação de que todas as sociedades são sujeitas a um ciclo simples de três fases (crescimento, crise e queda), que, ocorrendo de forma sincrônica, permitem uma observação de momentos de crescimento e crise da totalidade do Sistema Mundo. Finalmente, os autores caracterizam todas as sociedades desse vasto período como “complexas sociedades agrárias” aprisionadas na “armadilha malthusiana”. Os autores procuram mostrar uma teoria de ciclos sociodemográficos, requentando, sob ilusão de novidade, a tradicional ideia de que o crescimento demográfico, em um cenário de ausência de inovações tecnológicas, levaria à exaustão dos recursos naturais, precipitando um ciclo de crises famélicas, epidemias e queda populacional (ALESHKOVSKI *et al.*, 2019, p. 58-67).

The Big History of Globalization oferece uma ótima ocasião para os medievalistas participarem do debate. Parece-me um tipo de historiografia que, se não comete, ao menos se aproxima de cometer quatro proposições problemáticas. Primeiro, o chamado argumento *straw man*. Postulando que o processo de transição do “Sistema Mundo afroeurasiático” (*Afroeurasian world system*) para o “Moderno Sistema-Mundo Global” (*Modern Global world-system*) foi “detalhadamente descrito por Fernand Braudel [...], Samir Amin [...], Giovanni Arrighi [...], Andre Gunder Frank [...], Immanuel Wallerstein”, os autores operam franca confusão e deturpação de diferentes modelos teóricos (ALESHKOVSKI *et al.*, 2019, p. 26). Como vimos, não é possível equalizar teorias diferentes (Braudel e Wallerstein) ou mesmo radicalmente opostas (Frank/Gills). Em segundo lugar, há visíveis traços de *teleologia* na tentativa de identificar as sementes da globalização no Neolítico, naturalizando, na história humana, um modelo teórico criado para descrever, sobretudo, os processos que passaram a se acirrar após a queda do muro de Berlim (CASTREE *et al.*, 2004). Em terceiro, voltamos, aqui, a flertar com a velha “história dos vencedores”. Trata-se de uma curiosa forma de fazer História Global: apagando dos registros tudo e todos aqueles que não tenham participado (ou que tenham interrompido) o processo teleológico da globalização.

É importante ressaltar que essa perspectiva se contrapõe de maneira irreconciliável com a cartografia do globo apresentada por Fernand Braudel; mais do que diferença metodológica, a própria concepção de escrita da história é oposta. Na tipologia apresentada por Braudel, a despeito de diversos problemas, o historiador não apenas procura estar atento à heterogeneidade de formações sociais dispersas pelo planeta, mas, sobretudo, *não realiza* uma relação de hierarquia entre as diferentes categorias tipológicas. Chegamos, aqui, ao quarto aspecto problemático de *The Big History of Globalization*: uma concepção temporal linear e esquemática. É um tempo histórico achatado; a narrativa de vastíssima duração apenas agrega eventos que reiteram e justificam a própria narrativa – forma de trabalho pouco funcional quando trabalhamos com documentação primária. É nesse sentido, por exemplo, que evocamos, na primeira seção, o conceito de multiplicidade temporal, ou seja, de um tempo histórico composto por múltiplas camadas e por múltiplas velocidades. O ritmo temporal das transformações políticas não tem, por exemplo, o mesmo ritmo temporal das transformações das estruturas da vida cotidiana (BRAUDEL, 1979). A ideia de multiplicidade do tempo histórico se mostrou bastante fecunda para a historiografia posterior (TOMICH, 2011). Também serviu como ponto de contato entre o trabalho efetivamente historiográfico e as tradições de pensamento (da filosofia ou da sociologia)

que estudam o fenômeno temporal de uma perspectiva qualitativa – recuperando, por exemplo, o conceito de “contemporaneidade do não contemporâneo” elaborado por Ernst Bloch na década de 1930 (SCHWARTZ, 2001).

Partindo do mesmo problema da globalização como um processo histórico de longa duração, *Globalization as Evolutionary Process*, publicado em 2007 por Tessel Devezas, George Modelski, e William Thompson, apresenta uma organização teórica bastante diferente. Os autores iniciam com uma saudável reflexão sobre a construção de diferentes definições de globalização nas últimas décadas, apresentam os críticos desse conceito, e, ao cabo, expõem seu posicionamento. Tratando-se de um processo de duração milenar, a globalização, para os autores, se define por duas características: uma intensificação das interconexões (políticas, econômicas ou culturais), mas, sobretudo, pela difusão de *instituições* de atuação em escala global. Em termos históricos, o período medieval europeu *não* participa diretamente da história desse processo; nos séculos XIII e XIV, ocorreria um primeiro experimento na Ásia, de curta duração, de uma globalização que só começaria verdadeiramente a partir das navegações marítimas do século XVI (DEVEZAS *et al.*, 2008). Os autores rejeitam a teoria que estende a história global até o período neolítico, e propõem a distinção entre dois processos distintos: a “continentalização”, que, iniciada na Antiguidade, alcançaria uma intensificação nas dinâmicas de trocas intercontinentais no período que vai de 500 a.C. a 500 d.C.; e a globalização posterior (DEVEZAS *et al.*, 2008, p. 419).

As três teorias, portanto, colocam o medievalista diante de três problemas diferentes. A teoria do Sistema Mundo, de Frank e Gills, define as sociedades europeias dos séculos V a XV como periferia de reduzida importância em sentido temporal (porque os processos mais importantes ocorreram na Antiguidade ou na época moderna), e em sentido espacial (porque o centro de difusão do sistema decorreria na Ásia). O argumento, além de pouco convincente, se aproxima do abismo disfarçado de julgamento moral que divide sociedades “mais importantes” e sociedades “menos importantes” para a história humana. *The Big History of Globalization* nos desperta para a necessidade de manifestar com maior visibilidade que termos como “idade das trevas” ou “esquema malthusiano” há muito perderam força interpretativa. Finalmente, a teoria exposta por Modelski, Devezas e Thompson conduz o medievalista *para fora* do debate da História Global – sem dúvida a resolução mais cômoda, mas não inteiramente satisfatória. Gostaria de argumentar que esses três problemas espinhosos são exatamente as principais razões para motivar os pesquisadores em História Medieval a refletir sobre a História Global – não apenas no sentido de colocarmos nossos pontos de vista, mas, sobretudo, para transformar nossas próprias abordagens.

O GLOBAL E A ABORDAGEM DO LOCAL: AS CONEXÕES MERCANTIS

Não existem asas de Dédalo que nos possibilitem escapar com facilidade do labirinto de modelos apenas mencionados nas páginas deste artigo. Não vejo outra saída senão apostar em um caminho existente e segui-lo. Portanto, aproveito para enunciar com transparência o conjunto teórico que servirá como ponto de partida para tentar tratar das fontes com uma perspectiva global em história econômica:



não os trabalhos ligados à *Big History* recente, enunciados na segunda seção (o Sistema Mundo de Frank e Gills ou a Globalização), mas à tradição historiográfica que enfrenta o problema da macroescala como unidade de observação. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que assumirei como princípio as argumentações de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel. Ou seja, não é possível pensar, na Baixa Idade Média, em termos de uma estrutura econômica de funcionamento sistêmico; e, independentemente da maior ou menor exatidão da tipologia braudeliana, que o planeta se constituía em uma multiplicidade fragmentada de formações sociais radicalmente diferentes. E, no entanto, não faltam fontes primárias indicando a consistência de conexões de longo alcance.

No manuscrito produzido por Francesco Pegolotti, agente comercial da Companhia Bardi de Florença (EVANS, 1936), conhecido atualmente como *La Pratica della Mercatura*, encontramos as seguintes informações sobre a realização do comércio em Trebizonda:

Os pesos e as medidas de Trebizonda são os mesmos utilizados em Tabriz.

Toda especiaria grossa se vende a *libbra grossa*, ou seja, a *ruotoli*.

Toda especiaria miúda se vende a *once grosse* [...]

Os tecidos se vendem em Trebizonda a *picchio*.

A prata se vende a *libbre sottile*.

[...] Quem porta mercadoria a Trebizonda e vende na própria terra, paga ao imperador da Trebizonda 3% (*3 per centinaio*), mas se vender a genovês ou outro cristão do Ocidente (*genti latine*), não paga tributo.

Porém, se a mercadoria aportada em Trebizonda não é vendida na terra, mas transportada pessoalmente ou expedida para Tabriz, se paga ao dito imperador 28 *aspri* por carga (*per soma*), e ainda 1 *aspri* por carga ao cônsul.

[...] 1 *ruotoli* equivale, em Pera, a 15 *libbre*. E se deve calcular que, para transportar de Pera a Trebizonda em embarcação armada, pode alcançar o custo do frete 100% a pimenta, e 50% o fardo de tecido, e de Trebizonda a Pera, em embarcação armada, a pimenta 150% em cântaro genovês, e a seda e os tecidos de ouro de 50% a 75%; em embarcação desarmada, o custo do transporte se reduz à metade (PEGOLOTTI, 1936, p. 31-32, tradução nossa).⁵

O longo trecho é um exemplo rico de evidências de um verdadeiro sistema comercial em funcionamento. Encontramos o fluxo de mercadorias entre três regiões distintas: a) Tabriz, atualmente localizada no Irã; b) Trebizonda, capital de império de mesmo nome e que, situada no mar Negro, servia como ponto central de circulação mercantil; e c) Pera, atual Beyoglu (Istambul), porto de controle e passagem entre o mar Negro e o Mediterrâneo Oriental. A equivalência de pesos e medidas entre Tabriz

⁵ Como a tradução do trecho apresenta dificuldades, optei por manter no original as denominações de pesos e medidas (mesmo quando cognatos), e por incluir entre parêntesis, nas passagens mais discutíveis, o original. A soma, traduzida por carga, indicava a quantidade levada no dorso do animal de transporte.

e Trebizonda, distantes cerca de 820 km, aponta para um fluxo comercial tradicional e regular. Pegolotti aponta três mercadorias que, oriundas do Mediterrâneo, tinham como destino a rota Trebizonda-Trabiz: prata, tecidos, especiarias; no fluxo contrário, pimenta, seda e tecidos de ouro. Além da operação da companhia florentina a partir do testemunho de Pegolotti, encontramos menção a genoveses e outros mercadores da cristandade latina. De fato, a ausência de uma frota mercantil levava os florentinos a expedir mercadorias em embarcações genovesas, pisanas ou venezianas (BRESC, 1986). Finalmente, a existência de um comércio regular não significava a ausência de altos custos de transporte, entretanto na necessidade de expedir mercadorias em embarcações armadas.

A participação de mercadores italianos nos fluxos de comércio do mar Negro segue lógica análoga à descrita por David Jacoby (2005), a respeito das operações mercantis de Veneza realizadas entre o Egito e o Império Bizantino. Trata-se, nos dois casos, da existência de redes comerciais de tradição secular, em que os mercadores da península itálica passaram a se inserir paulatinamente; e, nesse sentido, Janet Abu-Lughod (1996) tem razão sobre a necessidade de “des-eurocentrizar” as abordagens feitas pela historiografia europeia, passando a colocar em primeiro plano os agentes mercantis do norte da África, do Levante, da Ásia Central e da Europa Oriental. Dito isso, é possível acrescentar a necessidade de “des-essencializar” o comércio, ou seja, usar esse termo não tanto como categoria universal, que *equaliza* eventos ocorridos em sociedades e períodos diferentes, mas sim como uma categoria histórica, que se transformou no tempo e no espaço.

A entrada de agentes italianos nos circuitos mercantis do Mediterrâneo Oriental e do mar Negro decorreu em três escalas diferentes. O fluxo migratório possibilitado pelas cruzadas permitiu a multiplicação de um comércio difuso, de pequena escala, realizado ocasionalmente por todos os tipos de viajantes, como peregrinos, militares e embaixadores (JACOBY, 2005). Em escala mais profissional, mercadores individuais ou organizados em pequenas e breves associações (raramente superior a três sócios) podiam “tentar a sorte”. Caso emblemático é o do cambista florentino Lippo del Sega; acostumado, na década de 1310-1320, a ganhar dinheiro a partir de operações de câmbio e de depósito bancário, Lippo é atingido por uma “má conjuntura” no mercado monetário; a desvalorização do *florin* atinge em cheio seus negócios. O cambista decide, então, viajar para o Chipre em 1322 (RONCIÈRE, 1973). Os poucos indícios existentes apontam que, nessa empreitada, o cambista florentino não tenha jamais entrado nos circuitos de comércio de tecidos ou especiarias do Mediterrâneo Oriental; como seu *know how* estava ligado aos metais preciosos, Lippo procurou lucrar manipulando moedas de ouro bizantinas, escavando ganhos a partir da diferença de valor entre o ouro e a prata em diferentes praças comerciais. Seja como for, a estadia não parece ter sido muito proveitosa; em 1323, após passar por Veneza, já estava de retorno à Toscana (RONCIÈRE, 1973). O importante aqui é que, nessa escala profissional de operações, os mercadores tendiam a escolher um (ou poucos) tipo(s) de mercadoria(s), trabalhavam com índices modestos ou medianos de capital e lucro, e agiam com alto nível de mobilidade e fluidez – uma conjuntura ruim, um negócio malsucedido, e o perigo e o desconforto das viagens eram circunstâncias que podiam reduzir o tempo dos negócios a não mais que um ano de duração.

A realidade descrita em *La Pratica della Mercatura* é bastante diferente. Francesco Pegolotti não agia como mercador independente; participava como agente (bem) remunerado de uma das grandes companhias florentinas. Edwin Hunt (1994),

ao se referir ao seleto grupo das grandes empresas – Bardi, Peruzzi, Acciaiuoli, Buonaccorsi, Scali, Frescobaldi, Alberti –, propõe a designação de “supercompanhias” apenas para as três primeiras, levando em consideração o volume de capital e a amplitude espacial de suas operações. A companhia Peruzzi, por exemplo, apresentava uma carteira de negócios com atividades em Maiorca, Barcelona, Avignon, Paris, Bruges, Londres, Gênova, Veneza, Pisa, Nápoles, Palermo, Túnis, Barletta, Ragusa, Chiarenza, Pera, Rhodes e Chipre (HUNT, 1994). A atuação de mercadores individuais não pode ser comparada com a escala de atividade dessas companhias – por isso a insistência, acima, de estarmos atentos ao engodo da palavra “comércio”, designando da mesma maneira eventos distintos. Há comércio e comércio. No caso das companhias florentinas, a capacidade de mobilizar grandes somas de capital permitiu: a) negócio com diferentes tipos de mercadorias em uma praça comercial; b) fluxo entre diferentes praças comerciais; c) manutenção dos negócios em conjunturas adversas; e d) fluxo regular do comércio. Dizendo de forma algo esquemática, podemos afirmar que enquanto os mercadores independentes têm maior dependência de conexões já consolidadas, as grandes companhias florentinas tinham capacidade de *consolidar* novas conexões.

Assim parece ter ocorrido no comércio de trigo. É preciso tornar claro, em primeiro lugar, que os níveis de atividade em cada praça comercial eram bastante desiguais. Em 1335, as principais agências da companhia Peruzzi se localizavam em Nápoles, Palermo, Barletta, Avignon, Paris e Londres; apenas a primeira praça operava em escala de valores superior a todas as agências secundárias.⁶ Para Edwin Hunt (1994), após análise dos livros de contabilidade, o período de intenso crescimento das duas principais agências ocorreu durante as décadas de 1290 e 1310, ancorado em um negócio bastante específico: a importação de trigo do sul para o norte da Itália. David Abulafia (1981) identificou carregamentos de grande volume partindo dos portos do Reino de Nápoles; o maior registro, de 1311, refere-se à exportação excepcional de cerca de 45 mil toneladas de trigo; em 1294, há registro de 2.250 toneladas; e, em 1308, de 4.730 toneladas de trigo exportado. Os lucros obtidos com essas operações de grande dimensão permitiram às companhias florentinas o acúmulo de capital necessário para expandir suas atividades em outras praças comerciais. Em todo caso, a documentação sugere que o volume de negócios no Mediterrâneo Oriental ou no mar Negro jamais chegou perto de alcançar aqueles valores. Na década de 1330, a companhia Peruzzi passou a investir de maneira maciça em outro negócio: a exportação de lã inglesa (HUNT, 1994).

A exportação de grandes volumes de trigo funcionava de maneira sistêmica, porque só podia se realizar a partir de uma sincronia de elementos: a capacidade produtiva do sul da península itálica; a existência de companhias capazes de organizar um fluxo regular de grande quantidade de mercadorias; a existência de frotas e portos instalados; a cunhagem regular de moedas; acordos diplomáticos e licenças de comércio; além de uma maciça demanda. Entretanto, é preciso estabelecer uma diferença importante entre os funcionamentos sistêmicos do comércio e de uma economia. Neste último caso, a integração comercial ocorre em conjunto com

⁶ Em 30 de junho de 1335, a agência Peruzzi, de Nápoles, tinha por receber 74.092 libras (li.), e 120.960 li. a pagar; as agências de Rhodes, Chipre, Maiorca, Sardenia, Tunísia, Veneza e Pisa tinham, no total, 73.852 li. a receber, e 58.256 li. a pagar (HUNT, 1994, p. 181).

a integração produtiva, o que significa dizer que é possível reconhecer mudanças nas estruturas agrárias ou de fabricação (manufatureira ou industrial) locais, em decorrência de dinâmicas que se passam em escala global (WALLERSTEIN, 1974). Nos circuitos comerciais aqui referidos, não parece possível realizar tal afirmação.

Não há indícios de uma transformação agrária na Toscana que *decorrem* da consolidação de um sistema de importação de trigo do reino de Nápoles ou da Sicília. Temos, antes, a intensa demanda de Florença. A cidade, então com uma população superior a 100 mil habitantes (DAY JR., 2002), controlava um território capaz de suprir com apenas cerca de 42% de sua demanda por trigo (LENZI, 1978). A carestia de 1329 oferece um ótimo quadro de observação. À medida que se evidencia, nos primeiros meses, o segundo ano consecutivo de péssima colheita, os preços começam uma escalada intensiva. Em abril, a cidade é atingida pela falta de trigo (LENZI, 1978). As autoridades públicas iniciam uma série de medidas, enquanto as ruas são tomadas pela população à beira da revolta. Em junho, chega trigo da Sardenha, comprada emergencialmente com orçamento estatal. Em setembro, porém, os preços voltam a disparar. E em novembro, a carestia castiga a urbe. As autoridades públicas impõem novas medidas. Em março de 1330, conseguem alcançar uma situação estável, apesar do descontentamento da população diante da péssima qualidade dos novos grãos importados. Em junho chega a nova safra, os preços caem, e o abastecimento urbano é restabelecido (LENZI, 1978).

A escassez de 1329-30, em Florença, é bastante diferente da crise alimentar ocorrida no norte da Europa entre 1315 e 1322. A sucessão de invernos excessivamente rigorosos e de verões excessivamente chuvosos atingiu, ainda que de maneira desigual, vasta área do norte da Europa; a queda sucessiva da produção agrícola, resultante das intempéries climáticas, conduziu à inflação dos preços dos cereais perceptíveis na Inglaterra, em Flandres, no norte da França, e em diversas regiões do império; as crônicas do período relatam a incidência da fome (JORDAN, 1996). A despeito da existência de conexões capazes de cobrir um extenso arco espacial – o centeio produzido em Brandenburgo era vendido em Flandres –, Chester Jordan (1996) prefere a hipótese de que a carestia decorreu não da integração de um espaço comercial, mas, sobretudo, da queda generalizada da produção de trigo e de cereais menores. Seja como for, é interessante acompanharmos a evolução dos preços na cidade de Florença (Tabela 1).⁷

Tabela 1 – Oscilação de preço do *staio* de trigo em Florença

Data	Preço do <i>staio</i> de trigo	Porcentual de oscilação
4/1310	9 <i>soldi</i> e 3 <i>denari</i>	
8/1311	14 <i>soldi</i>	+ 52,1%
8/1312	14 <i>soldi</i>	–
8/1313	13 <i>soldi</i> e 6 <i>denari</i>	- 3,8%
9/1314	12 s.	- 11,2%

⁷ O preço é dado em 1 *staio* por *soldi* e *denari*. O *staio* era uma unidade de medida que, no período, continha 24,363 litros, e, quando usado para armazenar trigo, pesava entre 16,9 a 17,6 quilos. O sistema de contas era baseado em três unidades: o *denari*, o *soldi* e a *lira*. 1 *lira* equivalia a 20 *soldi* e 1 *soldi* equivalia a 12 *denari* (BALESTRACCI, 1975/76, p. 71).

9/1315	8 s.	- 33,4%
8/1316	9 s. 6 d.	+ 18,7%
8/1317	13 s. 3 d.	+ 38,9%
8/1318	12 s. 10 d.	- 2,9%
8/1319	10 s. 10 d.	- 15,6%
8/1320	8 s. 4 d.	- 23,1%
8/1321	8 s.	- 4%
8/1322	14 s.	+ 75%

Fonte: Domenico Lenzi (1978).

Em Florença, o preço, entre 1314 a 1316, teve uma *queda* em relação aos anos anteriores; o quadriênio anterior (1311-1314) representou um período de alta. Entretanto, Giovanni Villani (1991) narra que as adversidades climáticas que ocorriam na Europa do norte atingiram a produção agrícola toscana em 1316; e, de fato, em 1317 nos deparamos com violenta inflação. O próprio cronista acrescenta que a fome foi evitada pela grande quantidade de alimentos importados por mar “da Sicília e da Puglia”, circuito comercial consolidado desde o início do século (VILLANI, 1991, p. 751). Entre 1318 e 1321 encontramos o melhor quadriênio da série, com diminuição regular de preços. A alta de 1322 dá início a um período de alta de preços que se estenderia pelo ano seguinte (LENZI, 1978), resultante do inverno excessivo e da seca (VILLANI, 1991). Seja como for, podemos ficar com duas conclusões. Primeiramente, contra qualquer frágil argumento malthusiano, percebemos como um dos mais populosos núcleos urbanos da Europa conseguiu evitar a fome por meio de circuitos comerciais consolidados.⁸ E, em seguida, a inexistência de integração entre mercados de trigo do noroeste da Europa com mercados da Itália. Se existia um fluxo de cereais entre esses dois espaços, ocorria em volume insuficiente para constituir um sistema comercial.

A questão interessa porque as mesmas companhias florentinas que construíram o centro dos negócios no comércio cerealífero na península itálica, e ampliaram sua atuação no Mediterrâneo, aparentemente não foram capazes de explorar as “oportunidades de negócio” abertas pela carestia e escassez decorrentes da “grande fome” no norte europeu. E, no entanto, no período entre 1310 e 1340, ocorreu o aumento constante da atuação das companhias Bardi e Peruzzi em território inglês, com operações centralizadas em um negócio particular: a exportação de lã. Primeiro, para as cidades manufatureiras de Flandres (MURRAY, 2006); posteriormente, a partir da navegação atlântica (costeira), em direção à Toscana, possibilitando a formação, em Florença, da produção em escala maciça de tecidos laníferos de alta qualidade (HOSHINO, 1980). Embora utilizando matéria-prima procedente de diversas regiões, a fabricação têxtil, que colocou Florença entre as principais cidades exportadoras de manufaturas do período (FIGLIUOLO, 2015), passou a funcionar com uma conexão regular com a produção de lã inglesa. Portanto, em um mesmo espaço de fluxo mercantil – o noroeste da Europa e a península itálica –, podemos identificar a constituição de um entrelaçamento regular de produção de tecido, e, ao mesmo tempo, a ausência de integração no comércio de cereais. Finalmente, é importante ressaltar

⁸ A questão é um pouco mais complicada e receberá tratamento melhor na dissertação a ser publicada em 2020.

que a construção dessas conexões econômicas teve impacto direto na vida cotidiana das sociedades locais. O negócio de exportação de lã, na Inglaterra, teve não apenas importância central para o fisco do Estado e para as pretensões políticas e militares inglesas no continente, mas também foi decisiva para o processo de crescimento da produção manufatureira, culminando, no século XV, em uma transformação das estruturas econômicas dessa região (CARUS-WILSON, 1987). Na Toscana, a derrota de Pisa na batalha de Meloria (1284) marcou o declínio definitivo dessa República como potência marítima (HERLIHY, 1958); em contrapartida, a expansão comercial, financeira e produtiva de Florença levou não apenas à grande migração de camponeses à procura de oportunidades (DAY JR., 2002), mas foi fundamental tanto para impedir que a República desaparecesse após sucessivos desastres e derrotas militares⁹ como para possibilitar sua expansão política no século XV (NAJEMY, 2006).

CONCLUSÃO

Podemos encerrar manifestando alguns elementos básicos de uma construção teórica apenas esboçada, mas capaz de auxiliar na investigação econômica da Idade Média em perspectiva global.

A concepção de um tempo histórico múltiplo, constituído por diversos ritmos, nos protegerá da armadilha de preferir um critério econômico, ou político, ou cultural, em desfavor de outro. Diferentes são as velocidades e as amplitudes das conexões existentes entre troca de mercadorias, difusão de ideias, e conflitos políticos; e uma abordagem com perspectiva global que investigue, por exemplo, as Cruzadas, ou os conflitos entre o Império Germânico e as monarquias de Aragão, da Sicília ou de Nápoles, encontrará diferentes problemas, e chegará a diferentes resultados, do que aqueles aqui apresentados.

Do ponto de vista econômico, a ideia de espaços fragmentados, destituídos de integração sistêmica, parece ser um bom ponto de partida para identificarmos as dinâmicas de constituição e ruptura de conexões comerciais. A noção de “rede” tem se destacado para explicar trocas de toda natureza. É possível, a partir daí, sugerir uma imagem um pouco menos vaga: um espaço econômico fragmentado e constituído por diversas “redes” de escala local, e que, a partir da atuação de diversos atores econômicos, tiveram alguns “fios” emaranhados, formando, em escala regional ou transcontinental, interconexões específicas (comércio de trigo; comércio de metais preciosos; comércio de especiarias etc.).

Assim, o comércio de lã e metais preciosos entre Londres e Florença entrelaçava dois longos fios de duas malhas comerciais urbanas essencialmente distintas, destituídas de conexão no tocante a outras mercadorias. Ao identificarmos “linhas” comerciais de maior amplitude, envolvendo grande quantidade de capital, organizações empresariais de alta complexidade e trabalhadores em diferentes espaços – como o consumo na corte de Nápoles da produção florentina de tecidos de lã inglesa –, nós nos defendemos de “generalizar” para toda a economia um conteúdo específico, e postular uma “globalização” dificilmente defensável. Ao contrário, isso seria apagar o mais interessante: produzir uma teoria econômica capaz de explicar

⁹ A derrota para Castruccio Castracani, de Lucca, em 1325, e o desfavorável armistício com Mastino della Scala, de Verona, em 1338, tiveram terríveis consequências fiscais para a República de Florença.

a formação de conexões comerciais e da interação de mercados em um universo economicamente fragmentado. Para retomar nossa metáfora inicial, não há uma moldura (como na Economia-Mundo), nem um Santo Antão (um elemento unificador da narrativa). Talvez, seja possível pensar em múltiplos personagens que se repetem em diversos quadros espalhados na parede – mas identificá-los muda a compreensão de cada quadro em particular. E é nisso que está, talvez, a principal contribuição. A identificação de conexões de longo alcance no período medieval não tem nada de novo, e basta lembrar o sucesso e a quantidade bibliográfica atinentes às famosas “feiras de Champagne”. Entretanto, a meu ver, entender como fluxos comerciais de longo alcance *transformaram definitivamente* as sociedades em nível local ainda está por se fazer. E é com isso que gostaria de terminar. A História Global nos obriga a tentar olhar os eventos ocorridos em escala de grande amplitude. E a perspectiva em macroescala será útil, sobretudo, porque poderá nos auxiliar a pensar a transformação dos eventos em escala local.

REFERÊNCIAS

ABULAFIA, David. Southern Italy and the Florentine Economy, 1265-1370. *Economic History Review*, London, n. 34, v. 3, p. 377-388, 1981.

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ALESHKOVSKI, Ivan *et al.* *A Big History of Globalization*. Cham: Springer Nature, 2019.

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. *In*: APPADURAI, Arjun (org.). *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 3-63.

BALESTRACCI, Duccio. Li lavoranti non cognosciuti. *Bulletino Senese di Storia Patria*, Siena, v. 82-83, p. 67-157, 1975/76.

BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery*. London: Verso, 1998.

BOXER, Charles. *A igreja e a expansão ibérica: 1440-1770*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Armand Colin, 1979. 3 v.



BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colis, 1990.

BRESC, Henri. *Un monde méditerranéen: économie et société en Sicile, 1300-1450*. Roma: École Française de Rome, 1986.

CARUS-WILSON, Eleanora. The Woolen Industry. In: MILLER, M.; POSTAN, M. (ed.). *The Cambridge Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. v. 2, p. 613-690.

CASTREE, Noel; COE, Neil M.; WARD, Kevin; SAMERS, Michael. *Spaces of Work: Global Capitalism and the Geographies of Labour*. London: Sage, 2004.

DAY JR., William R. The Population of Florence before the Black Death: Survey and Synthesis. *Journal of Medieval History*, Amsterdam, n. 28, p. 93-129, 2002.

DE VRIES, Jan. *The Industrious Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DEVEZAS, Tessaleno; MODELSKI, George; THOMPSON, William. *Globalization as Evolutionary Process*. Nova York: Routledge, 2008.

EVANS, Allan. Introduction. In: PEGOLOTTI, F. *La Pratica della Mercatura*. Edited by Allan Evans. New York: Kraus Reprint Co, 1970. p. XV-XXVI.

FIGLIUOLO, Bruno. Tipologia economica della città nel basso Medioevo. *Nuova Rivista Storica*, Roma, v. 99, p. 823-836, 2015.

FLYNN, Dennis O. Silver in a Global Context, 1400-1800. In: BENTLEY, J.; SUBRAHMANYAM, S.; WIESNER-HANKS, M. (ed.). *The Construction of a Global World, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. v. 2, p. 213-239.

FRAENGER, Wilhelm. *Hieronymus Bosch: Le tentazioni di Sant'Antonio*. Milano: Abscondita SRL, 2007.

FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K. The 5.000-Year World System. In: FRANK, A. G.; GILLS, B. K. (ed.). *The World System*. London: Routledge, 1996. p. 3-58.

GREEN, Monica (ed.). *Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death*. Michigan: Arc Humanities Press, 2014.

HERLIHY, David. *Pisa in the Early Renaissance*. New York: Yale University Press, 1958.

HOSHINO, Hidetoshi. *L'arte della Lana in Firenze nel Basso Medioevo*. Firenze: Olschki, 1980.

HUNT, Edwin. *The Medieval Super-Companies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

JACOBY, David. Byzantine trade with Egypt from the mid-tenth century to the Fourth Crusade. In: JACOBY, D. *Commercial Exchange across the Mediterranean*. Hampshire: Variorum Collected Studies, 2005. p. 25-77.

JORDAN, William C. *The Great Famine*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

LENZI, Domenico. *Il libro del Biadaio*. A cura di Giuliano Pinto. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978.

LIVERANI, Mario. *Antico Oriente: storia, società, economia*. Bari: Laterza, 2011.

McNEILL, William H. Foreword. In: FRANK, A. G.; GILLS, B. K. (ed.). *The World System*. London: Routledge, 1996. p. VII-XIII.

MURRAY, James M. *Bruges, Cradle of Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

NAJEMY, John. *A History of Florence (1200-575)*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

PEGOLOTTI, Francesco. *La Pratica della Mercatura*. Edited by Allan Evans. New York: Kraus Reprint Co, 1970.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RONCIÈRE, Charles de La. *Un changeur florentin du Trecento: Lippo di Fede del Sega*. Paris: SEVPEN, 1973.

SAHLINS, Marshal. *Stone Age Economics*. London: Tavistock Publications, 1974.

SCHWARTZ, Frederic J. Ernst Bloch and Wilhelm Pinder: out of Sync. *Grey Room*, New York, n. 3, p. 54-89, 2001.

STERN, Steve. *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a *Longue Durée* e a Micro-História. *Revista Almanack*, Guarulhos, n. 2, p. 38-51, 2011.

VILLANI, Giovanni. *Nuova Cronica*. A cura di Giuseppe Porta. Parma: Einaudi, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. World System versus World-System. In: FRANK, A. G.; GILLS, B. K. (ed.). *The World System*. London: Routledge, 1996. p. 292-296.



WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. San Diego: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: The second Era of great expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840*. New York: Academic Press, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.

NOTAS

AUTORIA

Felipe Mendes Erra: Graduado. Mestrando, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua São Joaquim, n. 249, Ap. 11, 01508-001, São Paulo, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo existe em decorrência da pesquisa de mestrado intitulada “O mercado de grãos de Florença (1310-1335)”, pertencente ao Programa de Pós-graduação de História Econômica da USP, programada para terminar em 03/2020; às discussões realizadas no Laboratório de Estudos Medievais (núcleo SP); e ao período de estágio como pesquisador visitante no CIHAM – UMR 5648, em Lyon (França).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores Marcelo Cândido da Silva, pela desafiadora e produtiva proposição do tema da História Global como agenda de pesquisa, ao professor Jean-Louis Gaulin, pela fraterna recepção em Lyon e pela amplitude de visão oferecida a partir de comentários feitos à investigação em andamento.

FINANCIAMENTO

Essa pesquisa foi financiada por bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 17/13122-8, e por uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior financiada também pela FAPESP, processo n. 18/19704-1.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 1 de agosto de 2019
Aprovado em: 16 de dezembro de 2019

Como citar: ERRA, Felipe Mendes. Perspectivas da história econômica global da Baixa Idade Média. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 17-37, jan./abr. 2020.



IBN FADLAN AND A BY-PASSED REMARK ON AN IMAGINARY GEOGRAPHICAL *TOPOS*: SOME OBSERVATIONS ON THE DECREASING FACTUAL CREDIBILITY REGARDING THE CAUCASUS AREA OF THE SILK ROAD

Vicente Dobroruka^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0151-6119>

E-mail: vicente.dobroruka@gmail.com

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História,
Brasília, DF, Brazil

DOSSIÊ

Histórias conectadas da Idade Média

ABSTRACT

This article looks at some aspects of Ibn Fadlan's journey to the steppe during the 10th Century to ostensibly establish friendly relations between the Abbasid Caliphate and the Volga Bulgars. He left a detailed account of his trip, which includes remarks on the mythical people of Gog and Magog, traditionally considered the eschatological enemies of the civilized world. Ibn Fadlan was somewhat incongruent regarding his portraits and opinions of the Slavic or Turkic people he found in the steppe. The main contribution of this article relates to Gog/Magog and modern conceptions of the "Silk Roads", especially concerning their extension in the North paths and their permanence in the *longue durée*. In this respect, some modern theses regarding these issues must be tackled, most remarkably, that of Peter Frankopan and Barry Cunliffe. Other Arabic travels to the North are also examined in order to discuss cultural continuities and breaks between the steppe and the Mediterranean world. The main objective of this article is to show that Ibn Fadlan, in spite of his alleged accuracy, also shared, even if *en passant*, some of the literary *topoi* of his time and subsequent historians and geographers added to the mythical apocalyptic theme nearly forgotten currently, namely the boundaries of civilized world and Gog/Magog. This article concludes that Ibn Fadlan was probably the first Arabic historian to believe and thrive on the study of these people, whereas his successors overstated information about them, from the 13th Century on.

KEYWORDS

Silk Road. Islamic geographers. Religious syncretism in the Middle Ages.

When working with ethnographical material, it is often the content that catches the attention of scholars. This article is no exception, looking mostly at Asia Minor, Parthia, Sassanid Persia and the likes, and having as the standard reference the works of Herodotus, Ctesias and Strabo, just to quote a few. The study of Ibn Fadlan¹ can go further and has interesting peculiarities when observing legendary regions and people. What the modern military call “humint”² was applied by Ibn Fadlan on his accounts of a number of people and regions on the so-called Silk Roads (FOLTZ, 1999). However, a closer study of Ibn Fadlan indicates his peculiarities when compared to other “typical” Arabic geographers-ethnographers. Perhaps surprisingly, the successors of Ibn Fadlan were often more imaginative and less focused on concrete evidence. This can be proved by observing that most of what Ibn Fadlan saw and described in what is, in fact, an *abregé* of a larger work (“Meshed manuscript” – Msh. ms. –, for it was found in the city of Meshed in 1923),³ first edited by Togan (KAFADAR; KARATEKE, 2011, p. 574), is factually correct in the whole and parts of his descriptions and remains accurate to this day. But it was a simple sentence at the end of that *abregé*, when concluding his remarks on the Khazars, which was odd even for the life and times of Ibn Fadlan. His report can be seen as part of a long tradition that began somewhere in Babylon, during the Jewish Exile and went on to our times.⁴

The essential novelty for most readers of Ibn Fadlan is what he has to say on the first Russians and, more importantly, on the Khazars. However, his report includes the wonderful and fantastic people supposedly locked up by Alexander the Great in the limits of the Earth.

¹ His full name was Aḥmad ibn Faḍlān ibn al-‘Abbās ibn Rāšid ibn Ḥammād, with Arabic variations on longer and shorter vowels, plus different types of consonants, which western languages do not have. For practical purpose, these traces will be omitted in this text; the reader will have no difficulty finding more information on his name and spelling. The edition on which this article is based is that of Richard Frye (2005), whose full reference can be found in the bibliography together with an excellent Brazilian translation that has an important peculiarity: before the Meshed ms., Ibn Fadlan was known, second-hand wise by another Arab author who quoted him extensively: Yāqūt Albulḍān, who wrote an encyclopedia called *Mu‘jam Albulḍān* around 1229CE. While travelling, he found in Merv a ms. of Ibn Fadlan’s text, which he used extensively but did not quote in full. It should be noted that other Arabic travelers/writers knew Ibn Fadlan’s work as well, namely Ibn Hayyān Alqurṭubī, Al-Masudi (examined in this article) and the Persian Ibn Ḥurdāzbih. Cf. the edition Ahmad Ibn Fadlan translation and comment by Pedro M. Criado (2018).

² Short for “human intelligence”, in the sense of information acquired by persons by comparison to drones, satellites, aircraft, etc.

³ This ms., in turn, had two editions, both with adventurous stories which came out in 1939. One from Zeki-Vedi Togan, a former Communist who tried to establish a Soviet republic in Bashkir, but was arrested by the Soviets and escaped afterwards. His edition was based on his PhD, obtained in Bonn, between 1931-1935 or, according to other sources, between 1935-1937 in Gottingen, between 1937-1939. Later, in 1953, Togan became a professor of Turkic history in Istanbul. The other edition was published almost simultaneously, in Russian, by Andrei P. Kovaleskii, who disappeared during the mass executions in 1939 but was later found alive. This edition is of special interest since it has photos of the Meshed manuscript.

⁴ The Islamic calendar starts with the Hijira, the journey of the Prophet Muhammad from Mecca to Medina. For practical purpose, the non-Islamic Gregorian standard calendar will be used throughout this article.

THE FOES FROM THE NORTH

The last paragraph of what we call the “Meshed manuscript” reads:

The Khazars and their king are all Jews. The Saqaliba,⁵ and all those neighboring them, give obedience to the [Khazar] king. He speaks to them as slaves, and they show him fealty. Some believe that Gog and Magog⁶ are Khazars (FRYE, 2005, p. 77; MISHIN, 1998, p. 242).

Ibn Fadlan flourished, according to information available, between 921-922 CE, when he was sent by the then Caliph of Baghdad to establish strong diplomatic ties with the Bulgars, who lived near the Khazars and south of the fledgling Rus (COOK, 1923, p. 53-61; LUNDE, SCHMIDT, 2012, p. 134). On this mission, he was in charge of explaining the Islamic law “accurately” to the Bulgars and build a fortress for their king, who needed one badly mission which was not accomplished. Ibn Fadlan was a shrewd informant when reporting about the people he met, their habits and characteristics of interest, the rivers he crossed, the temperature he found along the way. That is what he states about himself at the beginning of the text:

This is [the book of Ahmad ibn Fadlan...] in which he recounts what he saw in the land[s] of the Turks, the Khazars, the Rus, the Saqaliba, the Bashkirs⁷ and others, of the many types of their religion of the histories of their kings, and [of] they act in many affairs of their life (FRYE, 2005, p. 25; GOLDEN, 2011, p. 314).

So far, nothing special – although the piece of information provided by Ibn Fadlan is of great interest to anyone studying Inner Asia during Medieval times (BAHIY, 2006). However, having such a keen eye for all ethnological things – such as customs, marriage customs, currencies, to quote a few – why would Ibn Fadlan end his report with a legendary warning that goes back to the Hebrew Bible, more precisely to Ezekiel 38-39?

In that passage – where the people mentioned by Ibn Fadlan, are possibly the Khazars – begins a very *longue durée* mental tradition, one that became ubiquitous in Judaism, Christianity and Islam – and which would have a great career among non-monotheistic people as well: the legend of Gog and Magog. This is one of the pillar themes of the so-called *Alexander Romance* (AR), a literary fantasy concoction that spread throughout the Eurasian continent, from Iceland to Indonesia, being adapted to the needs, customs and, more importantly, to the religion of each place. Thus, the Macedonian conqueror was “adapted” to the religious needs of several people (ZUWIYYA, 2011; STONEMAN; ERICKSON; NETTON, 2012, p. ix-xiv).

⁵ The phonetic markings of the term Arabic *Şaqāliba*, referring to Slavs and Central Asian people in general will not be used in this article.

⁶ Arabic, transliterated, “Yajuj” and “Majuj”. There are variants for both the names and transliteration, but these are irrelevant for the purposes of this article. “Gog” and “Magog” will be used throughout the text.

⁷ Ironically, the same people of Togan, the first editor of Ibn Fadlan’s remaining text.

The people of Gog and Magog, in Ezekiel, are essentially formidable foes – although not yet in apocalyptic guise – which, just like so many other disasters, struck Mediterranean people coming from the North (YAMAUCHI, 1982, p. 49-107):⁸

The word of the Lord came to me: Mortal, set your face toward Gog, of the land of Magog, the chief prince of Meshech and Tubal. Prophecy against him and say: Thus says the Lord God: I am against you, O Gog, chief prince of Meshech and Tubal; I will turn you around and put hooks into your jaws, and I will lead you out with all your army, horses and horsemen, all of them clothed in full armor, a great company, all of them with shield and buckler, wielding swords. Persia, Ethiopia and Put are with them, all of them with buckler and helmet; Gomer and all its troops; Beth-togarmah from the remotest parts of the north with all its troops — many people are with you. Be ready and keep ready, [...] Therefore, mortal, prophecy, and say to Gog: Thus says the Lord God: On that day when my people Israel are living securely, you will rouse yourself and come from your place out of the remotest parts of the north, you and many people with you, all of them riding on horses, a great horde, a mighty army; you will come up against my people Israel, like a cloud covering the earth.

And in the same tone, Ezekiel continues:

In the latter days I will bring you against my land, so that the nations may know me, when through you, O Gog, I display my holiness before their eyes. [...] On that day, when Gog comes against the land of Israel, says the Lord God, my wrath shall be aroused. [...] I will summon the sword against Gog in all my mountains, says the Lord God; the swords of all will be against their comrades. [...] And you, mortal, prophecy against Gog,⁹ and say: Thus says the Lord God: I am against you, O Gog, chief prince of Meshech and Tubal! I will turn you around and drive you forward, and bring you up from the remotest parts of the north, and lead you against the mountains of Israel. I will strike your bow from your left hand, and will make your arrows drop out of your right hand. You shall fall on the mountains of Israel, you and all your troops and the peoples that are with you; I will give you to birds of prey of every kind and to the wild animals to be devoured. You shall fall in the open field; for I have spoken, says the Lord God. I will send fire on Magog and on those who live securely in the coastlands; and they shall know that I am the Lord. [...] On that day I will give to Gog a place for burial in Israel, the Valley of the Travelers¹⁰ east of the sea; it shall block the path

⁸ All Bible references taken from the New Revised Standard Version compared to the Hebrew or Greek when necessary.

⁹ Hebrew *hanaba* [imperative masc. sing, i.e. Niphal] *al-gog*; “[go] prophesy to Gog”; Greek *kai sú* [you] *uie anthropou* [son of man] *prophéteuson* [prophesize] *etí* [upon] *Gog*. In any case, a difficult task for the prophet Ezekiel, only understandable in the semi-apocalyptic flavor of his book.

¹⁰ Hebrew *qever*, “grave”, “place of burial”; Greek *mnemeíon*, “grave [of the remembered]”.

of the travelers, for there Gog and all his horde will be buried; it shall be called the Valley of Hamon-gog.

The passage in Ezekiel furnishes the essentials of the characteristics of Gog, that comes from Magog (or at least the basics; other authors will augment them considerably, as we shall see). We have here one and only one people, “Magog”, meaning simply the place where they come from. They appear in many other passages in the Hebrew Bible and also in the New Testament, but quoting and analyzing these would take us too far unnecessarily since it is Ez 38-39 that provides the matrix for subsequent derivations of the theme.¹¹

The foes of the Chosen People come from the North. Most likely this means, metaphorically, but with an eye to geographical and political events in the past, from Scythia, Cimmeria and other steppe lands. Although, even with archaeological and traveler’s evidence this is not an obvious point to prove – but is likely enough to develop the “end of times” theme, the wrath of God and redemption of Israel. A host of Western travelers in medieval times would develop the “identification” of Gog and Magog, as well as measures to contain them: Christian of Stavelot, William of Rubruck, Riccolodo da Monti di Croce, Vincent de Beauvais and even Marco Polo, who may have taken the Great Wall of China for the “wall” to contain Gog and Magog (MARSHALL, 1998, p. 6-12, 120-122, 144; GOW, 1995; JACKSON, 1990; KLEĆZAR, 2012, p. 339-346; BAUER, 1995, p. 1-44). In a clever version, by a Western traveler, even an etymology for “Mongol” is made out of “Gog” + “Magog” = “Mogoglis” (BOYLE, 1979, p.126). We will return to this theme in the conclusion.

ALEXANDER THE GREAT, FROM ZERO TO HERO

The Ezekiel passage is a quasi-apocalyptic passage, which was probably written during the same period in which the Jews came into close contact with the Persians and may have borrowed the ideas that would later become what we now call “apocalyptic literature”. During the Exile, if there were any kind of systematic apocalyptic thinking, it was restricted to the Persians themselves: unless Zoroastrianism should be regarded as a 3rd Century CE invention, as some propose, based on very weak arguments. By the time of Ezekiel, it was recurrent in many tales of the sacred scriptures of the Zoroastrians, i.e. the Avesta.¹² However, it is only at a much later phase of development of those themes that “substantiated” tales about such eschatological foes begin to appear. Therefore it happens with the dramatic case of Alexander the Great who went from the “accursed” destroyer of the *dēn* (i.e. the correct religion, Zoroastrianism – this is repeated repeatedly in a very important Zoroastrian apocalypse, the *Zand-ī Wahman Yasn*) to a model-king (CZEGLÉDY, 1966, p.17-18), of Persian origin indeed. It also

¹¹ Even in the Dead Sea Scrolls the derivations are already present: “Magog” in 1QapGen ar, cols.XII, XVII, 1QM col.XI, 4Q161:21 and 4Q523 (twice, in fr. 1 and 2); in Josephus (twice): Jewish Antiquities 1.122-123 and Jewish War 7.254. Pseudepigraphical literature, like Jubilees and the Sibylline Oracles, also mention them. In the New Testament, they play a very important role in Revelation 19:11-21:8.

¹² The extant earliest mss. date from the 13th Century, but several scholars believe that they preserve much older traditions, going back to oral poetry not so different from Homer, and also from the Late Bronze Age (i.e. the end of the Second Millennium BCE).

happens in the Persian national epic, the *Shahnameh*,¹³ and in the Persian versions of the AR (STONEMAN; ERICKSON; NETTON, 2012 p. 3-18; DAVIS, 2004, p. 514). In those versions, or Persian texts that are known to us only through Arabic or Farsi references, but were composed and transmitted in Middle Persian, many common lore themes appear, most remarkably, the search of the “Water of Eternal Life” by Alexander (SZALC, 2012, p. 327-336).¹⁴

Hitherto, there is a gradual transformation of Alexander, but not the crossing of his path with Gog and Magog yet. Even the names of those people are not clear: they appear as “Gog from Magog” in Ez 38-39, which is called by specialists on the matter “GO” or Gog Oracles (TOOMAN, 2011, p. 2; 38-84; DONZEL; SCHMIDT, 2009, p. 16-56; DITOMMASO, 2005, p. 25; 119). The scholarly investigation on such early usages of “Gog” and “Magog” do not concern us here. However, we are concerned with subsequent uses of “Gog from Magog”, “Gog and Magog” (two different people, by far the most common form of the myth) and also “GogMagog”. In all cases, they represent a hopeless case of cruelty and, in Second Temple Judaism, Christianity, Islam, and even in other faiths, the announcers of the end of time, remain. Actually, even currently, they are popular (HOSEIN, 2009).

This begins to change into different shapes and different times in the Arabic–Farsi cultural *milieu*. Both Ferdowsi and Tarsusi share an interest in Gog and Magog and, even before them, Alexander plays an important role in the Qu’ran. Ibn Fadlan also reports on these two mythical people, as mentioned. The main question this article proposes derives, in fact, from Ibn Fadlan’s last words in what was left to us, the *Msh.ms*. In this work, Gog and Magog, in a complete reversal of roles, are equated not to the foes of the Jews, but as the Jews – i.e. the Jews from Khazaria (GOW, 1995).

THE ROLES OF GOG AND MAGOG IN ISLAMIC HISTORIOGRAPHY

To be fair to Ibn Fadlan, as an investigator of universal proportions, and not a foolish copyist of “outdated ideas” (considering the differences between Medieval mental framework and ours), he had Islamic predecessors, not only Jews and Christians. Qudāma (approx. 883-948) was one of them: he combines the figure of *Dhū al-Qarnayn*,¹⁵ well-known by the prophet himself (*Qur’an*, *Sura* 18:83-98 [*Al-Kahf*, “The Cave”]; LUNDE; STONE, 2012, p. 104) with *Iskandar* (i.e. Alexander).

How and when this series of confusions took place is unclear – but the Prophet already called Alexander “a friend of his friends” (ABEL, 1951, p. 15; ZUWIYYA, 2011b, p. 74-75). Therefore, Qudāma was probably just repeating a literary *topos*. But he does far more than that: Qudāma ascertains that Alexander was contemporary with the Chinese T’ang (618-907). This is puzzling: if this is not a blunder (and there is no reason

¹³ Mostly related to “Iskandar”, but also understood as Azdahak, a Zoroastrian demon. Ferdowsi refers to the event in a section translated as “Sekandar Constructs a Wall to Defeat Yajuj and Majuj”. They have faces like animals, the usual barbarity and, Ferdowsi admits, “we cannot resist them” – hence the need to build a wall.

¹⁴ Which deserved a *ghazal* by none other than Hafez (*Ghazal* 37).

¹⁵ Arabic lit. “the one with two horns”. The origin of this term is unclear and might reflect images of Alexander in coinage.

to believe it was), Qudāma places Alexander's exploits (i.e. from the AR) dangerously close to his lifetime – at best, 265 years before him, at worst, as his contemporary for 41 years. Considering this, Alexander could have known the Prophet (d. 632 EC) for 14 years. As for the rest of the story, Qudāma is not particularly fanciful, but provides many details inspired by the AR: Alexander defeated Porus, king of India and then put Tibet and China under tribute. When meeting the king of Tibet, a long, anachronistic discourse follows (FRYE, 2005, p. 104), when Alexander meets the *tarkhāns* of the Tibetan king (which is impossible, since *tarkhān* defines a Turkic tribe differently from that of Tibet). Regarding China, Alexander gives one-tenth of the tribute received (as he did with Tibet) to his “wife Roxana, daughter of Darius” (STONEMAN, 1991, p. 2-4; STONEMAN; ERICKSON; NETTON, 2012, p. xiv; DONZEL; SCHMIDT, 2009, p. 58; MÜLLER, 2012, p. 296-307).

An interesting note regarding not just a usual “universal political history” of sorts is that the tribute paid to Alexander reflects precisely the manufactured goods that were commercialized in the Eastern route followed by Ibn Fadlan. Here, the story takes a twist that probably influenced all the subsequent ethnographical narratives in Islamic historiography up to, at least, the 13th Century. Qudāma's narrative of Alexander's action in China will be summarized in the next paragraph. If the journey to the Khazars (implying the north section of several Silk Roads) had not happened, the subject of Gog and Magog would not have received the attention it did by Fadlan.

FACTUAL CONTRADICTIONS: THE UNIVERSAL EXTENT OF THE SILK ROADS AND THE “NEED” TO FORTIFY CERTAIN AREAS

The original term for Silk Roads, *Seidenstraßen*, was coined in the plural by the German geographer Ferdinand von Richthofen, in 1877, in his monumental work on China. The historian of the third millennium faced a series of theoretical issues that derive from the multiple roads, in and out of the Far East, long before Marco Polo. At least, one modern historian argues that the Silk Roads extended up to Alaska, long before America was founded on the other side of the world by Columbus (FRANKOPAN, 2016, 2018). This goes further in the words of Cunliffe (2015, p. 11, 245), who says that “Silk Roads” is just a fancy term to depict a very long duration process that involved the whole of Eurasia. Even being a daunting task, imagining the interconnection of an immense shared common, interconnected heritage throughout Eurasia is entirely possible (CUNLIFFE, 2015, p. vii, 10, 203-293; GORDON, 2008).

This continuity is confirmed by the conformity of institutions, objects and religions to similar patterns throughout Eurasia and Africa: the historian is free to look for continuities or for differences. What is at the same time “global” and relegated to the realm of fantasy are the myths discussed in this article regarding Gog and Magog as found, imagined or reported by Islamic travelers. This mythical complex, coherent in the self-contained discourse of its own absurdities, is also the expression of universal themes. The confines of the Earth, the identity of Gog and Magog, even their names – these are very important issues of the narratives that are examined here. The crossover, in the Book of Ezekiel reappears in the AR and in a host of other texts, apocalyptic or

not¹⁶ are a substantial issue on Islamic historiography (LUNDE; STONE, 2012, p. 104). All this constitutes an intricate web, worth examining.

The continuity felt when reading Ibn Fadlan is that of a sort of continuity regarding Eurasia. This is not the same as declaring that he understood Eurasia as part of the same civilization (as historians and archaeologists in modern times do, taking both written and material evidence into account), but rather that one can sense in his text the fluidity of language when dealing with quite varied regions, climates and people. In this sense, the report that Ibn Fadlan left is quite different from what was called “universal history” in Antiquity and Byzantine authors: he is less worried with magnificent events *per se* and more interested in the amount of details he can amass regarding the regions he visited first-hand. What remains puzzling to the modern reader is that Ibn Fadlan has no difficulty in including mythical reports and people in his text. Qudāma does this as well, and this trend continued in Arabic historiography until a rather late date. In any case, Ibn Fadlan is writing on what he conceives as a global context – and it is our own way of classifying true from false reports that makes his report look exotic at times. But, even then, given the ration between his fantastic people and the “global” or “universal” conquests told in the AR – his intelligence gathering data is precise (when dealing with actual people and places) and, mostly, coherent in what he considered a global scale.

Qudāma ends his narrative in a grandiose manner with a common theme: Alexander stays in China in order to build a city called the “Stone Tower” (*Bur al-Hijāra*). This tower was garrisoned by 5,000 Persians under the command of a general unheard of, but who beared a Greek name – Neoclides (LUNDE; STONE, 2012, p. 106). Alexander goes on to lock up the Turks – who play Gog and Magog – in a clever fashion: they are conveniently located in the Northwest of China and inaccessible by the so-called “Green Sea” (LUNDE; STONE, 2012, p. 106). There is, however, a defile that can be closed to spare the world of their ravages; Alexander does that (as he will do in a number of subsequent stories) and comes back, founding cities along the way – most, if not all, real cities, but built from East to West: Samarkand, Dabūsiya, Alexandria the Farther (Alexandria Eschate?), Bukhara, Merv, Herat and Zarānj. He also founded Rayy, Isfāhān, and Hamadhān; then he went peacefully to Babylon, to end his life after several years of honest and fair kingship (LUNDE; STONE, 2012, p. 107; STONEMAN; ERICKSON; NETTON, 2012; p. ix, 10, 16, 22).¹⁷

It is also remarkable that, besides being worried about the end of times and the nature of Gog and Magog, the Arabic/Farsi writers we are discussing are not covered in anonymity or pseudonymity.¹⁸ Ibn Fadlan was a public servant in the inner circle of the Abbasid Caliph al-Muqtadir. His precursor, Qudāma, wrote his account as part of an administrative book: “The Book of Land Tax and the Art of the Secretary” (*Kitāb al-kharāj wa sinā’at al kitāba*) (LUNDE; STONE, 2012, p. 104); and so were others in this series. Ibn Hawkal (fl. 943-969 CE) also has interesting observations on Gog and Magog (LUNDE; STONE, 2012, p. 189-193; HERMES, 2012).

¹⁶ The text of the Ps.-Methodius is perhaps the best case in point. Cf. LORENZO, 2005, p. 203-205, 224.

¹⁷ The narrative is unashamedly inaccurate from a historiographical point of view, but, perhaps, retains some of the Greek pride and homage paid to those who erect cities as cultural heroes.

¹⁸ It happens in the AR, wrongly – and early – attributed to Callisthenes, or the Apocalypse of the Ps.-Methodius, who could not have been the alleged authors in any of the cases.



FROM SUPERFICIAL MENTION TO A COMPLETELY MEANINGLESS TALE: SALLĀM THE INTERPRETER CHECKS OUT THE CALIPH'S DREAM

Ibn Kurradādhbih (fl. around 844), even before Qudāma, was also an administrative man, apparently responsible for the postal service (*barīd*) and, perhaps shocking to our eyes, responsible also for espionage and intelligence systems of the Abbassids.¹⁹ Ibn Kurradādhbih's narrative is the longest – and the reader will forgive me for shortening some passages, I hope.²⁰ As a polymath, he also wrote on music, literature and geography. Besides that, he was perhaps the first descriptive geographer in Arabic (LUNDE; STONE, 2012, p. 108; DONZEL; SCHMIDT, 2009 p. 131-161). The passage we are about to read is declaredly from another person, who told it all to him. This traveler was called (if he existed at all) Sallām, the Interpreter; he earned his nickname for knowing more than thirty languages, according to Ashnās (LUNDE; STONE, 2012, p. 109).²¹ The tale begins when Caliph Wāthiq²² had a nightmare which perfected the theme of the barrier to avoid Gog and Magog (LUNDE; STONE, 2012, p. 108). This had been, accordingly, erected by Dhū al-Qarnayn, that is, Alexander the Great. In the nightmare, the barrier had been breached, and the Caliph looked for someone capable of going to the limit of the world, where the barrier stood: his assistant Ashnās (LUNDE; STONE, 2012, p. 110) insisted that only Sallām, the Interpreter, was fit to conduct such a mission (LUNDE; STONE, 2012, p. 108). Sallām was equipped with 50 strong men (of whom, only 14 would return alive), money, mules and letters.

In an interesting detail that suggests that the author already knew Ibn Fadlan's report on the cold North, the Caliph ordered jackets made of felt covered with leather, with matching fur-lined boots (LUNDE; STONE, 2012, p. 108). Their route was also similar to that of Ibn Fadlan, avoiding the Caucasus and going round the Caspian Sea to reach Tiflis, with a letter to the emir of Armenia, Ishāq ibn-Isma'il²³ (LUNDE; STONE, 2012, p. 108). The emir, in turn, handed them letters concerning the kings of the Alans and of the Khazars. Therefore, they went and passed through black earth, which smelt bad. From here on, the absurdities in this story grow exponentially – they may as well be in all the stories we are analyzing.

After much traveling, they spent 20 days traversing towns devastated by “the people of Gog and Magog” (LUNDE; STONE, 2012, p. 109). Then, they reached the barrier, in which one chain only held the pass. The people in the area were Muslims, spoke Arabic and Persian, knew the Qu'ran, and had mosques and even a “commander of the Faithful”, eager for news from Iraq, i.e. from the Caliphate (LUNDE; STONE, 2012, p. 109; BRAUER, 1995, p.6). They moved then to a region with movable iron gates (LUNDE; STONE, 2012, p. 109; ANDERSON, 1932), work of Alexander, naturally. From there, they moved on to a range of mountains, with a complex of fortifications that kept

¹⁹ This position may have put himself in contact with much lore from lands He never knew personally. Ibn Kurradādhbih may also have been less critical of the stories brought to him, but then this accusation could hold true to all the authors examined here – even shrewd servants as Ibn Fadlan and al-Biruni.

²⁰ Those interested in the full text will find it in the bibliography.

²¹ A Turk in command of the Abbasid army.

²² This must be Caliph al-Wāthiq Bi'llāh, an Abbasid who reigned from 842-847 CE.

²³ This must be the one called Sahak in near Georgia. He ruled from approx. 833-853.



Gog and Magog inside; which the inhabitants called “The Barrier of Gog Magog [sic]” (LUNDE; STONE, 2012, p. 109; ANDERSON, 1932). The bricks of these forts were made of iron sheathed in brass, and the responsibility of guarding these gates was hereditary “like the Caliphate”, the narrator hastens to add (LUNDE; STONE, 2012, p. 111). The supreme commander of the compound checks everything three times a day: in the morning, at mid-day and in the afternoon.

A system of hammers, whose sound is heard from one fort to the next, allows the guardians to know that all is well and that the barbarous Gog Magog are kept inside the gates. Up to this point, no matter how wondrous these complexes may seem, the plot turns into meaninglessness. Sallām asked if there had been any breaches or even attempts against the gates (for he spent 20 days just witnessing the havoc brought about by Gog and Magog). The answer is a candid “no, never” (LUNDE; STONE, 2012, p. 111). Sallām finds a crack, but it is very small; the guards are asked again about Gog and Magog and say that they came close once, but were thrown back by a strong wind (LUNDE; STONE, 2012, p. 112). Sallām cracked a bit of dust from the metallic bricks to take back home to the Caliph as proof that he had, in fact, been at the gates; they receive an escort up to Khurāsān and head back home (LUNDE; STONE, 2012, p. 112). The way back is quite long, via Samarkand and Bukhara, and Wāthiq, the Caliph, lavishly receives the remnants of the expedition (LUNDE; STONE, 2012, p. 113). Sallām shows him the metallic dust as proof of the successful mission (LUNDE; STONE, 2012, p. 112).

This is just a summary of the events given to Ibn Khurradādhbih by Sallām; the complete account was given later to the Caliph privately. Anyway, this is a story that definitely makes no sense. If Gog and Magog (or “GogMagog”) devastated cities covering an area equivalent to 20 days of travel, they obviously found a way through the barrier. Sallām does not seem impressed when he reaches the “Iron Gates”, but nor does he conduct a full inquiry about what happened. In fact, he does not even mention the devastation to the commander and their staff. The inspection shows a small breach; it makes no difference to the plot. The barbarians GogMagog did once try to come closer to the barrier, but a wind threw them back; the guardians of the gates tell no more and Sallām asks no more either, just collects that bit of dust (which also suggests that Wāthiq knew beforehand the material of which the gates and walls were made of).

Therefore, there is a sequence of failures that the narrator celebrates as triumphs: the devastation is ignored, or at least not mentioned, there is no hint on how Gog and Magog came out, and, we can conclude, that Wāthiq’s dream does not make sense either. An educated guess – but too far away from the narrative – could leave to the imagination that Wathiq saw the destruction; Sallām did not recount the whole devastation to the Caliph, at his own risk, but told Ibn Khurradādhbih. In any case, there is only one logical conclusion: Gog and Magog escaped and destroyed and rampaged at will. Therefore, ends the most absurd of all the Arabic-Persian narratives concerning Gog and Magog: clueless and with an unconceivable happy conclusion.

MORE “HUMAN INTEL” ON GOG AND MAGOG

Mas’ūdī, one of the greatest travelers during the Middle Ages, who died in 957 CE, after having settled in peace in Egypt and written on what he had seen in a kind



of universal history,²⁴ by no means not the first, poetically dubbed “The Meadows of Gold and Mines of Precious Gems” (*Muruj al dhahab wa ma’adin al Jawhar*) (LUNDE; STONE, 2012, p. 140). Mas’ūdī barely needs an introduction, given the scope of his work. In this part the theme of the RA, Gog and Magog, takes another twist.

In the story, supposedly told by Sallām, the Interpreter, it is possible to vaguely locate Gog and Magog to the North and then to the West of the Caliphate, in modern-day Iraq. Mas’ūdī toes the same line, placing them in the mountain range of the Caucasus. For him, these mountains were so impressive that he chose a “perfect” number to describe them – 72, that is 6 times 12 (LUNDE; STONE, 2012, p. 140). “Only the Creator can number the people who live there [...]”, says Mas’ūdī (LUNDE; STONE, 2012, p. 141).

Here, the plot of the AR takes another turn: we have a city controlling the wall to isolate Gog and Magog, but it was the work of another king – Khusraw Anōširwan – who had built a city called Darband, probably in Afghanistan, and a wall that went into the sea, (whether the Black or the Caspian remains unknown). Again, the iron gates appear, every 3 miles. Mas’ūdī adds a detail that gives some credibility, which other narratives lack: the barrier is not against the mythical Gog and Magog, but against the Khazars, the Alans, various Turkish people (which is odd, since it would be expected that they came, at this time, via the Iranian plateau), the Avars and other unnamed “infidel tribes” (LUNDE; STONE, 2012, p. 140).

Thus, when all the pieces seem to fit, Mas’ūdī embroils the narrative again (AL-AZMEH; 1992): after thanking God for the protection given, he begins a long whining, saying that Islam is now in decline and Pilgrimage [to Mecca] in “peril” (LUNDE; STONE, 2012, p. 141). Given his knowledge of a much bigger picture of history, he compares the Sunni disputing groups to what he calls “party kings” who emerged after Alexander the Great (i.e. the Diadochi). Mas’ūdī goes on with his complaint and ignores the Parthian period: it was with Ardašīr-i Papāgān (the semi-legendary founder of the Sassanid dynasty) that political unity was re-established (LUNDE; STONE, 2012, p. 141-142). Mas’ūdī says that this unity lasted until the times of the Prophet, and began to crumble under al-Muttaqi (blinded in 968 CE, ending a Caliphate that had succumbed to Turkish forces). Of great importance in the otherwise shrewd report of Mas’ūdī is that the location of the foes of Islam is approximately that of Ibn Khurrādadhbih, although he does not talk about Gog and Magog.

WHEN PSEUDEPIGRAPHIC AUTHORS MEET

The two last travelers-geographers to be examined in our tour on those eerie lands (that do not always make sense, even in their own terms, like the story of Sallām) are Biruni and Qazwīnī.

Al-Biruni,²⁵ the nickname for Abu Rayhan Mohammad Ibn Ahmad, began his life as the son of a respected scholar who, nonetheless, lived some distance away from the nearest facilities (like a mill, etc.; KAMIAR, 2009, p. 1). He can be compared to Mas’ūdī in terms of relevance and attention to detail, regarding the way he worked with his sources. However, at his time, the political and social forces around the Islamic

²⁴ The genre was popular among Arabic writers and well known in Antiquity.

²⁵ Persian *birun*, *biruni*: he Who lives “outside”, or “comes from the outside”.

world had taken a very sharp turn. Biruni was born in 973 and died around 1050. His intellectual production is immense and covers so many fields that it would be useless to discuss it here. Suffice it to say that Biruni knew around 10 languages, all the common usage at the time, like Arabic, Persian, Greek and Syriac (KAMIAR, 2009, p. 10; 84; 94; 139; 141) and his interests covered many branches of knowledge. At this time, it is not just the Biblical Gog and Magog, for all the changes they have been through, that faces us.

One of the most important medieval apocalypses, derived from a Christian source, possibly earlier than Islam, is the “Apocalypse of Ps.-Methodius” (from now on Ps.-Meth. DITOMMASO, 2005, p. 95, ALEXANDER, 1968, p. 998-1000). It refers, as any other pseudepigraphic text, to the authority of a real character both in the Syriac version,²⁶ and to Methodius of Patara in the Greek mss.²⁷ To sum up, a problem that would yield more than one book, and adding the Gog / Magog issue in Biruni we have now a “tri-partite” problem

Biruni mentions the “unclean people” behind the “Alexander Wall”.²⁸ His references to these people are very odd, as presented in this article. They interrupt the crescendo in exaggerations since Ibn Fadlan and precede the most unbelievable tales of all in Qazwini, as a pause in music. This is in accordance with the Ps.-Meth. (DONZEL; SCHMIDT, 2009, p. 115; GARSTAD, 2012), but also with the “Russian Primary Chronicle” (RPC), also known as “The Tale of Bygone Years”. The third revision of the text, made by Prince Mstislav, in Strataia, in 1116 CE, also quotes Gog and Magog covering events from approx. 850 to 1110 CE (CROSS; SHERBOWITZ-WETZOR, 1953, p. 180-185). Biruni’s narrative, which is perhaps the most sensible and discreet of all (even by comparison to Ibn Fadlan) parallel to an unlikely couplet, Ps.-Methodius, and the RPC:

²⁶ Methodius of Olympus, d. around 311 as a martyr who left interesting doctrinal texts on the virginity of Christ, among other themes. Cf. PATTERSON, 1997.

²⁷ Patara also died as a martyr just about the same time, in 312. Cf. BOYLE, 1979, p. 128.

²⁸ Compare this to the more moderate terms by Mas’ūdī, above. However, most of Biruni’s complaints are directed to the Hindu caste system.

Table 1 – Compared Gog and Magog excerpt in Biruni, Ps.-Meth. and RPC

AUTHOR / TRACES INDEXED	Biruni	Ps.Meth.	RPC
Origin	*Yūrā, a strange people from the North similar to the reports of Ibn Fadlan and others	*The sons of Japheth	*Lughra or Yughra, who live in the North with the Samoyedes
Habits	*The people of Yūrā exchange their products by placing them on the ground in a certain area and then going away, like shy, wild things ¹	*Are accursed, false, and foul *Make use of (ineffectual Godless sorcery)	*Eat gnats, flies, cats, and serpents *Do not bury the dead; eat them *Also eat aborted babies
Kind of wall / Builder	*God	*Alexander, who was afraid that they would spread	*Alexander of Macedon
Location	*The extreme North, where movement is possible on dog sleds or skates made of bone	*The land of dawn and beyond	*The desert of Yathrib in the Northeast
Kind of lock	-	*Brazen gates covered with asyncite, fire-proof	*Gates of brass, but they can only communicate through a small breach in the range of mountains
Will come out	*From the desert of Yathrib, at the end of the world	*At the end of the world (North, nor East nor West)	*At the end of the world, all the eight tribes expelled [not just the four mentioned] will come out, at God's command
Peculiarities	*Language unintelligible *By a breach, if given iron objects, give furs in return	*There are 22 nations kept within these gates; one of them has dog-heads (Cynocephalans)	*Consist of four races: Torkmens [sic], Pechenegs, Torks [sic] and Polovcians (four of the impure sons of Ishmael)

Sources: Biruni (LUNDE; SCHMIDT, 2012); Ps.Meth. (GARSTAD, 2012, p. 25-26), RPC (CROSS; SHERBOWITZ-WETZOR, 1953, p. 184-185).

²⁹ The keen eye of Biruni reports, shortly after, that “the same thing is done by people from the land of Sri Lanka when they barter cloves”, in a kind of mirror-like attitude between extreme North and extreme South.

THE REPORT OF QAZWĪNĪ: THE NEXT-TO-LAST FANTASTIC REPORT ON THE EXTREME NORTH

Strange as it may seem, al-Qazwīnī (again, a man of letters and no pseudonym for a semi-legendary author) is the one author who takes the global limits imposed by the once-Biblical people of Gog and Magog to the illogical limits human mind can reach. Writing around 1275, he specialized in *mirabilia*,³⁰ in a book aptly named “The Wonders of Creation”. Gog and Magog (i.e. Yājūj and Mājūj) are two Turkish tribes descended from Yāfīth (Biblical Japheth, again referring to one of the sons of Noah) who dwell on the “Seventh Clime” (SCHEGLOV, 2006, p. 352).

Qazwīnī quotes another author, al-Shu’bi, who said that, when Alexander came to the land of Gog and Magog, huge crowds encircled him asking for help against the two tribes,³¹ which “destroyed everything, like vermin” and even ate vermin, multiplying astonishingly: none of them died before fathering 1,000 children. That may well be so, however, 1,000 children per man is, by comparison, little when the historian pauses to weigh how many believed in such otherworldly geography. As incredible as it may seem, each of those authors believed that each adult man from these mythical people were able to bequeath thousands of men.

CONCLUSION

One of the most celebrated historians of our own time, Marc Bloch, had quite an intense experience during the First World War. He reported that he was astonished at the comeback of orality as the main form of communication, and, with it, perhaps, the abandonment of all modern logic, credibility and science (BLOCH, 2019, p. 10-25). Given the place he was in the whole front, the wholesale butchery on both sides surely abhorred him. However, in the trenches, observing his own soldiers with the keen eye of a historian, telling ear-to-ear lies in the age of aviation, chemical warfare, electricity, grand-scale press, he was left with a permanent mark in his memory. “Naturally”, one is tempted to say that, from each ear onwards, the fact told first became more and more distorted.

This is the difficult conclusion of this paper, and it will probably inspire the author (or others) to go on investigating what I have come to – and what I have concluded cannot be understood as the solution; rather, it is what needs to be explained. Why do our reports tend to present Gog and Magog as historical data near the borders of the Silk Roads? Recalling that Ibn Fadlan, by comparison, had his feet on the ground and, at least, two of his predecessors used “Gog and Magog” plus “Alexander Gates” more intensely.

³⁰ So far, there is nothing surprising: although the genre, currently named “paradoxography”, but not so clearly defined in ancient or medieval times. Let us remember the best preserved of such authors among the cultured Greek, Phlegon of Tralles – personal secretary to Hadrian, the Roman Emperor, had a following – and, accordingly, a closely defined group of authors – that would surprise us. In any case, following the trend and argument of this article, Qazwini writes around 400 years after than the immediate antecessors of Ibn Fadlan.

³¹ Although six were identified: Yājūj, Mājūj, Tāwīl, Mansak, Tāris, and Kamādā; there were others, whose names were unknown.



Truly, it is a dramatic end to what we have – an epitome of a much bigger work. Any reasoning on percentages is not suitable (“if we had more, he would have used more of Gog, Magog and the likes as an explaining device”, or, the opposite, “if we had the whole work, we could see, following the general tendency of the ‘epitome’, that Gog, Magog, and the likes were very little used”). The historian that studies ancient (classical or Oriental) historiography is usually at odds with his material. With Arabic or Persian historiography, is not different; it is methodologically unwise to deduct amounts of use of this or that explanatory scheme based on fragments. Fragments should be treated for what they are – fragments. It is unreasonable to think that we can have a full picture with a “copy” and “paste” in any processor. These are not pieces of a puzzle; each is a piece of its own puzzle.

Having said that, even if the walls, gates, towers that appear in the legends referred before or elsewhere were factually true, we do not have one single coherent picture of what the Arabic travelers “saw” and described as the abominable people of the end of the Earth, who shall come at the End of Times. Although, Ibn Fadlan stands (judging by his ‘epitome’, again) as one of the most rational and reliable Arabic traveler. Instead, after Ibn Fadlan up to Qazwīnī, we have a “progression” in the volume of reports on those people (again, with the proviso that sometimes we have only second-hand references from one historian to the next – the equivalent of Bloch’s barbarian trenches). They become more sensational, they blend in more with the economy, giving furs in exchange for iron, as in Biruni and the RPC, the last texts examined. Alexander himself, having once served as the Christian king model, was later the Muslim king model. In one specific case, it may be worth looking at the ms. again to see if the writer really meant what he wrote. Reference should be especially made to Qudāma, who places Alexander as something between his own times and the times of the Prophet. Is this correct in the ms.? Or rather, did Qudāma understand the T’ang in a different fashion than we do?

In any case, from the 800’s to the Mongol invasions, what is displayed about Ibn Fadlan in this paper (and showed briefly in other Arab historians-geographers in the same vein) is a crescendo of absurdities (yes, they have their place in cultural history with its own merits, but that was not the purpose of this paper). Therefore, one can only be as amazed as Marc Bloch was and ask the simple question – “how come hearsay can take the place of precise information in a world where the latter has become more widespread? And what is the role of eye-witness accounts, so refined since Herodotus?” The theme of this paper certainly deserves closer and further investigation. It seems that the more universal or global the successors of Ibn Fadlan try to be, the bigger the need to fill in “historical gaps” with what is, after all, global-scale hearsay – Gog, Magog and the ways to restrain them.

As Bloch said, reflecting on his war experiences, “history can only cast a little light on these questions” (BLOCH, 2019, p. 47-50). How astonished would Bloch be with this material, enmeshed as it is in Biblical traditions, several apocalyptic literature overlays and travel accounts, considering that he worked with concrete and verifiable data, be it related to hearsay in trench warfare, field division in rural medieval France or the miraculous touch of kings to heal specific diseases?

REFERENCES

- ABEL, Alexandre. Du'l Qarnayn, Prophète de l'Universalité. *Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves*, Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves, Bruxelles, n. 11, p.5-18, 1951.
- AL-AZMEH, Aziz. Barbarians in Arab Eyes. *Past & Present*, Oxford, n. 134, p. 3-18, 1992.
- ALEXANDER, Paul J. Medieval Apocalypses as Historical Sources. *The American Historical Review*, Bloomington. v. 73, n. 4, p. 997-1018, 1968.
- ANDERSON, Andrew R. *Alexander's Gate, Gog and Magog, and the Inclosed Nations*. Cambridge, MA: Medieval Academy of America, Publication no.12, 1933. (Monograph no.5)
- ATTAR, Samar. Conflicting Accounts on the Fear of Strangers: Muslim and Arab Perceptions of Europeans in Medieval Geographical Literature. *Arab Studies Quarterly*, Honolulu, v. 27, n. 4, p.17-29, 2005.
- BAHIY, Essam. Ibn Fadlan's Epistle: A Cultural Reading. *Alif: Journal of Comparative Poetics*, Cairo, n. 26, p.105-137, 2006 (in Arabic).
- BLOCH, Marc. *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre*. Paris: Allia, 2019.
- BOYLE, John A. Alexander and the Mongols. *The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, London, n. 2, p. 123-136, 1979.
- BRAUER, Ralph W. Boundaries and Frontiers in Medieval Muslim Geography. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, Philadelphia v. 85, n. 6, p.1-73, 1995.
- BROOK, Kevin A. *The Jews of Khazaria*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.
- COOK, Albert S. Ibn Fadlān's Account of Scandinavian Merchants on the Volga in 922. *The Journal of English and Germanic Philology*, Champaign, v. 22, n. 1, p. 54-63, 1923.
- CRIADO, Pedro M. *Ahmad Ibn Faḍlān. Viagem ao Volga: relato de um enviado de um califa ao rei dos eslavos*. Tradução e comentários de Pedro M. Criado. São Paulo: Carambaia, 2018.
- CROSS, Samuel H. (tr.); SHERBOWITZ-WETZOR, Olgerd P. (intro). *The Russian Primary Chronicle*. Laurentian Text. Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America, 1953.
- CUNLIFFE, Barry. *By Steppe, Desert and Ocean: the Birth of Eurasia*. Oxford: Oxford University Press, 2015.



CZEGLÉDY, Karoly. Das sakrale Königtum bei den Steppenvölkern. *Numen*, Amsterdam, v. 13, n. 1, p. 14-26, 1966.

DAVIS, Dick (tr.). *Abolqasem Ferdowsi. Shahnameh, the Persian Book of Kings*. New York: Penguin, 2004.

DITOMMASO, Lorenzo. *The Book of Daniel and the Apocryphal Daniel Literature*. Leiden: Brill, 2005

DONZEL, Emeri van; SCHMIDT, Andrea (ed.). *Gog and Magog in Early Syriac and Islamic Sources*. Sallam's Quest for Alexander's Wall. Leiden: Brill, 2009.

LUNDE, Paul (tr.); SCHMIDT, Andrea (intro). *Ibn Fadlān and the Land of Darkness: Arab Travelers in the Far North*. London: Penguin, 2012. *E-book*. Available for Kobo e-Reader.

FRANKOPAN, Peter. *The Silk Roads. A New History of the World*. London: Bloomsbury, 2016. *E-book*. Available for Kobo e-Reader.

FRANKOPAN, Peter. *The New Silk Roads: The Present and Future of the World*. London: Bloomsbury, 2018. *E-book*. Available for Kobo e-Reader.

FOLTZ, Richard. *Religions of the Silk Road: Premodern Patterns of Globalization*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999.

FRYE, Richard N. *Ibn Fadlan's Journey to Russia: A Tenth-Century Traveller from Baghdad to the Volga River*. Princeton: Marcus Weiner Publishers, 2005.

GABRIEL, Judith; JOHNSEN, Eirik I. Among the Norse Tribes: The Remarkable Account of Ibn Fadlan. *Saudi Aramco World*, v. 50, n. 6, 2010. From: <https://archive.aramcoworld.com/issue/199906/among.the.norse.tribes-the.remarkable.account.of.ibn.fadlan.htm>. Accessed 18 Jul. 2019.

GARSTAD, Benjamin (ed., tr.). *Apocalypse Pseudo-Methodius: An Alexandrian World Chronicle*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

GIL, Moshe. The Rādhānite Merchants and the Land of Rādhān. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Houston, v. 17, n. 3, p. 299-328, 1974.

GOLDEN, Peter B. *Studies on the People and Cultures of the Eurasian Steppes*. București; Brăila: Editura Istros a Muzeului Brăilei; Editura Academiei Române, 2011.

GORDON, Stewart. *When Asia Was the World*. Philadelphia: Da Capo Press, 2008. *E-book*. Available for Kobo e-Reader.

GOW, Andrew C. *The Red Jews: Antisemitism in an Apocalyptic Age, 1200–1600*. Leiden: Brill, 1995.



HERMES, Nizar F. *The [European] Other in Medieval Arabic Literature and Culture*. New York: Palgrave MacMillan, 2012.

HOSEIN, Imran N. An Islamic View of Gog and Magog in the Modern World. /s.loc./: imranhosein.org, 2009.

JACKSON, Peter. *The Mission of Friar William of Rubruck: His Journey to the Court of the Great Khan Möngke, 1253-1255*. New York: Routledge, 1990.

KAFADAR, Cemal; KARATEKE, HakanT. he Late Ottoman and Early Republican Turkish Historical Writing. In: MACINTYRE, S.; MAIGUASHCA, J.; PÓK, A. (ed.) *The Oxford History of Historical Writing: Volume 4: 1800-1945*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 559-577.

KAMIAR, Mohammad S. *Brilliant Biruni: A life story of Abu Rayhan Mohammad Ibn Ahmad*. Lanham: Scarecrow Press, 2009.

KLEČSAR, Aleksandra. The Kingship of Alexander the Great in the Jewish Versions of the Alexander Narrative. In: STONEMAN, R.; ERICKSON, K.; NETTON, I. (ed.). *The Alexander Romance in Persia and the East*. Groningen: Barkhuis Publishing; Groningen University Library, 2012. p. 339-348.

LEVI, Scott C. *The Indian Diaspora in Central Asia and its Trade: 1550-1900*. Leiden: Brill, 2002.

LEVI, Scott C. *Caravans: Punjabi Khatri Merchants on the Silk Road*. Gurgaon; London: Portfolio; Penguin, 2016.

LEVI, Scott C.; SELA, Ron (ed.). *Islamic Central Asia: An Anthology of Historical Sources*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

MARSHALL, Robert. *Storm from the East: from Genghis Khan to Khubilai Khan*. University of California Press, 1993.

MITCHINER, Michael. Evidence for Viking-Islamic Trade Provided by Samanid Silver Coinage. *East and West*, Rome, v.37, n 1/4, p. 139-150, 1987.

MONTGOMERY, James E. Ibn Faḍlān and the Rūsiyyah. *Journal of Arabic and Islamic Studies*, Oslo, n. 3, p. 1-25, 2000.

MISHIN, Dmitrij. The Saqaliba slaves in the Aghlabid state. *Annual Journal of Medieval Studies at CEU*, Budapest, p. 236-244, 1998.

MÜLLER, Sabine. Stories of the Persian Bride: Alexander and Roxane. In: STONEMAN, R.; ERICKSON, K.; NETTON, I. (ed.). *The Alexander Romance in Persia and the East*. Groniingen: Barkhuis Publishing; Groningen University Library, 2012. p. 295-310.

PATTERSON, Lloyd G. *Methodius of Olympus: Divine Sovereignty, Human Freedom and Life in Christ*. Washington DC: The Catholic Press of America, 1997.

PEACOCK, Andrew C.S. *Mediaeval Islamic Historiography and Political Legitimacy*. Bal'amī's Tārīkhnāma. Abingdon: Routledge, 2007.

RITTER, Hellmut. Zum Text von Ibn Faḍlan's Reisebericht. *Zeitschrift der Deutschen Morgenländische Gesellschaft*, Wiesbaden, v. 96, n. 1, p. 98-126, 1942.

SCHEGLOV, Dmitriy. Erathostenes' Parallel of Rhodes and the System of Seven Climata. *Klio*, Berlin, v. 88, n. 2, p. 351-359, 2006.

STONEMAN, Richard. *The Greek Alexander Romance*. London: Penguin, 1991. E-book. Available for Kindle e-Reader.

STONEMAN, Richard; ERICKSON, Kyle; NETTON, Ian (ed.). *The Alexander Romance in Persia and the East*. Groningen: Barkhuis Publishing; Groningen University Library, 2012.

SULEIMAN, Yasir (ed.). *Living Islamic History: Studies in Honour of Professor Carole Hillenbrand*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

SZALC, Aleksandra. In Search of Water of Life: The Alexander Romance and Indian Mythology. In: STONEMAN, R.; ERICKSON, K.; NETTON, I. (ed.). *The Alexander Romance in Persia and the East*. Groningen: Barkhuis Publishing; Groningen University Library, 2012. p. 327-328

TOMASCH, Sylvia; GILLES, Seale (ed.). *Text and Territory*. Geographical Imagination in the European Middle Ages. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998.

TOOMAN, William A. *Gog of Magog: Reuse of Scripture and Compositional Technique in Ezekiel 38-39*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

YAMAUCHI, Edwin M. *Foes from the Northern Frontier: Invading Hordes from the Russian Steppes*. Grand Rapids: Baker Book House, 1982.

YEMELIANOVA, Galina M. *Russia and Islam: A Historical Survey*. Basingstoke: Palgrave, 2002.

ZUWIYYA, Zachariah D. (ed.) *A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2011a.

ZUWIYYA, Zachariah D. The Alexander Romance in the Arabic Tradition. In: ZUWIYYA, Z. D. (ed.) *A Companion to Alexander Literature in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 2011b. p. 73-112.

NOTES

AUTHOR DETAILS

Vicente Dobroruka: PhD. Associate Professor, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brazil.

CORRESPONDING ADDRESS

Universidade de Brasília, Departamento de História, 70910-900, Brasília, DF, Brazil.

FUNDING

Not applicable.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

CONFLICT OF INTEREST

There is no conflict of interest.

LICENSE OF USE

This article is licensed under the [Creative Commons License CC-BY](#). With this license, you can share, adapt, create for any purpose, as long as the authorship is properly attributed.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Graduate Program in History. UFSC Journal Portal.
The ideas expressed in this article are the sole responsibility of its authors, and do not represent, necessarily, the opinion of the editors or the University.

EDITORS

Alex Degan
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editor-in-Chief)

HISTORY

Received on: Aug. 03 2019
Approved on: Dec. 19 2019

How to cite: DOBRORUKA, Vicente. Ibn Fadlan and a By-Passed Remark on an Imaginary Geographical Topos: Some Observations on the Decreasing Factual Credibility Regarding the Caucasus Area of the Silk Road. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 38-58, jan./abr. 2020.



A COLEÇÃO DE TOURS DE ATAS DO CONCÍLIO DE ÉFESO (431): UM TESTEMUNHO CAROLÍNGIO DE RESSIGNIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA E CIRCULAÇÃO DE TEXTOS NO MEDITERRÂNEO TARDO ANTIGO

The Collection of Tours of Acts of the Council of Ephesus (431):
A Carolingian Evidence of Doctrinal Resignificance and Circulation
of Texts in the Late Antique Mediterranean

Robson Murilo Grando Della Torre^a

 <https://orcid.org/0000-0003-0906-2227>

E-mail: robson_torre@yahoo.com.br

^a Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas,
Departamento de História, São Francisco, MG, Brasil

DOSSIÊ
Histórias conectadas da Idade Média

RESUMO

Este trabalho visa compreender a multiplicidade de sentidos e experiências históricas que se cruzam no manuscrito latino conservado na Bibliothèque Nationale de France sob o número 1.572, outrora conservado em Saint-Martin de Tours e que preserva uma coleção de “atas do concílio de Éfeso (431)” nomeada a partir dele. Defendo inicialmente a própria desconstrução da ideia de que o concílio de Éfeso tenha produzido atas em sentido estrito, alinhando-me às ideias de Eduard Schwartz acerca tanto do faccionalismo desse encontro como do caráter propagandístico das coleções documentais produzidas pelos partidos em choque nesse momento e por novos grupos eclesiásticos que deram novos sentidos à disputa cristológica após o concílio de Calcedônia (451). Passando em revista, em seguida, pela recepção do debate efesino no Ocidente latino, procedo a uma breve descrição dessa dita coleção de Tours, levantando hipóteses sobre a datação e o local de seu arquétipo (segundo quarto do século VI em Constantinopla). Por fim, voltando-me ao contexto da Gália, ofereço uma hipótese de transmissão da coleção por meio de um itinerário mediterrânico associado à dita controvérsia dos Três Capítulos, concluindo que sua recepção e produção no período carolíngio se deu tanto por meio da recuperação de sentidos produzidos ao longo dessa longa e difusa cadeia de transmissão mediterrânica quanto por novos interesses e necessidades que surgiam nesse momento na Gália carolíngia e que não necessariamente se vinculavam à polêmica cristológica.

PALAVRAS-CHAVE

Concílio de Éfeso (431). Coleções canônicas medievais. Tours.

ABSTRACT

This paper aims to understand the multiplicity of historical meanings and experiences that intersect in the Latin manuscript preserved in the Bibliothèque Nationale de France under the number 1572, formerly preserved in Saint-Martin of Tours and that preserves a collection of “acts of the Council of Ephesus (431)” named after it. Firstly, I support the very deconstruction of the idea that the council of Ephesus produced acts in a strict sense, aligning myself with Eduard Schwartz’s ideas on both the factionalism of this meeting and the propagandistic character of the documental collections produced by both clashing parties at that time and by new ecclesiastical groups that gave new meanings to the Christological dispute after the council of Chalcedon (451). Then, I review the reception of the Ephesian debate in the Latin West, proceeding to a brief description of this so-called collection of Tours, raising hypotheses about the dating and location of its archetype (second quarter of the 6th century in Constantinople). Finally, turning to the context of Gaul, I offer a hypothesis of transmission of the collection through a Mediterranean itinerary associated with the so-called Three Chapters controversy, concluding that its reception and production in the Carolingian period was through the recovery of meanings produced along this long and diffuse chain of Mediterranean transmission as much as through new interests and needs that arose at that time in Carolingian Gaul and which were not necessarily linked to the Christological polemic.

KEYWORDS

Council of Ephesus (431). Medieval canonical collections. Tours.

Um dos preceitos dos estudos que envolvem a produção doutrinária antiga e medieval na atualidade diz respeito a seu caráter não essencialista e não imanente. De acordo com ele, não há nada de eterno, imutável e universal nas proposições de qualquer autor ou tradição de pensamento cristão que seja. Pelo contrário, a ênfase atual recai sobre o enraizamento da produção teológica desses personagens em seus referenciais históricos, filosóficos e geográficos próprios, articulando, assim, a doutrina à experiência de vida e à realidade político-social vivenciada por cada um deles.

Esse preceito tem sido fundamental para a desconstrução da ideia de heresia como um desvio doutrinário cuja existência apenas ou serviria para cancelar a autoridade do pensamento dito ortodoxo, entendido como ontologicamente verdadeiro ou correto, ou marcaria estágios diversos de entendimentos incompletos e imperfeitos sobre a fé verdadeira. Todavia, o alcance e a repercussão dessas novas perspectivas de trabalho ainda costumam a se fazer sentir no estudo das múltiplas manifestações de doutrinas tidas como ortodoxas na história do pensamento cristão. Dito de outro modo, é aceito com relativa facilidade na historiografia que não há nada de essencialmente herético ou desviante nas dezenas de correntes arianas dos séculos IV e V, e que sua marginalização frente a tradições niceístas se deve, em grande medida, ao contexto histórico da época – e não há uma maior ou menor coerência filosófica de suas proposições. Entretanto, o estudo da pluralidade de ideias dentro de correntes ditas ortodoxas no mesmo período ainda caminha a passos lentos, e isso se agrava quando empreendemos uma compreensão da doutrina em sua longa duração ou mesmo quando investigamos seu desenvolvimento em espaços distintos.

A meu ver, essa é uma questão importante porque a doutrina, assim como qualquer outro produto da ação humana, assume formas variadas conforme se transformam as condições históricas em que é recebida e posta em uso. Ademais, por mais que certa concepção religiosa tenha assumido uma posição hegemônica em boa parte das comunidades cristãs em um dado momento, isso não garante que as comunidades de épocas futuras a aceitem de forma inalterada. Digamos que seja preciso que essa crença passe por um processo contínuo de atualização nos casos em que de fato estende sua hegemonia sobre formas de pensamento concorrentes, e que tal atualização por vezes implique o surgimento de rupturas ou inovações frente ao pensamento original.

No texto que se segue, procuro aplicar as preocupações aqui expostas para um estudo de caso centrado na materialidade da transmissão doutrinária e na produção de uma memória sobre certa concepção tida por ortodoxa durante a Alta Idade Média, ainda mais pensada em diferentes espaços conectados do Mediterrâneo nesse período. Parto aqui de uma cópia latina das ditas “atas do concílio de Éfeso (431)”, produzida muito provavelmente na abadia de Saint-Martin de Tours, na segunda metade do século VIII, hoje conservada em Paris. A produção dessa cópia em um contexto histórico e geográfico bastante diferente daquele que suscitou a polêmica entre Cirilo de Alexandria (bispo entre 412 e 444) e Nestório de Constantinopla (bispo entre 428 e 431) é tão mais significativa porque essas ditas atas foram preservadas em dezenas de formas diferentes nas mais diversas línguas do cristianismo mediterrânico desse período. A versão de Tours, para surpresa ainda maior, é única em seu conteúdo e na organização do material, ainda que algumas partes tenham sido recuperadas por coleções canônicas posteriores. Por mais que sua transmissão do Oriente para o Ocidente possa ser explicada por uma série fortuita de acidentes,

sua cópia e preservação em Tours denunciam a intencionalidade de preservar uma memória doutrinária que inicialmente não dizia respeito às comunidades cristãs da Gália. Se não quisermos justificar a existência desse manuscrito apenas por uma obsessão livresca e colecionista de quem quer que estivesse à frente da biblioteca da abadia nesse período, precisamos reconhecer que essa cópia das atas de Éfeso cumpria uma função que fazia sentido para as pessoas envolvidas em sua produção e conservação, ainda que esse sentido não fosse o mesmo concebido por quem quer que tenha compilado essas atas originalmente. É meu interesse aqui investigar quais sentidos doutrinários são esses que podemos perscrutar no manuscrito, e que relação guardam com a construção de uma tradição de ortodoxia referente à controvérsia cristológica que vinha se arrastando desde o século V.

Tal linha de investigação é tão mais profícua porque, desde os estudos do filólogo alemão Eduard Schwartz (1858-1940), sabe-se que nunca existiu uma coleção documental oficial, reconhecida tanto pelo poder imperial como pelos diferentes partidos eclesiásticos envolvidos na querela cristológica, que pudesse ser chamada de “atas do concílio de Éfeso” de forma unívoca. Pelo contrário, Schwartz demonstrou que nem sequer houve esse tipo de esforço na primeira metade do século V, por conta do próprio faccionalismo entre os bispos e da tentativa frustrada de a corte de Teodósio II (imperador entre 408 e 450) produzir um mínimo de consenso entre as partes. O resultado desses esforços divergentes foi a produção de diferentes coleções documentais que apenas tentavam convencer a corte imperial e o público em geral da correção das proposições doutrinárias e das ações políticas de determinada facção eclesiástica em contraposição à impiedade e ilegalidade que marcariam a facção rival. O material assim preservado e circulado acabou influenciando as querelas doutrinárias subsequentes – em particular toda a miríade de novas correntes político-teológicas que se formaram a partir da realização do concílio de Calcedônia (451) e de seus desdobramentos posteriores até, pelo menos, o século VII.

Tal abordagem metodológica, focada na identificação de diferentes coleções canônicas medievais que recuperavam documentos associados à memória sobre Éfeso (431) e cuja orientação político-teológica podia ser claramente distinguida a partir da narrativa histórica e doutrinária adotada por cada um de seus compiladores, traz uma dificuldade adicional no estudo desse material: a necessidade de estabelecer um texto padrão de cada uma das peças documentais conservadas. Dito de outro modo: por mais que Schwartz fosse capaz de identificar algumas dezenas de coleções latinas e gregas de atas de Éfeso distintas, cada uma produzindo uma memória específica sobre as ações e a doutrina do concílio com base em diversos entendimentos cristológicos gestados em séculos posteriores, ou mesmo à luz de interesses variados, de acordo com a época e a região em que foram compiladas; e mesmo que uma única peça documental pudesse apresentar dezenas de versões diferentes em cada uma dessas coleções, ainda assim os pesquisadores contemporâneos necessitam de uma edição padrão de cada um desses documentos – de preferência, que seja a mais próxima possível daquilo que os protagonistas do concílio disseram ou escreveram naquele momento – a partir da qual possam trabalhar. Em uma coletânea recente que versa sobre a contribuição de Schwartz para os estudos historiográficos e patrísticos (HEIL; STOCKHAUSEN, 2015), essa problemática reaparecia com força, a ponto de alguns dos colaboradores do volume questionarem a própria validade da metodologia de Schwartz, entendida mais como um exercício de transmissão e recepção textual do que propriamente como um requisito necessário para a compreensão da documentação

efesina em seus próprios termos (cf. MÜHLENBERG, 2015). Apesar da radicalidade desse tipo de crítica, o consenso nesse volume ainda mantinha que a metodologia de Schwartz era consistente, relevante e ainda determinante na condução dos estudos contemporâneos sobre Éfeso (431),¹ devendo, porém, ser matizada por uma linha de investigação paralela que, para além da transmissão textual das coleções, se focasse em um estudo mais pormenorizado sobre cada peça documental contida nessas atas, mas investigados também para além de sua inserção e transmissão por meio delas.

Independentemente da predileção ou não pela metodologia e pelas teses de Schwartz, é consenso na historiografia na atualidade que os diferentes grupos calcedonianos e miafisitas surgidos desde 451 pretendiam se colocar, cada um a seu modo, como herdeiros da cristologia de Cirilo de Alexandria e do próprio concílio de Éfeso de 431. Para tanto, eles produziram memórias próprias sobre o concílio de modo a forjar interpretações a respeito dele que embasassem suas próprias leituras calcedonianas ou miafisitas, projetando para o passado aquilo que defendiam em seu presente. Isso podia ocorrer por meio da compilação de florilégios, da produção de traduções de textos de Cirilo de Alexandria entendidos como referenciais para a controvérsia cristológica, da invenção ou reformulação de práticas litúrgicas que evocassem certo tipo de memória sobre esses eventos ou doutrinas,² ou mesmo – como é o caso que me interessa aqui – na compilação de dezenas ou mesmo centenas de documentos relativos ao concílio de Éfeso (431) e que, na prática, funcionavam como manifestos político-teológicos em favor dessas novas correntes doutrinárias pós-calcedonianas.

A coleção conservada no manuscrito de Tours é uma das mais antigas produzidas a respeito do concílio de Éfeso, tanto no que se refere a seu arquétipo quanto ao fato de sua própria existência material. À luz dessas considerações, sua mera existência nos coloca uma série de problemas, desde sua filiação doutrinal até à própria circulação de textos e de ideias em um Mediterrâneo pós-romano. Ou seja, cruzam-se nesse manuscrito diferentes espaços e tempos que se iluminam

¹ Ver, por exemplo, Stockhausen (2013). Ademais, pesquisadores de referência sobre o tema na atualidade, tais como Richard Price e Philippe Blaudeau, são ainda devedores de sua metodologia de trabalho para a elaboração de seus estudos. Talvez um dos maiores empecilhos para uma maior difusão e aceitação das teses de Schwartz acerca das coleções canônicas de atas de Éfeso seja sua dispersão por vários pequenos textos hoje de difícil acesso e que nunca foram reunidos em um estudo de fôlego. Esse é um dos motivos pelos quais Fergus Millar (2005, p. 235-247), em seu estudo seminal sobre o “Império greco-romano de Teodósio II”, foi obrigado a dedicar um apêndice inteiro de seu livro para explicar a lógica da metodologia de Schwartz, bem como sua importância para os estudiosos no assunto. Mesmo Richard Price, o mais recente tradutor inglês de parte dessas atas e com quem tive o prazer de discutir minhas hipóteses sobre elas durante uma estadia minha em Oxford, em 2014 (e que, por certo, não é tão entusiasta sobre a validade das conclusões de Schwartz quanto eu), admitiu que era necessário fazer uma longa e detalhada explicação sobre suas premissas de trabalho antes que os pesquisadores pensassem que o aparato crítico utilizado em sua tradução fosse “intimidador” (*daunting*, em inglês) demais. Sua tradução está prevista para ser publicada pela Liverpool University Press agora no primeiro semestre de 2020, embora o material já esteja todo traduzido desde 2014. Aproveito a ocasião para agradecer mais uma vez ao dr. Richard Price por ter permitido que eu tivesse acesso completo, de antemão, ao material traduzido por ele. Ainda não tive acesso à introdução e ao aparato crítico da tradução, que ficaram a cargo do professor Thomas Graumann, que só ficaram prontos muito posteriormente.

² Sobre essas e outras estratégias adotadas por esses grupos, ver Blaudeau (2006), que se foca na segunda metade do século V e confere pouca ou nenhuma atenção às igrejas latinas.

reciprocamente. Assim, é preciso recuar até o século V e se deslocar até a Ásia Menor e o Egito para compreender os eventos e posições doutrinárias evocados pelo conteúdo textual da coleção de Tours e que foram mobilizados de forma diferente nesse século VIII, mas é preciso também alicerçar-se na realidade histórica da Gália carolíngia da segunda metade do século VIII para compreender o quanto as reapropriações e ressignificações desse material condicionam nossa própria capacidade de ter acesso ao conhecimento dessa realidade histórica três séculos anterior, posto que se trate de uma (re)interpretação dela. Ademais, entre uma ponta e outra do problema, há uma série de outros intermediários que também integram a cadeia de transmissão e ressignificação desse material, alguns deles tocando localidades tão diversas quanto Constantinopla, Roma, Alexandria, Orléans e o norte da África.

Em suma, proponho nas páginas seguintes que olhemos para a coleção de Tours de atas do concílio de Éfeso como uma síntese de experiências históricas que, embora girem em torno de um núcleo comum de eventos e doutrinas, se multiplicam em uma gama multifacetada de releituras e reinterpretções sobre o passado. Tal multiplicidade só é possível graças à conectividade entre essas mesmas realidades históricas enraizadas em diferentes espaços desse Mediterrâneo. Além disso, por meio do estudo dessa peça documental, proponho que olhemos para a construção da doutrina e da ortodoxia como um processo verdadeiramente realizado na longa duração e que concilia em seu bojo diferentes leituras e interpretações calcadas em realidades históricas variadas, o que nem por isso as torna menos legítimas do que aquelas que lhes deram origem.

Por premência de espaço, não convém aqui dissertar sobre a longa controvérsia entre Cirilo e Nestório, seja em seus pormenores teológicos, seja nas quase infindáveis idas e vindas que ocorreram ao longo do concílio de 431 e de seus anos imediatamente subsequentes. Sobre o assunto, remeto o leitor aos estudos já consagrados e ainda basilares de Maria de Ploch (2001), John McGuckin (2004) e Fergus Millar (2005).³ Interessa-me aqui, de forma prioritária, acompanhar a disseminação das ideias e documentos produzidos ao longo da querela por todo esse Mediterrâneo tardo antigo e medieval – com particular ênfase no Ocidente latino – de modo a identificar reapropriações e ressignificações que, a um só tempo, estão na base da compilação da coleção de Tours e em sua trajetória rumo às margens do Loire no alvorecer do regime carolíngio, já então transmutada de sentidos completamente novos.

³ Gregory (1979) e Holum (1982) continuam sendo referências importantes, ainda que desatualizadas em vários pontos em comparação com esses estudos mais recentes. Grillmeier (1965), embora seja seminal por conta de seu amplo escopo doutrinário e de sua perspectiva ecumenista sobre o debate cristológico do século V, é insuficiente em sua reconstrução histórica dos eventos. Wessel (2004) decepciona como narrativa sobre a controvérsia cristológica, mas faz bom trabalho da construção discursiva promovida por Cirilo para legitimar sua produção doutrinária. No Brasil, temos recentemente os estudos de Daniel de Figueiredo (sobre a figura de Cirilo de Alexandria), de Ludmila Caliman Campos (sobre o marianismo no século V) e de Luise Frenkel (sobre os sermões conservados nas atas de Éfeso) como referências no estudo da temática.

A REPERCUSSÃO INICIAL DA QUERELA EFESINA NO OCIDENTE LATINO

A primeira constatação a se fazer ao nos voltarmos para as margens ocidentais do Mediterrâneo no início do século V é que a controvérsia cristológica lhe tocou de modo bastante superficial. Em Éfeso (431), somente dois bispos latinos foram convidados a participar dos trabalhos. Nenhum deles, porém, fez a viagem à Ásia Menor: Celestino, bispo de Roma, enviou três legados em seu lugar, enquanto Agostinho de Hipona, convidado apenas por conta de seu prestígio doutrinário, tinha morrido em junho de 430, poucos meses antes da convocação do concílio (CRABBE, 1981). Em seu lugar, o metropolitano de Cartago, Capréolo, despachou o diácono Bésula para representá-lo, e mesmo ele teve atuação praticamente nula nos debates conciliares. Tanto a delegação romana quanto a cartaginesa se alinharam ao partido cirilino desde o princípio. Não há indício algum que as igrejas africanas tivessem envolvimento prévio da disputa antes disso, porém a igreja romana tinha sido provocada para tomar parte nos acontecimentos tanto por Cirilo quanto por Nestório desde 429. Cirilo teve sucesso ao se aproximar de Celestino, enviando excertos traduzidos para o latim de alguns sermões de Nestório que homens seus estacionados em Constantinopla tinham conseguido transcrever a fim de demonstrar sua heterodoxia (SCHWARTZ, 1914). Nestório, por sua vez, escreveu duas cartas a Celestino tanto lhe informando sobre o estado de coisas no Oriente quanto lhe avisando que tinha recebido uma delegação de clérigos pelagianos cujo caso ele queria reabrir por conta própria e, por isso, exigia de seu colega romano o envio de documentação referente à controvérsia. Essa atitude foi entendida como uma grande provocação à autoridade da sé romana (ainda mais porque, ao que tudo indica, Nestório sequer se preocupou em traduzir sua carta para o latim). Foi então que foi confiada ao então arqui-diácono Leão, que depois seria elevado ao episcopado da Urbe (entre 440 e 461), a missão de traduzir o material nestoriano e promover uma refutação de sua doutrina. Como não havia ninguém proficiente o suficiente em grego na Itália, Leão delegou a tarefa para o monge marselhês João Cassiano, que rapidamente fez a tradução e escreveu um longo tratado de *Sete Livros sobre a Encarnação do Senhor contra Nestório*. Cassiano, porém, era alguém que estava mais preocupado com as questões teológicas ainda vivas no Ocidente relativas ao pelagianismo e, até mesmo como forma de rebater o desafio feito pelo bispo de Constantinopla ao ousar querer reabrir o processo contra os pelagianos, retratou a doutrina de Nestório essencialmente como um desenvolvimento ou reafirmação das oposições às doutrinas agostinianas da graça e do livre arbítrio.⁴

Esse é um primeiro ponto interessante para pensarmos: a recepção inicial da controvérsia no Ocidente foi mediada pelos interesses teológicos e eclesiais locais, mesmo que isso afastasse uma compreensão exata dos problemas levantados pelo debate cristológico oriental. Ademais, foi muito provavelmente com base no texto de Cassiano que Celestino reuniu um sínodo italiano em Roma em agosto de 430 e procedeu a uma condenação oficial das doutrinas de Nestório, ainda que deixasse em aberto a possibilidade de que ele se retratasse publicamente para que

⁴ Sobre a composição desse tratado a mando de Leão e da associação entre nestorianismo e pelagianismo como estratégia de refutação das teses do bispo de Constantinopla, ver Wessel (2008, p. 83-85).

fosse perdoado. Os termos desse arrependimento, porém, deveriam ser ditados e aceitos por Cirilo, que chegava mesmo a ser nomeado como representante romano para a resolução da disputa.⁵

Esses eventos de 430 explicam em grande medida o posicionamento francamente pró-cirilino romano durante o concílio de Éfeso e além. Também o sucessor imediato de Celestino no trono romano, Sixto III (bispo entre 432 e 440), manteve-se alinhado à sé alexandrina durante as negociações que culminaram na Reunião de 433. Do ponto de vista da construção e preservação de uma memória sobre o concílio, o interesse romano parece ter sido de fato praticamente nenhum. Os legados romanos em Éfeso não parecem ter trazido nada sequer parecido com uma ata conciliar, a ponto de os arquivos romanos terem conservado apenas as cartas trocadas entre seus representantes com Cirilo e Nestório (SCHWARTZ, 1929, p. X-XI). Quando Leão Magno foi instado a tomar parte das discussões acaloradas que tomavam conta das igrejas orientais em 449-450, ele tomou conhecimento de apenas dois documentos relativos à polêmica efesina – a dita segunda carta de Cirilo a Nestório e a carta de Cirilo a João de Antioquia que continha a Fórmula de Reunião⁶ – porque ambas tinham sido transcritas nas atas de um sínodo doméstico em Constantinopla em 448 que tinha condenado certo monge chamado Eutíquio a mando do então bispo local, Flaviano (SCHWARTZ, 1929, p. X).⁷ Isso é tão mais notório pelo fato de Leão não só ter usado apenas esses dois documentos cirilinos para a preparação de um florilégio de citações patrísticas que embasasse sua própria cristologia – expressa de forma cabal em seu Tomo a Flaviano de fevereiro de 449 – como de ter feito circular traduções latinas delas a alguns bispos gauleses logo após a realização do concílio de Calcedônia (451) para mostrar que sua cristologia coincidia com a de Cirilo.⁸

⁵ Sobre o sínodo romano de agosto de 430, as bases teológicas da condenação de Nestório e sua relação com Cirilo, ver Amman (1949).

⁶ De forma muito sucinta, pode-se dizer que a dita Fórmula de Reunião era uma brevíssima profissão de fé cristológica pactuada entre Cirilo de Alexandria e João de Antioquia na primavera de 433 e que selou a paz entre ambos após dois anos de dissensão desde a ruptura, no concílio de Éfeso. O texto adotava uma terminologia vaga o suficiente para acomodar as doutrinas de ambos os partidos envolvidos, ainda que refutasse as principais ideias de Nestório. Os calcedonianos viam esse texto com muita simpatia porque se valiam dele para legitimar sua crença nas duas naturezas – humana e divina – do Cristo encarnado, enquanto os miafisitas olhavam a Fórmula com receio por enxergar nela uma válvula de escape para a confissão de um Cristo cindido entre sua humanidade e sua divindade (tese atribuída a Nestório, que assim teria defendido a existência de “dois Cristos” diferentes no entender de Cirilo).

⁷ Wessel (2008, p. 274-278) discorre sobre a correspondência entre Leão e Flaviano de Constantinopla entre 448 e 449 sem sequer fazer menção a esses dois documentos efesinos tratados pelo bispo de Constantinopla como pedras angulares de sua doutrina cristológica. Por esse motivo, a autora não se atentou para o fato de que foi por meio de Flaviano que Leão teve contato com esses textos e os utilizou como seus primeiros referenciais sobre as doutrinas professadas por Cirilo em Éfeso (431). Sobre esse sínodo doméstico, ver Price e Gaddis (2005, v. 1, p. 25-30).

⁸ Ambas as cartas cirilinas aparecem em uma coleção canônica gaulesa redigida entre fins do século V e início do VI chamada de Quesneliana. A carta de Cirilo a Nestório é imediatamente precedida da carta dos bispos Verano, Cerécio e Salônio a Leão, em que os remetentes agradeciam pelo envio do Tomo de Leão a eles corrigido com base em exemplares romanos. É bem possível, portanto, que a carta de Cirilo tenha sido incluída na Quesneliana por ser uma espécie de anexo da carta aos bispos gauleses. Wessel (2008, p. 93-94) trabalha com essa correspondência entre Leão e os três bispos gauleses com ênfase na recepção do Tomo de Leão na Gália e em sua relação com a criação do dito vicariado de Arles, porém silencia sobre essa recuperação de uma memória cirilina e efesina por parte do bispo de Roma.

Mesmo colocando-se na posição de um ferrenho e legítimo herdeiro da cristologia de Cirilo no contexto da polêmica calcedoniana, Leão não avançou em um conhecimento mais amplo e aprofundado da obra daquele que dizia ser sua referência, muito menos ousou promover a coleta, compilação e tradução de documentação em larga escala a respeito do tema. Esse vazio de conhecimento no Ocidente era tamanho que, já no início do século VI, um monge chamado Dionísio, dito “o pequeno” (*exiguus*), tomou a iniciativa de traduzir para o latim a dita terceira carta de Cirilo a Nestório, um documento da mais capital importância para os debates tanto efesinos quanto calcedonianos porque nela o bispo de Alexandria oferecia uma interpretação muito radical de sua ideia acerca da existência de “um único Senhor Jesus Cristo” que praticamente inviabilizava o entendimento da humanidade e da divindade de Cristo como entidades distintas e, por conseguinte, a crença calcedoniana de uma única pessoa crística existindo em duas naturezas.⁹ A repercussão dessa carta no Oriente grego desde 430 foi gigantesca e os debates sobre ela em Calcedônia (451) e após foram incessantes, porém o Ocidente parece tê-la ignorado sem problemas por quase um século até que Dionísio Exíguo tomasse coragem para tanto, porém já movido por novas querelas doutrinárias (SCHWARTZ, 1926b, p. IIII-V). Essa tradução, porém, não circulou pelo Ocidente como uma legítima memória efesina, posto que acabou sendo incluída em uma longa coleção canônica compilada pelo próprio Dionísio e que recebeu seu nome (a Dionisiana). Esta, por sua vez, conheceu variadas versões conforme transitava por regiões diferentes, recebendo modificações e acréscimos conforme os interesses locais (MAASSEN, 1870, p. 420-476), de modo que o potencial conflitivo das implicações teológicas da carta de Cirilo acabava se diluindo em meio à imensidão de material doutrinário disperso pela coleção. Pode-se dizer com alguma certeza que, no contexto da Dionisiana, a terceira carta de Cirilo a Nestório aparecia como mais um dentre inúmeros testemunhos da ortodoxia legados pela Antiguidade, porém já em grande parte descolado de seu contexto original de produção e, portanto, praticamente inofensiva em meio às polêmicas pós-calcedonianas no Ocidente.

Levando-se em consideração esse cenário de um desinteresse quase total pela memória relativa ao concílio de Éfeso (431) e de uma quase desvinculação completa do pouco que restou com seu contexto original, podemos agora apreciar melhor a excepcionalidade da coleção de “atas de Éfeso” preservada em Tours, conferindo também o devido valor e significado de seu itinerário desde a produção de seu arquétipo até sua chegada às margens do Loire na época carolíngia.

A COLEÇÃO DE TOURS

Do ponto de vista formal, a dita coleção de Tours pode ser descrita como uma coleção canônica não-sistemática que reúne 76 peças documentais referentes à querela efesina, tendo como recorte desde o início da polêmica entre Cirilo e Nestório por volta de 428/429 até as primeiras repercussões da Reunião de 433. A organização dos documentos pelo compilador original tendia a preservar uma estrutura narrativa cronológica, ainda que, em sentido estrito, algumas peças estejam “fora de lugar” com base em nosso conhecimento atual sobre os eventos do século V. O primeiro estudioso

⁹ Sobre os dilemas doutrinários lançados por esse documento, bem como para suas diferentes correntes interpretativas na antiguidade, ainda é referência Diepen (1955).

moderno a reconhecer nela uma coleção com suas particularidades próprias e que, portanto, deveria ser estudada em seus próprios termos foi Maassen (1870, p. 721-727). Ele a colocava em paralelo com outras duas coleções latinas correlatas, a de Verona e a de Salzburg, ambas posteriores, sendo que a segunda deriva boa parte de seu material da coleção de Tours, ainda que segundo uma ordenação diferente.

A rigor, o manuscrito outrora em Tours e que hoje está conservado na Bibliothèque Nationale de Paris sob o número 1.572 é a única cópia da coleção em seu estado original. Os exemplares da coleção de Salzburg, como disse, recuperam parte de seu material seguindo um ordenamento diferente. A partir da coleção de Tours, foi produzida ainda uma coleção expandida de atas de Éfeso conservada em dois manuscritos: um outrora conservado em Monte Cassino (o Cassinense 2, do século XII), que a preserva por completo em suas excepcionais 312 peças documentais, e outro conservado no Vaticano (número 1319), que foi mutilado na altura da peça de número 87. Essa segunda coleção, dita de Monte Cassino, recupera a de Tours praticamente na mesma ordem e conteúdo, porém corrigindo sua tradução latina em várias passagens de modo que, mesmo em seu conteúdo correspondente, não pode ser tratada como uma cópia exata dela (SCHWARTZ, 1923, p. XII-XVII).

Em termos de conteúdo, a coleção de Tours compreende o seguinte material:

Quadro 1 – Estrutura documental da coleção de Tours

Numeração	Descrição do conteúdo
1	Carta de Cirilo aos monges (entendida como o estopim da disputa)
2-3	Primeira parte da correspondência entre Cirilo e Nestório
4-5	Repercussão inicial da polêmica em torno das doutrinas de Nestório
6-8	Segunda parte da correspondência entre Cirilo e Nestório ¹⁰
9	Carta de Cirilo ao povo de Constantinopla contra Nestório
10-13	Cartas de Celestino de Roma a diversos destinatários orientais (incluindo Cirilo e Nestório)
14-18	Correspondência de Cirilo com vários interlocutores orientais antes do concílio
19	Carta de João de Antioquia a Nestório advertindo-o a abrir mão da polêmica com Cirilo
20-23	Cartas em preparação à abertura do concílio, incluindo a sacra de convocação
24	Sessão de 22 de junho, em que Nestório foi condenado
25-26	Sentenças oficiais de condenação de Nestório
27	Sentença conciliar proibindo o reconhecimento de qualquer outra profissão de fé que não a de Niceia (325)
28-33	Diversas cartas de Cirilo e dos bispos conciliares comunicando suas decisões
34	Primeira comunicação imperial a respeito do que tinha sido decidido em 22 de junho

¹⁰ Aqui estão inclusas tanto a segunda (número 7) como a terceira (8) cartas de Cirilo a Nestório.

35	Sessão de 10 de junho, em que os legados romanos endossam as decisões de Cirilo
36-38	Cartas do partido cirilino a diversos destinatários justificando suas ações e decisões tomadas na sessão de 22 de junho
39-40	Sessões de 16 e 17 de julho, em que os partidários de Cirilo emitem a primeira condenação oficial ao partido de João de Antioquia
41-45	Cartas diversas trocadas pelo partido de Cirilo contra João de Antioquia
46	Sessão de 22 de julho
47-49	Cartas diversas do partido cirilino trocadas entre julho e agosto de 431
50-58	Sermões pronunciados em Éfeso por Cirilo e seus aliados após a condenação de Nestório (junho de 431)
59	Carta do concílio a Celestino
60-67	Documentos do partido cirilino relativos às negociações ocorridas junto ao imperador em Calcedônia entre setembro e outubro de 431
68	Edito imperial condenando Nestório ao exílio
69-73	Documentos relativos à Reunião de 433 ¹¹
74-76	Documentos relativos à repercussão imediata da Reunião

Fonte: Schwartz (1923).

Por questão de brevidade, não nos interessa aqui entrar em detalhes nas minúcias da composição da coleção de Tours nem em suas inúmeras implicações históricas e teológicas para a compreensão da controvérsia. Basta-nos aqui, para fins de entendimento de seus sentidos atrelados ao volume manuscrito que nos interessa aqui, identificarmos suas linhas gerais de construção de sentido. Em primeiro lugar, pode-se notar que se trata de uma compilação manifestamente pró-cirilina, que sequer demonstra interesse pelas ações e doutrinas do partido ligado a João de Antioquia, muito menos de Nestório. Os únicos documentos de fato ligados ao heresiarca são suas cartas a Cirilo, que servem apenas para delinear as teses que o leitor deveria rejeitar. Mesmo uma carta como a de João de Antioquia a Nestório só está aqui porque cumpre um importante papel de censura à pregação do então bispo de Constantinopla, reforçando, assim, a proibidade das doutrinas do bispo de Alexandria. Outro ponto curioso dessa coleção é seu pouco interesse pela preservação de tratados teológicos longos, de fundamentação extensa e complexa da cristologia cirilina. Com efeito, tanto as coleções gregas de atas de Éfeso quanto a coleção latina de Monte Cassino são abundantes a esse respeito, contendo documentos nessa linha às dezenas produzidos nas mais variadas fases da controvérsia (antes, durante e depois de 431). Uma consequência imediata desta opção é a eliminação quase que por completo das repercussões pós-calcedonianas acerca do caráter miafisita ou não da pregação de Cirilo, uma vez que, à exceção da terceira carta a Nestório, o material nela preservado era igualmente aceito por calcedonianos e miafisitas como símbolos de autoridade e

¹¹ Incluindo aqui a carta de Cirilo a João de Antioquia que continha a Fórmula de Reunião (número 72) e que já contava com uma tradução latina desde a época de Leão Magno.

ortodoxia. O único traço que nos permite dizer com mais segurança que se tratasse de uma compilação realizada por um calcedoniano é sua valorização das discussões relativas à Reunião de 433 como o ápice e desfecho definitivo da polêmica efesina, sem a inclusão de qualquer tipo de epílogo ou material complementar que pudesse modular o difisismo contido na Fórmula. Uma terceira característica peculiar do conjunto apresentado é uma atenção restrita conferida à atuação da sé romana na disputa e nos caminhos para a resolução do conflito em Éfeso em após. Por certo, Celestino e seus legados são destacados em vários momentos, porém nunca ou quase nunca na condição de protagonistas. Pelo contrário, eles são apresentados como colaboradores de destaque de Cirilo e apoiadores de primeira hora de suas decisões, não oferecendo, para além disso, nenhuma contribuição efetiva ou original para a trama. O cerne da estrutura narrativa da coleção, portanto, gira em torno de uma explicação histórica das ações do partido de Cirilo ao longo dos anos de 428-433, com grande ênfase para os assuntos ligados ao concílio de 431 e à Reunião de 433 a fim de entendê-los como embasamento ao calcedonianismo das décadas vindouras.

Quando, porém, tal compilação teria sido reunida e traduzida para o latim? Se de fato acreditarmos na alegação de Dionísio Exíguo de não havia nenhuma tradução latina da terceira carta de Cirilo a Nestório antes da sua, então devemos colocar a redação do arquétipo da coleção de Tours forçosamente após o início do século VI. Por outro lado, o conjunto já devia estar acabado por ocasião da redação do dito *Breviário* de Liberato de Cartago pouco após a realização do concílio de Constantinopla (553) organizado por Justiniano para tentar dirimir o dissenso entre calcedonianos e miafisitas. De fato, nesta obra, Liberato se valia das traduções latinas preservadas na coleção de Tours, ainda que fizesse algumas correções pontuais a seu texto (SCHWARTZ, 1929, p. VIII-X). Outro autor africano do período, Facundo de Hermiane, que se opôs à política de Justiniano cerca de uma década antes de Liberato, também fazia uso de documentação efesina para se contrapor às ações do imperador, porém o texto latino desse material que utiliza em sua obra é significativamente diferente das versões contidas na coleção de Tours (SCHWARTZ, 1929, p. VIII-X). É de se depreender, portanto, que ou a compilação foi produzida entre as décadas de 540 e 550 ou que o fora pouco tempo antes, a ponto de Facundo não ter tido tempo hábil de ter acesso a ela.

Em termos geográficos, tudo leva a crer que a coleção de Tours tenha sido reunida originalmente em Constantinopla. Além de ser um dos poucos lugares no Mediterrâneo desse período onde se podia encontrar pessoas bilíngues em latim e em grego capazes de proceder a um trabalho de compilação e tradução dessa envergadura, a cidade era então o epicentro do embate doutrinal entre calcedonianos e miafisitas (e que dispunha do material para tradução disperso por inúmeros arquivos diferentes na cidade), em grande medida devido às próprias atitudes controversas de Justiniano. Sabemos que tanto Facundo quanto Liberato tiveram estadas prolongadas aí por conta de sua atuação eclesiástica pró-calcedoniana, sendo que o primeiro certamente escreveu sua obra enquanto estava aí. Além deles, havia aí um terceiro clérigo africano opositor das políticas de Justiniano chamado Rústico, que chegou a ser banido ao exílio pelo soberano após a realização do concílio de Constantinopla (553). Porém, não se sabe ao certo como, ele conseguiu regressar à cidade imperial antes de 564, onde ficou refugiado no mosteiro dos monges acemetas, também eles hostis a Justiniano. Durante sua estadia, Rústico procedeu à redação da coleção de Monte Cassino, aquela mesma aludida mais acima que consiste em uma tradução

revista da coleção de Tours e largamente expandida com novo material. É evidente, portanto, que os acemetas preservavam com eles uma cópia do texto, e que isso confirma seu caráter pró-calcedoniano (SCHWARTZ, 1923, p. VIII-X).

Como se pode ver, a coleção de Tours foi gestada em um contexto político-doutrinário bastante diverso daquele em que Cirilo e Nestório se digladiaram e, como tal, assume em si sentidos e propósitos muito diferentes daqueles produzidos no século VI. Ainda assim, permanece a dúvida: como um material tão singular e ancorado nas experiências das igrejas de língua grega foi parar em Tours? É para essa questão que nos voltamos agora.

UM ITINERÁRIO MEDITERRÂNIC

O conhecimento sobre a teologia de Cirilo e as ações do concílio de Éfeso na Gália sempre foi muito limitado. À exceção da já referida obra de Cassiano e do dito *Memorando* de Vicente de Lérins, que escreveu por volta do ano de 434 tomando a querela efesina como referencial de construção da ortodoxia,¹² as informações a respeito se limitavam à circulação de material muito pontual, seja de forma avulsa – tal como a segunda carta de Cirilo a Nestório, feita circular na região por Leão Magno, tal como exposto acima –, seja como parte de coleções canônicas bem mais amplas em termos de conteúdo e escopo – tal como a terceira carta de Cirilo a Nestório, que circulava nas várias versões da coleção Dionisiana. Essa situação só começou a mudar a partir de 549, quando um concílio reunido em Orléans a mando do rei Childeberto I (511-558) deliberou, dentre outros assuntos, uma condenação formal contra Nestório e sua doutrina sob o pretexto de que sua “seita” (*secta*) já tinha sido condenada pela sé romana (GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 300-301). Tal prescrição, que aparece logo no primeiro cânone desse concílio, é a primeira manifestação explícita de uma adesão gaulesa à ortodoxia efesina – ou, mais precisamente, calcedoniana, já que Eutíquio também era condenado no mesmo cânone.

O aparecimento repentino de uma preocupação das igrejas gaulesas por essa temática por tanto tempo ignorada de fato não possui relação direta com um interesse genuíno pela querela efesina em si, mas por seus desdobramentos nessa época. Nesses meados do século VI, o assunto do momento ao redor de todo o Mediterrâneo cristão era a assim chamada “controvérsia dos Três Capítulos”, iniciada por conta da iniciativa do imperador Justiniano de fazer uma tentativa de releitura conciliadora da memória sobre o concílio de Calcedônia (451) nas regiões controladas por ele. Seu intuito era promover uma reconciliação entre calcedonianos e miafisitas por meio da condenação de certas atitudes dos bispos conciliares de 451 que eram entendidas pelos miafisitas como capitulação ao nestorianismo. A iniciativa de Justiniano, embora simpática a um conjunto moderado de cristãos, despertou a ira de segmentos mais extremados de ambas as partes. Da parte dos calcedonianos, eles entendiam que essa atitude punha em xeque a própria autoridade de Calcedônia (451) e abria margem a formulações vagas que abriam brechas para interpretações heréticas. No caso específico das igrejas ocidentais que seguiam os ensinamentos de Leão Magno,

¹² Para o uso de documentação efesina por parte de Vicente, ver Moxon (1915). Não se sabe como o monge de Lérins teve acesso a esse material, mas é certo que ele não deixou rastro depois de seu uso, e mesmo a obra de Vicente conheceu uma difusão bastante limitada no período medieval.

isso representava uma ameaça à própria autoridade da sé romana, uma vez que o consenso calcedoniano nas comunidades cristãs de língua latina fora construído em grande medida sob a alegação de que seu cerne doutrinário se baseava na ratificação do dito Tomo de Leão e que, ademais, Calcedônia (451) teria reafirmado a hegemonia da igreja romana sobre todas as demais do Mediterrâneo.

Assim como os clérigos africanos mencionados anteriormente, os bispos romanos assumiram para si a tarefa de se opor às inovações de Justiniano. Vigílio, bispo romano entre 537 e 555, foi muito ativo nesse sentido até 545, quando foi instado pelo imperador a prestar contas de suas ações pessoalmente em Constantinopla, sendo detido aí até que prestasse apoio aos desígnios imperiais. Vigílio acabaria capitulando em 548 ao ratificar uma condenação formal aos Três Capítulos, atitude essa que teve uma repercussão péssima nas igrejas latinas. Na Gália, ele passou a ser visto como um traidor da causa ortodoxa, e mesmo seu sucessor, Pelágio I (bispo entre 556 e 561), se viu obrigado a se explicar ao rei Childeberto em 558 para lhe assegurar que mantinha sua adesão à fé de Leão e que repudiava a política de Justiniano (BARDY, 1938, p. 38-45).

Em meio às animosidades causadas pelos ditos Três Capítulos, podemos construir uma trajetória provável de transmissão da coleção de Tours entre Constantinopla e o norte da Gália. O ponto chave parece ser o concílio de Orléans, convocado a mando do rei por conta de questões internas aos francos, mas que se viu obrigado a se posicionar diante da escalada da controvérsia que tomava conta do Mediterrâneo. Por ocasião da convocação conciliar, os bispos gauleses não tinham ciência ainda de que Vigílio já tinha capitulado (BARDY, 1938, p. 39) e, portanto, ainda eram movidos pelo sentimento geral de que Roma se opunha a Justiniano. Após a notícia começar a circular pelo Ocidente, os bispos da Gália se alinharam a seus colegas latinos que repudiaram tal mudança de posição. Esse movimento de repúdio a Vigílio era fomentado também pela grande circulação de pessoas e textos nesse período, com vários dos antagonistas de Justiniano indo a Constantinopla ou mesmo Roma para articular a resistência. Não é improvável, desta maneira, que cópias da coleção de Tours usadas na produção de tratados contrários a Justiniano tenham circulado no Ocidente, e que uma delas tenha alcançado os bispos gauleses, imediatamente antes ou logo após Orléans (549). Essa suspeita é reforçada pelo fato de um dos primeiros filólogos a deitar os olhos no manuscrito outrora conservado em Tours, o alemão Paul Lehmann, ver traços de uma composição orleanesa do volume (SCHWARTZ, 1929, p. I).

Por certo, ninguém mais acredita que o manuscrito tenha sido composto em Orléans. Desde o revolucionário estudo de Edward Rand sobre o *scriptorium* de Tours, estabeleceu-se o consenso que nosso parisiense 1572 apresenta elementos estilísticos e caligráficos muito próximos a outros exemplares conservados na abadia antes que Alcuíno (735-804) fosse nomeado como abade local em 796 (RAND, 1929, p. 87-88). É até possível que não tenha sido redigido precisamente em Tours, mas em algum mosteiro muito próximo e que logo o volume tenha sido alocado aí. Em termos de datação, o volume hoje é tido de forma unânime como produto da segunda metade do século VIII, com autores como Bernhard Bischoff (1994, p. 94) querendo recuá-lo para o terceiro quarto desse século VIII. Ou seja, trata-se de um exemplar produzido no alvorecer da dominação carolíngia sobre o reino franco.

Se a chegada da coleção de Tours à Gália se deveu às movimentações eclesiásticas de meados do século VI e – por que não dizer? – com o apoio de reis

merovíngios, por que uma nova cópia foi feita sob os carolíngios? Minha hipótese para tanto é que, mais uma vez, os sentidos associados a ela e ao material que continha mudaram para se adaptar a novas necessidades. Com efeito, o período inicial de hegemonia carolíngia no reino franco é marcado por uma profunda transformação em relação às coleções canônicas então vigentes no reino. Associado a uma aproximação cada vez mais prolífica com a igreja romana, o reino franco sob Pepino, o Breve, e Carlos Magno assistiu a uma progressiva substituição de antigas coleções marcadas por um enfoque mais regionalizado, propriamente gaulês, em prol de coleções renovadas, que buscavam fazer uma recolha de material não só mais antigo, mas também geograficamente mais diverso. Tais coleções visavam conferir uma uniformidade maior aos costumes eclesiásticos da Gália, colocando a região em sintonia com aquilo que se praticava e se professava em outras regiões ocidentais, sobretudo a Itália.

Como bem mostrou Rosamond McKitterick, a segunda metade do século VIII foi prolífica na produção de coleções canônicas nos domínios carolíngios que se vinculavam a essa transformação progressiva dos ordenamentos canônicos. Tours, em especial, foi um importante centro de difusão desse novo saber por meio da incorporação de documentação proveniente do sul da Gália (e que, historicamente, tinha mantido laços mais estreitos com o passado romano e com realidades eclesiásticas de outras partes do Mediterrâneo). Estranhamente, porém, McKitterick diminui a importância da redação do parísino 1572 nesse momento, alegando que ele não pertence a esse contexto histórico da região do Loire. Por certo, a peça parece guardar uma singularidade muito forte frente ao restante do acervo da biblioteca em Tours, porém nada justifica que a autora sugira que o volume tenha sido encomendado por bispos de outras regiões por razões desconhecidas (MCKITTERICK, 1985, p. 105).

De minha parte, parece lógico supor que a cópia da coleção de Tours no século VIII fizesse parte desse movimento de recolha de material das regiões meridionais, mais “mediterrânicas”, do reino em busca de elementos de recuperação desse passado canônico romano que reatualizava os laços de cooperação entre os francos e as comunidades cristãs dispersas ao redor do mar. Não me parece, entretanto, que houvesse um interesse genuíno na controvérsia cristológica e no concílio de Éfeso em si mesmo na produção dessa peça, mas sim um interesse nessa memória de certo modo mais universal, que englobava as longínquas igrejas orientais de língua grega na própria constituição desse cristianismo franco renovado pelos carolíngios. Prova disso, e de que também o nosso manuscrito de Tours não foi apenas um volume estranho depositado na biblioteca de Tours sem serventia prática alguma, é o uso feito dele por Alcuíno em pessoa, já há tempos demonstrado por Bernhard Bischoff (1994, p. 94, com comentários em HOFFMANN, 2001). Afinal, o filólogo alemão notou marcas de uma mão do século IX que destacou certas passagens do manuscrito que depois apareceram no tratado do monge britânico contra Felix de Urgell, um bispo adocionista que despertou a fúria de vários teólogos carolíngios a ponto de ser formalmente condenado por heresia em um concílio reunido a mando de Carlos Magno em Frankfurt (794). Por ora, não tenho como fazer uma análise estendida da recuperação de Alcuíno dessa memória efesina em prol do combate a uma doutrina que, a rigor, nada tem a ver com a polêmica entre Cirilo e Nestório. Porém, ao menos à guisa de observação preliminar, é preciso observar o grau de autoridade que Alcuíno dispensava a esse volume, bem como a plasticidade com que as doutrinas expressas em seus documentos podiam ser mobilizadas para novas querelas.

CONCLUSÃO

Com esse exemplo de Alcuíno, concluo aqui minha análise retomando nosso ponto de partida: é preciso compreender a doutrina como uma realidade maleável, historicamente (re)construída de acordo com os novos espaços e temporalidades em que opera. Sua sobrevivência por gerações deve ser entendida não só pelo aporte de significados originalmente conferidos a ela pelos personagens que pela primeira vez delinearão as diretrizes gerais de seus conceitos e hipóteses, mas também pelas deformações que cada novo personagem promove nela a fim de recuperá-la para sua realidade particular. Tal deformação não deve ser entendida em sentido negativo, como uma adulteração perversa, mas sim literalmente como “tirar da forma” original para adequá-la a novos formatos convenientes a um novo contexto histórico que, ademais, sequer teria como se valer dos sentidos originais imputados a essa crença. Foi somente com base nessa capacidade de deformação que material efesino como a coleção de Tours conseguiu atravessar os séculos e chegar até nós, e também é por causa dela que precisamos estar atentos a essas recuperações posteriores da memória sobre Éfeso (431) para que possamos ter uma dimensão mais apropriada sobre o conhecimento que podemos formar sobre os eventos e doutrinas do século V.

REFERÊNCIAS

AMANN, Émile. L'affaire Nestorius vue de Rome (I). *Revue des Sciences Religieuses*, Paris, v. 23, n. 1-2, p. 5-37, 1949.

BARDY, Gustave. Les répercussions des controverses théologiques des V^e et VI^e siècles dans les Églises des Gaules. *Revue d'histoire de l'Église de France*, Paris, v. 24, n. 102, p. 23-46, 1938.

BISCHOFF, Bernhard. *Manuscripts and Libraries in the Age of Charlemagne*. Edited and translated by Michael Gorman. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BLAUDEAU, Philippe. *Alexandrie et Constantinople (451-491): De l'Histoire à la Géo-Écclesiologie*. Roma: École Française de Rome, 2006 (Bibliothèque de l'École Française d'Athènes et de Rome 327).

CRABBE, Anna. The invitation list to the council of Ephesus and metropolitan hierarchy in the fifth century. *Journal of Theological Studies*, Oxford, v. 32, n. 2, p. 369-400, oct. 1981.

DE PLOCH, María G. G. P. Hombres de fe, hombres políticos. El concilio de Éfeso (431) y sus participantes. *Antigüedad y Cristianismo*, Murcia, v. 18, p. 9-397, 2001.

DIEPEN, H.-M. Les douze anathématismes au Concile d'Ephese et jusqu'en 519. *Revue Thomiste*, Paris, v. 55, p. 300-338, 1955.



GAUDEMET, Jean; BASDEVANT, Brigitte. *Les Canons des Conciles Mérovingiens (VI^e-VII^e siècles)*. Introduction, Traduction et notes. Texte latin de l'édition C. de Clercq.. Paris: Les Éditions du Cerf, 1989 (Sources Chrétiennes 353).

GRAUMANN, Thomas. 'Reading' the First Council of Ephesus (431). In: PRICE, Richard; WHITBY, Mary (ed.). *Chalcedon in Context: Church councils, 400-700*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009. p. 27-44. (Translated Texts for Historians, Contexts 1)

GREGORY, Timothy E. *Vox Populi: Popular Opinion and Violence in the Religious Controversies of the Fifth-Century AD*. Columbus: Ohio State University Press, 1979.

GRILLMEIER, Alois. *Christ in Christian Tradition*. Translated by John Bowden. London; New York: Mombay; Westminster John Knox Press, 1965. v. 1.

HEIL, Uta; STOCKHAUSEN, Annette Von (hrsg.). *Crux interpretum: ein kritischer Rückblick auf das Werk von Eduard Schwartz*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2015.

HOLUM, Kenneth G. *Theodosian Empresses: Women and Imperial Domination in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1982. (Transformation of the Classical Heritage 3).

HOFFMANN, Hartmut. Autographa des früheren Mittelalters. *Deutsches Archiv für Geschichte des Mittelalters*, Köln, v. 57, p. 1-62, 2001.

MAASSEN, Friedrich. *Geschichte der Quellen und der Literatur des canonischen Rechts*. Erster Band. Graz: Verlag von Leuschner & Lubensky, 1870.

MCGUCKIN, John A. *St. Cyril of Alexandria: The Christological Controversy. Its History, Theology, and Texts*. Yonkers, New York: St. Vladimir Seminary Press, 2004. [1^a edição: 1994].

MCKITTERICK, Rosamond. Knowledge of Canon Law in the Frankish Kingdoms before 789: The manuscript evidence. *Journal of Theological Studies*, Oxford, N. S., v. 36, n. 1, p. 97-117, 1985. [Republicado em *Books, Scribes and Learning in the Frankish Kingdoms, Sixth-Ninth Centuries*. Brookfield, VT: Variorum, 1994, p. 97-117].

MILLAR, Fergus. *A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)*. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2006. (Sather Classical Lectures 64).

MOXON, Reginald S. *The Commonitorium of Vincentius of Lerins*. Cambridge: Cambridge University Press, 1915.

MÜHLENBERG, Ekkehard. Die Edition der Acta Conciliorum Oecumenicorum (ACO). Methoden und Prinzipien. In: HEIL, Uta; VON STOCKHAUSEN, Annette (hrsg.).

Crux interpretum: ein kritischer Rückblick auf das Werk von Eduard Schwartz. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2015. p. 97-109.

PARIS, *Bibliothèque Nationale de France*, ms. lat. 1572. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9078172j>. Acesso: 25 nov. 2019.

PRICE, Richard; GADDIS, Michael (trad.). *The Acts of the Council of Chalcedon*. Liverpool: Liverpool University Press, 2005. 3v.

RAND, Edward K. *A survey of the manuscripts of Tours*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1929.

SCHWARTZ, Eduard. *Konzilstudien*. I. Cassian und Nestorius; II. Über echte und unechte Schriften des Bischofs Proklos von Konstantinopel. Straßburg: Karl J. Trübner, 1914. (Schriften der wissenschaftlichen Gesellschaft in Straßburg, 20. Heft).

SCHWARTZ, Eduard. *Acta Conciliorum Oecumenicorum*. Berlin: Walter de Gruyter, 1926a. Volumen II: Collectio Veronensis. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431).

SCHWARTZ, Eduard. *Acta Conciliorum Oecumenicorum*. Berlin: Walter de Gruyter, 1929. Volumen III: Collectionis Casinensis sive Synodici a Rustico Diacono compositi Pars I. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431).

SCHWARTZ, Eduard. *Acta Conciliorum Oecumenicorum*. Berlin: Walter de Gruyter, 1923. Volumen IV: Collectionis Casinensis sive Synodici a Rustico Diacono compositi. Pars altera. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431).

SCHWARTZ, Eduard. *Acta Conciliorum Oecumenicorum*. Berlin: Walter de Gruyter, 1926b. Volumen V: Pars 1. Collectio Palatina. Pars 2. Cyrilli epistula synodica. Collectio Sichardiana ex Collectione Quesneliana. Collectio Winteriana. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431).

STOCKHAUSEN, Annette Von. Die Edition der Konzilsakten und das Problem der Sammlungen. Editionsphilologische Überlegungen anhand der *Acta Conciliorum Oecumenicorum* III. In: HEIL, Uta; VON STOCKHAUSEN, Annette (hrsg.). *Crux interpretum*: ein kritischer Rückblick auf das Werk von Eduard Schwartz. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2015. p. 129-144.

WESSEL, Susan. *Cyril of Alexandria and the Nestorian Controversy: The Making of a Saint and of a Heretic*. Oxford: Oxford University Press, 2004. (Oxford Early Christian Studies).

WESSEL, Susan. *Leo the Great and the Spiritual Rebuilding of Universal Rome*. Leiden: Brill, 2008. (Supplements to Vigiliae Christianae 93).



NOTAS

AUTORIA

Robson Murilo Grando Della Torre: Doutor. Professor adjunto, Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas, Departamento de História, São Francisco, MG, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Santa Maria, 1284, 39401-874, Montes Claros, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no colóquio “Liberté d’expression: Islam, Byzance, Occident (VIII^e-XIII^e s.). Les élites religieuses et la critique du pouvoir”, realizado em Lyon entre os dias 23 e 25 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer vivamente à professora Marie-Céline Isaïa, da Université Jean-Moulin Lyon 3, CIHAM – UMR 5648, tanto pelo convite para participar do colóquio de 2016 quanto pela oportunidade de, na ocasião, ter discutido comigo algumas hipóteses de leitura do manuscrito a partir das reproduções digitalizadas do mesmo. Foi ela quem chamou minha atenção para a importância de se pensar a relação desse manuscrito em Tours com o abaciado de Alcuíno. Foi ela também que me indicou a importância, no mundo carolíngio, do concílio de Éfeso para a polêmica em torno da pregação de Felix de Urgell. Ela me chamou a atenção sobretudo para o uso que dele faz Agobardo de Lyon, ainda que ele não tenha se valido da coleção de Tours. Espero ter a oportunidade no futuro de poder discutir essa apropriação carolíngia do debate efesino para outros fins polêmicos, quiçá comparando os métodos de Alcuíno e Agobardo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 25 de novembro de 2019
Aprovado em: 13 de janeiro de 2020

Como citar: DELLA TORRE, Robson Murilo Grando. A Coleção de Tours de atas do concílio de Éfeso (431): um testemunho carolíngio de resignificação doutrinal e circulação de textos no Mediterrâneo tardo antigo. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 59-77, jan./abr. 2020.



ESTADO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENERGIA E ÁGUA PÓS RIO-92

**State, Sustainable Development and Governance in Brazil:
Public Policies for Energy and Water Post Rio-92**

Cássia Natanie Peguim^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2721-6971>
E-mail: cassianatanie@gmail.com

^a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil

RESUMO

Com o objetivo de compreender como se processou a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável às políticas públicas de gestão dos recursos naturais para a geração de energia, tomamos o uso da água como exemplo e problematizamos a questão a partir da discussão sobre o público e o privado na concepção de governança, entendida como ação do Estado na elaboração de políticas públicas. O espaço e o tempo da análise é o Brasil pós Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, caracterizado pela reforma neoliberal iniciada com Fernando Collor de Mello e da retomada da criação de empresas estatais atuantes no uso dos recursos naturais em diálogo com o mercado durante os governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A criação de uma estrutura institucional contemporânea aos princípios de desenvolvimento sustentável trouxe consigo a problemática da mudança na percepção quanto ao valor de uso e troca da água em que a questão do acesso frente a uma relação entre desiguais existente na gestão do Estado e entre iguais na sociedade civil participa das redefinições ocorridas com o advento do conceito difundido a partir de 1992. O conceito desenvolvimento sustentável se mostra indissociável da problemática do uso dos recursos naturais, cuja posição mais ao mercado ou mais ao Estado oscila entre as e dentro das ações estatais no que diz respeito a sua posição como agente econômico.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil. Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas.

ABSTRACT

In order to understand how the concept of sustainable development was incorporated into public policies for the management of natural resources for energy generation, let's take water as an example and analyze the issue based on the discussion on public and private conception of governance as the action of the state in the elaboration of public policies. The space and time of the analysis is Brazil, after the United Nations Conference on Environment and Development, Rio 92, characterized by the neoliberal reform initiated by Fernando Collor de Mello and the resumption of the creation of state-owned companies dealing with the use of natural resources in Brazil, interacting with the market during Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff's government. The creation of a contemporary institutional structure in accordance with the principles of sustainable development has brought with it the problem of a change in the perception of the value of water use and exchange, in which the issue of access, considering a relation between unequal, present in state management, and between equals, in Civil society participates in the redefinitions that occurred since 1992, when the concept was spread. The concept of sustainable development is inseparable from the problem of the use of natural resources, which position, either towards the market or the state, oscillates between and within state actions with regard to its position as an economic agent.

KEYWORDS

Brazil. Sustainable development. Public policy.

Há inúmeras metodologias para se pensar a relação existente na tríade *Estado, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Uma delas é o exame das relações entre política e sociedade a partir da triangulação do (1) surgimento da questão ambiental, (2) da organização institucional e (3) da ação do Estado e da mobilização da sociedade civil (MARTINEZ, 2016, p. 171). Considerando essa orientação teórico-metodológica, o objetivo deste artigo é refletir sobre o público e o privado na concepção de *governança*, nos atendo à ação do Estado na elaboração de políticas públicas. Tal reflexão será feita no contexto de incorporação do conceito *desenvolvimento sustentável* às leis e aos planos de curto e médio prazo para o uso de recursos naturais no setor de geração de energia, utilizando como exemplo a água.

No contexto da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, e na década subsequente, o Brasil viveu um processo de redemocratização e de reformas neoliberais do Estado ocorridas durante as gestões de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Tal processo incluiu a criação de instrumentos legais de regulação do uso dos recursos naturais geradores de energia. O modelo de governança foi aberto ao mercado com as leis de desestatização e transferência de funções das empresas estatais para recém-criadas agências setoriais, como o ocorrido com a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2000. Esse período foi seguido de um segundo momento, caracterizado pela criação de planos emergenciais de conservação de energia em decorrência da crise do apagão de 2000-2001, ainda no período FHC. Um terceiro momento da atuação do Estado na estruturação da governança dos recursos naturais pós-Rio 92 correspondeu ao período Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Houve, então, a retomada da criação de empresas estatais, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada em 2004, e a elaboração e implantação dos programas e planos setoriais desenvolvidos pelas agências criadas no período FHC com foco na pesquisa e planificação, como o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), finalizado em 2006. Esse segundo momento foi sucedido pela crise econômica de 2008 e exigiu um Estado regulador atuante. Questionamos: uma vez que o *desenvolvimento sustentável* foi definido como um compromisso do Estado e da sociedade civil, como o Estado organizou a governança dos recursos naturais em diálogo com o mercado?

Para desenvolver essa reflexão, nos apoiaremos no texto “A grande dicotomia: público e privado”, de Norberto Bobbio, publicado no livro *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política* (1985), e no texto “Mercados, estado e oportunidade social”, de Amartya Sen, publicado no livro *Desenvolvimento como liberdade* (1999). Para pensar o Brasil, trabalharemos o texto “Estado e meio ambiente no Brasil”, de Marcelo Bursztyrn, publicado na coletânea por ele organizada e intitulada *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (2003), e os capítulos “Os desafios da sustentabilidade e os bancos de desenvolvimento”, escrito por Luciano Coutinho, e “Crises e oportunidades em tempos de mudanças”, escrito por Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor, ambos publicados no livro *Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs* (2014), organizado por Carlos Lopes.

Primeiramente, apresentamos uma discussão das atribuições do Estado na implantação de políticas de desenvolvimento sustentável como indicado na *Declaração do Rio de Janeiro* e na *Agenda 21*, ambos documentos elaborados durante a Rio 92. Nela fazemos uma retomada da inserção do conceito desenvolvimento sustentável na política pública brasileira, considerando a reforma neoliberal do Estado na década

de 1990 e a retomada da ação estatal na gestão dos recursos naturais em uma ação junto ao mercado na primeira década dos anos 2000. A segunda parte do texto propõe uma reflexão sobre como a questão do público e do privado está inserida nas políticas públicas de gestão de recursos naturais usando a questão da água como exemplo. Nessa parte recorreremos ao artigo *Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental* (2013), de Maria de Fátima S. Wolkmer e Nicole Freiburger Pimmel, e à discussão teórica sobre Estado, público e privado, a partir da leitura das obras já citadas de Norberto Bobbio e Amartya Sen. Concluímos com um balanço sobre como a triangulação sugerida por Martinez – surgimento da questão ambiental, organização institucional, ação do Estado e mobilização da sociedade civil – que dialoga com a trajetória da inserção do conceito *desenvolvimento sustentável* na legislação brasileira frente aos problemas teóricos apresentados sobre público, privado e Estado.

REGULAMENTAÇÃO E POLÍTICAS DE MÉDIO PRAZO NO BRASIL PÓS-RIO92: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AÇÕES PROPOSTAS E REFORMA DO ESTADO

O conceito *desenvolvimento sustentável* é definido no relatório *Nosso Futuro Comum* – também conhecido como Relatório Brundtland – como aquele capaz de garantir o atendimento às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 9). Tal conceito chegou aos ouvidos dos brasileiros a partir da cobertura que a imprensa realizou da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida pelos nomes de Rio 92, Eco 92 ou ainda Cúpula da Terra, realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) entre os dias 3 e 14 de junho de 1992.

André Trigueiro, repórter da Rádio Jornal do Brasil durante a conferência, observa que as redações tiveram que contratar especialistas para a cobertura do evento internacional. Foi preciso se adaptar a um novo vocabulário, uma vez que cientistas de diversas áreas do conhecimento, bem como políticos e ativistas ambientais falavam sobre biodiversidade e efeito estufa, para citar alguns exemplos. Na ocasião, Washington Novaes, jornalista que atuou na cobertura do Fórum Global, realizado concomitantemente à conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no Aterro do Flamengo, pontua que na época a figura do ambientalista ganhou espaço na mídia e passou a ser protagonista, ditando pautas na imprensa (ECOS DA RIO-92, 2017).

Quando pensamos como a inserção do conceito *desenvolvimento sustentável* ocorreu no campo institucional, temos que recordar a elaboração do documento *O desafio do desenvolvimento sustentável: relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, finalizado em 1991. O documento foi elaborado pela Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), composta por membros das secretarias executivas ligadas diretamente ao então presidente Fernando Collor de Mello, e presidida por Francisco Rezek, ministro das Relações Exteriores. A passagem de Rezek à frente do ministério foi marcada por uma

política de não alinhamento às questões ambientais internacionais, que no mundo pós-Guerra Fria fizeram da Rio 92 um instrumento de promoção de uma perspectiva de aliança entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, ideal incluso no conceito *desenvolvimento sustentável* (PEGUIM, 2015, p. 14).

O Brasil já contava com políticas voltadas para o meio ambiente antes da realização da Rio 92: a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), elaborada em 1981. Contudo, o relatório *Desafio do desenvolvimento sustentável*, além de marcar disputas por visões sobre a proteção e conservação da natureza e os possíveis usos de seus recursos, trouxe para o campo dos estudos de análise sobre a realidade brasileira encomendados pelo Estado nacional o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Era algo que ainda não havia sido incorporado à Constituição de 1988. Paulo Henrique Martinez observa que: “os constituintes acolheram algumas disposições do Relatório Brundtland, de 1987, como a ideia de corresponsabilidade dos poderes públicos e da coletividade na defesa e na preservação do meio ambiente para as atuais e futuras gerações”. No entanto, destaca que “uma ausência, porém, é notada no texto constitucional brasileiro, o Desenvolvimento Sustentável, tema central do debate mundial da década de 1980” (MARTINEZ, 2016, p. 179). Naquele contexto, a proposição do conceito refletiu a necessidade de reordenar o capitalismo por meio da adequação à escassez de recursos naturais, consequente da própria dinâmica predatória do capital, para manter sua expansão.

Quando pensamos a ação do Estado em meio ambiente pós-1992 temos então a herança de uma legislação ambiental elaborada em um período de ditadura militar, a PNMA, que precisa se adaptar a um período de internacionalização da demanda econômica por recursos naturais no contexto de regulações neoliberais e pressão internacional pela promoção do *desenvolvimento sustentável*. Considerando essa conjuntura, observamos que as políticas públicas sobre meio ambiente no Brasil e a organização das formas de governo a respeito do uso dos recursos naturais também passaram por uma reordenação.

Refletindo sobre a tríade Estado, desenvolvimento sustentável e políticas públicas, podemos questionar: o Estado viabilizou um desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente suportável e socialmente equitativo? Essa questão é elaborada a partir da reflexão do economista Ignacy Sachs e de sua trajetória na elaboração do conceito *desenvolvimento sustentável*. Economista formado no Brasil e com doutorado na Índia, fundador do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Sachs (*apud* PEGUIM, 2014, p. 516) observa que

a questão sobre qual estilo de desenvolvimento optar residiria em suas finalidades (que) e instrumentos (como). Em busca de tal resposta, interessaria explicitar os estilos de desenvolvimento ecologicamente prudentes e socialmente justos de cada comunidade em busca do que denomina dupla função ética do desenvolvimento: as finalidades sociais e cuidados com as gerações vindouras.

Vamos iniciar a problematização da questão elencando algumas especificidades da ação do Estado documentadas na *Declaração do Rio de Janeiro*.

Assinado durante a Rio 92, é um documento formado por 27 princípios básicos que deveriam ser incorporados pelos Estados signatários nas suas políticas de desenvolvimento. Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os Princípios de Direito Internacional, a declaração assegurava ao Estado “o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e desenvolvimento” (Princípio 2). A ele também caberia agir de forma a eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, incluindo a promoção de políticas demográficas (Princípio 8). A capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável foi posta como tarefa dos Estados, que deveriam cooperar com o aprimoramento da compreensão científica, o intercâmbio de conhecimento, o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias (Princípio 9) (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992).

A erradicação da pobreza figurou como um conceito-chave na atuação do Estado perante a comunidade internacional e a sociedade civil (Princípio 5). Ao Estado também caberia promover a participação pública dos processos de decisão e o acesso aos processos judiciais e administrativos sobre compensação e reparação de danos (Princípio 10). O bom cumprimento do Princípio 10 estava vinculado a uma legislação ambiental eficaz (Princípio 11) que responsabilizasse por poluição e danos ambientais e indenizasse suas vítimas (Princípio 13). A ação do Estado para a promoção do desenvolvimento sustentável também incluía o reconhecimento da participação das mulheres na promoção do desenvolvimento sustentável (Princípio 20), o protagonismo das populações indígenas na gestão do território (Princípio 22) e a proteção do meio ambiente e de recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação (Princípio 23), com a internalização dos custos ambientais (Princípio 17) (DECLARAÇÃO DO RIO, 1992).

Além da *Declaração do Rio de Janeiro*, outro documento foi base para a institucionalização do desenvolvimento sustentável pós-Rio 92: a *Agenda 21*. Foi elaborado como um programa de ação composto por quarenta capítulos correspondentes a três faces do processo de implantação do desenvolvimento sustentável: (1) dimensões sociais e econômicas, (2) a conservação e o gerenciamento de recursos para o desenvolvimento e (3) os meios de implementação desse programa. O êxito e a responsabilidade de sua execução caberiam aos governos que teriam de elaborar estratégias, planos e políticas, e fomentar o processo de implantação da agenda, podendo recorrer à cooperação internacional como complemento aos esforços nacionais (ONU, 2001).

No Brasil, o período dos governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) correspondeu à elaboração da *Agenda 21 Brasileira*. O documento, elaborado em duas fases, é composto pela *Agenda 21: ações prioritárias* e *Agenda 21: resultado da consulta nacional*, e foi concluído em 2002, ano da realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, África do Sul. Seu objetivo foi elaborar metas nacionais a partir do programa global de ação *Agenda 21* assinado na Rio-92.

Quando falamos de recursos naturais, energia, água e desenvolvimento sustentável, é preciso recordar outra característica do período entre Collor e FHC: a privatização do setor elétrico e a flexibilização do monopólio estatal do petróleo. Esse processo incluiu a criação de três agências reguladoras setoriais: a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 1996; a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 1997; e a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2000.

Também incluiu a elaboração de leis de regulamentação do uso dos recursos hídricos com a Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997, conhecida como Lei de Águas. Por meio da Lei de Águas foram criados outros instrumentos administrativos, tais como o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Marcel Bursztyrn (1993, p. 85) observou que “Até mesmo os mais radicais expoentes do pensamento neoliberal viriam a admitir que nesse terreno caberia ao Estado o papel de definição das regras do jogo econômico e de assegurar o seu cumprimento”. Podemos observar a existência de um processo de inclusão do conceito *desenvolvimento sustentável* na legislação brasileira a partir de leis que incorporaram a discussão sobre uma gestão dos recursos pautada em sua métrica – ou seja, na aferição da quantidade e na disponibilidade de seu uso, principal função das agências setoriais criadas pelo Estado. Trata-se de uma percepção técnica, porém prevista nas metas de desenvolvimento sustentável.

Se durante o período FHC houve a criação de políticas nacionais e agências de regulação, no período Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), com Marina Silva como ministra do Meio Ambiente (2003-2008) e Dilma Rousseff e Silas Rondeau na liderança do Ministério de Minas e Energia (2003-2005/2005-2007), observamos a criação de programas e planos de curto e médio prazo como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) voltados para a energia gerada a partir de biomassa e biocombustíveis, em 2004, o Plano Decenal de Expansão da Energia Elétrica (PDEE 2015) e o PNRH, ambos em 2006, com ação na expansão da geração e transmissão de energia hidroelétrica. A EPE, criada em 2004, foi responsável pela elaboração do PDEE (2006/2015), formulado como previsto nas leis n. 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004. A expansão programada pelo PDEE para o decênio 2006/2015 incluiu a entrada em operação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no rio Madeira, e de Belo Monte, no Xingu (BRASIL, 2006).

As ações e projeções apresentadas no PDEE tinham qualidade, eficiência e eficácia como ideias-chave da proposta para o setor elétrico. Essas ideias foram direcionadas principalmente para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O SIN foi criado em 1998 pela Lei n. 9.648/98 como parte do pacote de reestruturação da Eletrobras, e foi planejado como um sistema hidrotérmico. Composto por uma rede de usinas de geração de fontes hídricas e térmicas, como biomassa, o SIN conta com uma ampla rede de transmissão interligando as regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

Para compreender a criação do SIN, devemos nos recordar de que o consumo de eletricidade no Brasil na última década do século XX aumentou em razão da eletrificação crescente do país e da instalação de indústrias eletrointensivas (GOLDEMBERG; LUCON, 2007, p. 10). A busca por matéria-prima e mão de obra baratas nos países em desenvolvimento, como o Brasil, e a articulação de um sistema econômico cada vez mais interligado, exigente em infraestrutura, transporte comunicações e fontes de energia, somada ao aumento populacional fizeram com que, em fins dos anos 1990, o país passasse por um colapso físico do sistema elétrico em consequência da redução da capacidade dos reservatórios das hidrelétricas, principalmente nas regiões Norte e Sudeste – a chamada *crise do apagão*. Essa crise levou ao racionamento de energia e demandou políticas de conservação (LEITE, 2014).

Esse cenário de crise está relacionado a uma política estatal internacional, no âmbito da América Latina, de disponibilidade de recursos e menores restrições

ambientais com o objetivo de atrair a transferência de indústrias (PEGUIM, 2017, p. 5). O afluxo de empresas para os países em desenvolvimento gerava uma maior demanda para os sistemas de geração de energia, aumentando a pressão sobre os estados a fim de que alcançassem a segurança energética. Consequentemente, houve maior pressão sobre os recursos naturais geradores de energia (ALBAVERA, 1995). Esse processo de internacionalização e privatizações dos anos 1990, com maior abertura para as empresas detentoras das mudanças tecnológicas, confronta-se com a emergência de um questionamento sobre a vida útil e da sustentabilidade ambiental dos processos de exploração dos recursos naturais presente na realidade brasileira. Isso se dá a partir da inserção do tema *desenvolvimento sustentável* como pauta cotidiana na mídia nacional, no mercado econômico e nas relações exteriores.

Nesse cenário, a crise econômica de 2008 emerge como fator para uma reflexão sobre a gestão dos recursos naturais brasileiros. No período pós-2008, verificou-se que “a dinâmica do crescimento da renda mundial passou a ter uma participação muito importante dos países em desenvolvimento, com destaque para os BRICS (grupo de países economicamente emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)” (COUTINHO, 2014, p. 23). A crise evidenciou as questões sociais e ambientais, colocando no centro da discussão sobre desenvolvimento a distribuição de renda, a segurança alimentar, a saúde, o saneamento, a preservação de recursos hídricos, o combate ao desmatamento e o uso sustentável de florestas.

Sobre a crise de 2008, Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor (2014, p. 54) em “Crises e oportunidades em tempo de mudança”, apresentam uma crítica ao Estado neoliberal adotado como política desde os anos 1990, caracterizado, segundo os autores, por “forças caóticas de mercado, com um pouco de regulação pública e com organizações da sociedade civil tapando os buracos ou consertando as falhas mais dramáticas”. Ou seja, a regulação pública exercida pelo Estado ao lado do mercado como agente econômico apresentava falhas expressas na crise então vivenciada.

Quando pensamos a relação da crise com as metas de desenvolvimento sustentável, como direito à exploração de recursos, erradicação da produção e consumo insustentáveis e proteção ao meio ambiente, colocando o mercado no centro, precisamos entender o peso do papel do mercado no conceito *desenvolvimento sustentável*. No relatório *Nosso futuro comum*, a solução de uso e manutenção dos recursos naturais e das políticas de desenvolvimento está vinculada à regulação do mercado, de modo que os caminhos do desenvolvimento não passariam pelo crivo do planejador e das comunidades, mas sim por multinacionais e organismos internacionais (PEGUIM, 2015, p. 52).

Quando nos deparamos com as ações propostas na *Declaração do Rio de Janeiro* e na *Agenda 21*, podemos ver na trajetória da institucionalização do conceito *desenvolvimento sustentável* no Brasil uma demanda internacional pela ação do Estado. Essa demanda deveria criar um espaço para implantar políticas propostas pela ONU por meio do diálogo com a sociedade civil, formada pela população com direito às metas que cabiam ao Estado ou com direito ao ressarcimento do ônus por ele causado. A governança dos recursos naturais no Brasil passou por um processo de regulação e elaboração de planos de médio prazo no período analisado. Tal processo dialoga com a demanda da política ambiental global, mas também responde a uma demanda econômica interna de adequação a um mercado de recursos. A regulação desse mercado se dá por meio de um imperativo de desenvolvimento econômico

imbuído de valores positivos de independência e autorrealização traduzidos em aumento da produtividade e na segurança energética do Brasil.

Uma vez que os recursos naturais deveriam corresponder a esses imperativos e ao mesmo tempo ser preservados para as futuras gerações, trazer para a discussão a questão do mercado, como colocada no relatório *Nosso futuro comum*, é necessário para problematizarmos a questão do público e do privado na governança dos recursos naturais. Essa dupla coloca para nós uma questão central quando falamos das relações entre ser humano e mundo natural: o acesso. Propomos uma reflexão sobre essa problemática usando como exemplo a água.

RECURSOS NATURAIS, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A ÁGUA COMO EXEMPLO

Recursos naturais é uma expressão que no início do século XXI está associada no imaginário coletivo a uma visão monetarizada da natureza. A *Agenda 21* foi elaborada dentro desse referencial teórico e contribuiu para a percepção da água como recurso ao defini-la como bem econômico. Segundo a *Agenda 21* (ONU, 2001, p. 33), “O manejo integrado dos recursos hídricos baseia-se na percepção da água como parte integrante do ecossistema, um *recurso natural e bem econômico social* cujas quantidade e qualidade determinam a natureza da sua utilização”.

Para a gestão da água, os Estados nacionais que ratificaram em 1992 a *Agenda 21*, entre eles o Brasil, deveriam criar e executar estruturas institucionais, instrumentos jurídicos e programas de uso eficiente de água. Os recursos hídricos deveriam ser geridos de forma compartilhada com o fortalecimento de iniciativas locais vinculadas à cooperação entre Estados (RIBEIRO, 2001, p. 86-87). Para 2005, os Estados deveriam ter atingido as metas subsetoriais propostas pela *Agenda 21* segundo Resolução n. 44/2228 da Assembleia Geral da ONU.

No Brasil, dentro do limite estipulado pela ONU, houve a elaboração da Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997, a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) em 2000, e a proposição do PNRH, em 2006. Estruturas institucionais, instrumentos jurídicos e programas de uso da *água* viabilizados dentro de um quadro teórico de concepção da água como recurso natural, de mercado como agente econômico e do Estado como criador das agências reguladoras.

Maria de Fátima S. Wolkmer e Nicole Freiburger Pimmel (2013, p. 173) argumentam que o reconhecimento do valor econômico mudou a percepção da *água* de recurso abundante para recurso finito:

Ao reconhecer a água como um bem escasso, dotado de valor econômico, transita-se da percepção d'água como bem em abundância na natureza para a percepção da sua finitude. Essa mudança produz uma série de consequências, expressas no fundamento da Lei n. 9.433/97, qual seja a água passa a ser conceituada como um recurso limitado, dotado de valor econômico.

Para compreendermos a percepção da água como mercadoria, precisamos compreender a conexão entre escassez e acesso. Rodrigues (2019, p. 72) observa que “É preciso ressaltar que a escassez nem sempre significa ausência de Água, [pois]

há situações, principalmente nos países pobres, em que existe riqueza hídrica, mas há pobreza no acesso”. O acesso está diretamente vinculado aos marcos institucionais de cada país e da correlação de forças entre os atores legais do sistema de gestão da água.

A diversidade e as divergências entre as corporações e os movimentos socioambientais elevam a governança hídrica como um grande desafio para a sociedade. Isso porque as condições, quantidade e qualidade do acesso humano à Água dependem do modelo de governança hídrica adotado (RODRIGUES, 2019, p. 65).

Wolkmer e Pimmel (2013, p. 172), sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, observam que:

O domínio público da água foi ratificado pela Lei n. 9.433/97 [...] no entanto, isso não transforma o Poder Público Federal e Estadual em proprietário da água, mas o torna gestor desse bem, no interesse de todos. O ente público não é proprietário, senão no sentido formal (tem poder de autotutela do bem), na substância é um simples gestor do bem de uso coletivo.¹

Norberto Bobbio (2007, p. 14) faz uma colocação que pode nos servir de base para pensar o tamanho das esferas do público e do privado em políticas de desenvolvimento sustentável como as da governança da água:

Um dos lugares-comuns do secular debate sobre a relação entre a esfera do público e a do privado é que, aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos.

Nessa direção, Amartya Sen, ao falar sobre a eficiência dos mercados, inclui na sua argumentação a tese da *otimalidade de Pareto*. Descreve-a como “uma situação na qual a utilidade (ou bem-estar) de qualquer pessoa não pode ser aumentada sem reduzir a utilidade (ou bem-estar) de alguma outra” (SEN, 2010, p. 157). Público e privado, em direito, acabam por traduzir a forma como relações sociais se ordenam, estabelecendo dois tipos de relações: entre iguais e entre desiguais (BOBBIO, 2007, p. 15).

Vamos pensar as definições de público e privado frente ao Estado, segundo Bobbio (2007, p. 15):

O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais [...].

¹ Cf. Henkes (2003).

[...] a sociedade natural tal como descrita pelos jusnaturalistas, ou a sociedade de mercado na idealização dos economistas clássicos, na medida em que são elevadas a modelo de uma esfera privada contraposta à esfera pública, são caracterizadas por relações entre iguais ou de coordenação.

Os dois trechos oferecem suporte para pensarmos sobre Estado e sociedade civil uma vez que esta última é concebida como agente do desenvolvimento sustentável junto ao Estado ao se organizar como ator político e econômico atuante no mercado. Das situações elencadas por Bobbio, uma se relaciona com a questão ambiental: a *sociedade global* e os *grupos menores*. O autor conceitua sociedade civil a partir de Hegel e Marx, definindo-a como um sistema de necessidades incluso na compreensão jusnaturalista de um Estado de natureza vinculado a uma esfera econômica de relações entre iguais (BOBBIO, 2007, p. 15, 17).

Sobre a relação Estado e mercado, os níveis de relações entre iguais e desiguais, Amartya Sen (2010, p. 168) argumenta a favor da “necessidade de uma abordagem múltipla”, ou seja, de uma ação com Estado e mercado:

As razões para adotar uma abordagem múltipla do desenvolvimento tornaram-se mais claras em anos recentes, em parte como resultado das dificuldades enfrentadas e dos êxitos obtidos por diferentes países ao longo das últimas décadas. Essas questões relacionam-se estreitamente à necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados.

Mas como pensar essa ação do mercado sobre bens públicos? Podem ser considerados bem públicos aqueles “que as pessoas consomem juntas, e não separadamente. Isso se aplica em particular a áreas como preservação ambiental, além das de epidemiologia e serviços públicos de saúde” (SEN, 2010, p. 171). Para Amartya Sen (2010, p. 190):

Não se pode duvidar das contribuições do mecanismo de mercado para a eficiência, e os resultados econômicos tradicionais, nos quais a eficiência é julgada segundo a prosperidade, a opulência ou a utilidade, podem ser estendidos também para a eficiência no que se refere às liberdades individuais.

Aqui é importante esclarecer o conceito de liberdades individuais substantivas para Amartya Sen. Para o economista indiano, ganhador do Prêmio Nobel da Paz com o estudo *Desenvolvimento como liberdade*, liberdades são meios para o desenvolvimento, não apenas o seu fim. Envolvem tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais (SEN, 2010, p. 32-33):

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das ‘capacidades’ [*capabilities*] das pessoas levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a

direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

A posição de Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor diverge da de Amartya Sen quanto ao papel do mercado como promotor de capacidades. O foco dos autores é o resgate da capacidade de gestão pública, com um Estado que atuasse como “instrumento de coordenação de esforços sociais” e “como regulador do conjunto dos esforços da sociedade” (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2014, p. 37). Assim, o Estado atuaria como agente social de uma governança participativa e distribuidor de Justiça, capacidades e conhecimento. Diante de um mercado cada vez mais neoliberal, observa-se que era necessária a “democratização das decisões sobre como são utilizados os recursos econômicos do planeta”, orçamentos públicos participativos, uso dos recursos com visão sistêmica e com prioridade à redução de desastres ambientais e sociais (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2014, p. 50).

Na direção de uma visão sistêmica, Luciano Coutinho (2014, p. 20-21), ao falar sobre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2005 e 2012, traz para a discussão da ação do Estado em políticas de desenvolvimento a metáfora dos cinco dedos da mão invisível do desenvolvimento sustentável, elaborada por Ignacy Sachs: (1) renovação do contrato social com redução do tempo de trabalho; (2) segurança alimentar e produção sustentável de alimentos; (3) segurança energética com maior intensidade em projetos e uso sobre fontes renováveis; (4) planejamento participativo de longo prazo entre governos, empresas, trabalhadores e sociedade civil organizada; e (5) cooperação internacional com ênfase nos países do sul e na direção do desenvolvimento socialmente incluyente e socialmente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que na *Declaração do Rio de Janeiro* havia um conjunto de princípios que, para serem concretizados, necessitavam da ação do Estado na elaboração de legislação ambiental nacional e marcos institucionais regulatórios, na valorização da ciência e da tecnologia e na criação de mecanismos de participação popular. Também vimos que o relatório *Nosso futuro comum*, que antecedeu a declaração em termos de uma cronologia da elaboração da dinâmica do conceito *desenvolvimento sustentável*, incluiu o mercado como um agente promotor daquela perspectiva de desenvolvimento, implicando uma reordenação nas políticas públicas de gestão dos recursos naturais.

No Brasil, o período pós-1992 foi de transição das políticas de uso desses recursos, antes gerenciados pelas empresas estatais, para agências responsáveis por regular a privatização e uso, como a ANEEL, ANP e ANA, e a inserção de uma empresa estatal, a EPE, no campo da mensuração dos recursos disponíveis no território brasileiro, além de estudos que embasaram a elaboração de planos de curto e médio prazo para o setor energético. A elaboração das políticas de águas e energia, bem como a elaboração dos planos setoriais, como o PDEE 2006/2015, se enquadraram no compromisso estabelecido na *Agenda 21* com a execução de estruturas institucionais e instrumentos jurídicos até 2005. Mas essa única face do desenvolvimento sustentável não suporta a efetivação do conceito na prática das políticas públicas para o uso da água, ficando ausentes ações concretas de participação popular.

A governança sobre a água, nosso exemplo neste texto, incluiu alguns conceitos que nos remetem à discussão sobre público e privado. Na *Agenda 21*, a água foi definida como um recurso natural e bem econômico social. Na Política Nacional de Recursos Hídricos, o poder público federal e estadual foi considerado gestor desse bem. Água como bem econômico remete à ideia de oferta e procura, e como Wolkmer e Pimmel (2013) colocaram, à ideia de escassez.

Se o *bem econômico social* ou *bem de uso coletivo* é escasso, o acesso é incerto. O Estado é gestor, mas pode outorgar essa responsabilidade ao mercado. Se a gestão é privada, o acesso é precificado, e a relação de desequilíbrio estabelecida a partir da *otimalidade de Pareto* se coloca como um impasse na elaboração de políticas públicas. Ou seja, a maior participação do público na gestão da água leva à redução da participação dos setores privados. Por sua vez, a maior participação do mercado por meio das privatizações pode reduzir a ação de uma governança pública e a participação dos usuários múltiplos na governança sustentável desse bem, como colocado no Princípio 10 da *Declaração do Rio de Janeiro*.

Acompanhando Norberto Bobbio (2007), Amartya Sen (2010), Luciano Coutinho (2014), Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor (2014), podemos observar que o raciocínio elaborado por esses autores, atuantes na esfera da gestão pública, nos indica que o conceito *desenvolvimento sustentável* é indissociável da problemática do uso dos recursos naturais. Além disso, traz consigo a visualização de um “cabo de guerra” entre modelos de governança, hora mais ao mercado hora mais ao Estado, oscilando *entre as e dentro das* ações estatais, no período 1992 e 2012, no que diz respeito à regulação das questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ALBAVERA, Fernando Sánchez. El actual debate sobre los recursos naturales. *Revista CEPAL*. Santiago, n. 56, p. 125-135, 1995.

BOBBIO, Norberto. A grande dicotomia: público/privado. *In*: BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 13-27.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015*. Brasília: MME; EPE, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. *Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Caderno Setorial Geração de Energia Elétrica. Brasília: MMA, 2006.

BURSZTIN, Marcel. Estado e meio ambiente no Brasil. *In*: BURSZTIN, Marcel. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense. 1993. p. 83-114.

COUTINHO, Luciano. Os desafios da sustentabilidade e os bancos de desenvolvimento: lições de Ignacy Sachs. *In*: LOPES, Carlos *et al.* *Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 19-36.

DECLARAÇÃO DO RIO sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, p. 153-159, 1992.

ECOS DA RIO-92: 25 anos depois. Apresentação disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/ecos-da-rio-92-25-anos-depois>. Programação disponível em: https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/Programação%20Ecos%20da%20Rio%2092_7.pdf. Acesso em: 10 set. 2019. Informações vide anotações de pesquisa de campo realizada pela pesquisadora.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. José Lutzenberger. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/jose-antonio-lutzenberger>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energia e meio ambiente no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

HENKES, S. L. Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. *Jus Navigandi*, Teresina, v. 8, n. 64, 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/3970>. Acesso em: 27 mar. 2011.

LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Estado, políticas públicas e meio ambiente no Brasil. In: ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil: interpretações e perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons; Universidad de Alcalá; Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos, 2016. p. 172-195.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). *Agenda 21*. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

PEGUIM, Cássia Natanie. Desenvolvimento sustentável e recursos naturais: o Brasil (1992 - 2002). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 2017, Brasília. *Anais [...]* Brasília, ANPUH, 2017. p. 1-8.

PEGUIM, Cássia Natanie. Ignacy Sachs em busca do ecodesenvolvimento. In: XXXI SEMANA DE HISTÓRIA: 'PALAVRA E DESTINO COMUM', 2014, Assis. *Anais [...]* Assis: FCL/Assis, 2014. p. 512-523.

PEGUIM, Cássia Natanie. *Meio ambiente e desenvolvimento: a construção do debate ambiental em O Correio da UNESCO (1972-1992)*. Orientador: Paulo Henrique Martinez. 2015. 154f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/132042>.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Arlindo. *Gestão hídrica: governança dos bens comuns*. São Paulo: Origem, 2019.

RIBEIRO, Wagner C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos; DOWBOR, Ladislau. Crises e oportunidades em tempos de mudança. In: LOPES, Carlos et al. *Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 37-80.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; PIMMEL, Nicole Freiburger. Política Nacional De Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. *Sequência*, Florianópolis, n. 67, p. 165-198, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>.

NOTAS

AUTORIA

Cássia Natanie Peguim: Mestre. Doutoranda, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Dom Antonio, 2100, Parque Universitário, 9806-900, Assis, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído do projeto de pesquisa “O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e Recursos Naturais (1992-2012)”, apresentado ao Programa de Pós-graduação História e Sociedade da Universidade Estadual Paulista, em 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos devidos ao professor orientador Paulo Henrique Martinez.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de doutorado da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2016/23033-0.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de abril de 2019
Aprovado em: 13 de novembro de 2019

Como citar: PEGUIM, Cássia Natanie. Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 78-93, jan./abr. 2020.



**DA RADICAL À RADICADA:
ALTERIDADES ENTRE FRANCESES
E ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO
OITOCENTISTA**

From Radical to Settled in: Forms of Otherness between French and Slaves in 19th Century Rio de Janeiro

Daniel Dutra Coelho Braga^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8370-8845>

E-mail: daniel.dutra@bol.com.br

^a Pesquisador autônomo, Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

A cultura liberal francesa do século XIX estimulou uma série de identidades mobilizadas por estrangeiros no Brasil. Para essa cultura, a persistente escravidão brasileira foi tema incontornável. Se viajantes franceses mobilizaram uma alteridade radical em contraposição tanto à escravidão como a brasileiros e africanos escravizados, franceses que buscaram se radicar no Brasil modularam outras formas de alteridade. Mediante análise de relatos de viagens e alforrias, este artigo explicita os significados relacionais de liberdade e as alteridades em movimento emuladas em redes de sociabilidade que, notadamente no Rio de Janeiro, uniram viajantes, agentes consulares, comerciantes e escravos. O artigo demonstra em que medida estrangeiros radicados no Rio de Janeiro mobilizaram um vocabulário de distinções sociais e alteridades diferente daquele mobilizado por viajantes em seus relatos.

PALAVRAS-CHAVE

Escravidão. Condição estrangeira. Culturas liberais.

ABSTRACT

French liberal culture in 19th Century provided identities for foreigners in Brazil. Within this culture, persistent Brazilian slavery was an unavoidable subject. While French travellers emulated a radical otherness in contrast to both slavery and enslaved Africans, French who sought to establish themselves in Brazil ended up adhering to other kinds of otherness and identities. This essay highlights the relational meanings of freedom and the identities in the move which had been emulated in social networks that united travellers, consular officials and slaves in Brazil, mostly in Rio de Janeiro, by analysing travel accounts and manumission letters. It shows how settled foreigners used a vocabulary regarding social distinction and otherness which was different from the one used by travellers in their accounts.

KEYWORDS

Slavery. Foreign condition. Liberal cultures.

Em 1850, o outrora cônsul francês na Bahia, Francis de Castelnau, iniciava publicações referentes à segunda expedição que realizara nas Américas. As diferenciações entre os povos que encontrara, dentre as quais as que designou “condições do trabalho”, condicionaram seu itinerário e a forma mediante a qual discriminou as regiões que o compuseram, tal como recapitulado em seu relato:

Embarcados, no Pará, em um navio a vapor que o governo brasileiro tinha colocado à minha disposição, com a benevolência a que ele me havia acostumado durante todo o curso de minhas viagens, dirigimo-nos a Caiena, onde o Sr. Deville ficou doente. Quanto a mim, tendo sido encarregado, por nosso governo, de estudar as condições diversas do trabalho nas colônias *livres e de escravos*, visitei o Suriname e Demerary, para me dirigir, em seguida, a Barbados, Santa Lúcia e à Martinica, onde passei algum tempo; depois, percorri rapidamente as pequenas Antilhas, até São Tomás, de onde o navio a vapor inglês me conduziu à Europa (CASTELNAU, 1850, p. 28-29, grifo nosso, tradução nossa).¹

Liberdade e escravidão foram objetos de estudo para Castelnau, mas também categorias usadas para reiterar uma visão de mundo. É o que sugere sua menção à passagem pela ilha de Goreia. Nela, o francês expressa tanto seu apreço pela liberdade como uma distinção em relação ao “negro”, independentemente da posição que este viesse a ocupar em eixo no qual, segundo Castelnau (1850, p. 44-45, grifo nosso, tradução nossa), ao conectar a África e as Américas, ele conectaria, também, “liberdade” e “escravidão”:

Seria impossível descrever a alegria que senti ao pisar, pela primeira vez, no continente africano, onde tudo era tão novo para mim. Tendo estudado, durante longos anos, a raça africana transportada para as colônias da América, sempre tinha desejado ardentemente vê-la em seu próprio país, *livre e independente*; mas confesso que essa experiência só fez confirmar as ideias que eu tinha formado sobre o pequeno desenvolvimento intelectual dessa variedade da espécie humana. Aqui eu a encontrei, tal como na América, embrutecida pela bebida e pelas mais absurdas superstições; cômica em todos os seus movimentos, ela lembra sem cessar o macaco. O fato é que, *livre na África ou escravo no Novo Mundo*, o negro é sempre preguiçoso, depravado, ladrão e mentiroso; e a extrema facilidade com a qual se submete à escravidão é a prova da ausência, nele, de uma das mais nobres faculdades da alma humana. Reduzido ao cativo, o negro engorda; o índio da América se deixa morrer.²

¹ Tradução realizada com base na edição de 1850 e na tradução editada por Maria Elizabeth C. de Mello (2015, p. 34).

² Tradução realizada com base na edição de 1850 e na tradução editada por Maria Elizabeth C. de Mello (2015, p. 37).

Não é surpreendente que esse viajante tenha sido apropriado como exemplo de “olhar francês”.³ A liberdade que desejou para o “Outro” é a que reafirmou para si. Castelnau escrevia por meio de símbolos de uma cultura liberal que, embora de lógica universalista, teve centros específicos, dentre os quais a França, onde, muitas vezes, a própria identidade francesa foi liberal e universalista.

Toda identidade, no entanto, possui fronteiras. Que desafios uma identidade francesa encontraria nas ações daqueles que, porventura, deixassem a pátria francesa, tanto em viagens como no intuito de se enraizar em outro território? De que modo um país como o Brasil, com suas próprias lógicas de relações entre escravidão e colonialismo, poderia se apresentar a egressos da França, no complexo cenário de eixos atlânticos de escravidão e liberdade?

Abordando o problema de um “olhar francês” referente ao Brasil, este ensaio demonstra em que medida esse “olhar” se explica menos por sua origem e mais pela natureza de seus deslocamentos. Mediante análises de relatos de viajantes que estiveram no Brasil e de alforrias registradas em cartório por franceses estabelecidos em território brasileiro, demonstra-se em que medida o Brasil ofereceu à França ao menos duas possibilidades de alteridade. De um lado, uma alteridade *radical*, por meio da qual uma identidade francesa emulada enquanto continuidade de uma cultura liberal poderia se afirmar perante a permanência da escravidão no Brasil, distanciando-se de contradições inerentes a uma identidade liberal. De outro lado, uma alteridade que já se impunha, em circuitos do Estado francês, desde séculos anteriores – a *radicada* nas Américas, por intermédio da qual os que se enraizavam após um deslocamento atlântico se rendiam a formas de vida na qual o trabalho de cativos era condição essencial.

Para tanto, o ensaio se desdobra em três seções. Primeiramente, discute-se a inserção francesa em um quadro global de culturas liberais na passagem do século XVIII para o século XIX. Nesse quadro, a escravidão, notadamente quando vinculada ao colonialismo, foi problema incontornável de esfera pública. Em seguida, analisam-se modulações de alteridades tal como registradas por viajantes, reiterando-se a hipótese segundo a qual a *condição viajante* contribuiu para a manutenção de uma “alteridade radical”, por vezes com pressupostos racialistas. Finalmente, analisam-se alforrias registradas em cartório, no intuito de averiguar em que medida a *condição radicada* no Brasil modulou alteridades diferentes daquelas emuladas em relatos de viagem, notadamente mediante a menção à cor enquanto “fator de identificação e classificação social, facilmente associado ao estatuto jurídico e usado de maneira ambígua para afastar ou aproximar alguém da escravidão ou do seu passado em cativo” (PINHEIRO, 2018, p. 44).

MOVIMENTOS E CONEXÕES GLOBAIS, OU OS LIMITES DE UMA CULTURA LIBERAL

Após 1789, muitos franceses encontrariam na palavra “liberdade” um alicerce de identidade. Instaurava-se no país uma “cultura liberal”, ainda que “relativamente coerente” sobretudo como “cultura de oposição” (ROSANVALLON, 1985, p. 25) ao

³ Expressão usada por Maria Elizabeth C. de Mello (2015, p. 19).

Antigo Regime.⁴ Por meio dela, identificar-se francês pressuporia encarnar valores universalistas e crer na máxima monumentalizada no *Panthéon* de Paris, em estátua dedicada à memória da Convenção: “*Vivre libre ou mourir*”.⁵

No entanto, essa cultura se deparava com heranças que diziam tanto sobre o Ocidente como os “princípios de 1789”, para usar a expressão de Pierre Rosanvallon (1985, p. 25). Entre elas, a escravidão. A instituição que o jacobinismo acreditou ser capaz de guilhotinar, mas cujo restabelecimento por Napoleão Bonaparte, em 1802, é tão emblemático quanto a coroação do militar pelas mãos do papa, anos mais tarde, era respaldada até mesmo pelo Novo Testamento, no qual “distinções temporais não tinham muita importância” e, em função disso, “se um homem era chamado a ser escravo, não devia tentar se tornar livre” (DAVIS, 2001, p. 105). Não à toa, quando da declaração de guerra à França revolucionária por parte da Inglaterra, franceses que viviam às custas do trabalho de seus escravos reconheceram nos britânicos seus salvadores (BLACKBURN, 2011, p. 149).

De fato, após a primeira tentativa de abolição, a escravidão permaneceu na arena política francesa. Isso decorreu principalmente de “uma conexão que as potências europeias tentariam manter debaixo do pano no século e meio seguinte: a relação entre escravidão e colonialismo”, exacerbada em função da Revolução do Haiti (COOPER *et al.*, 2005, p. 55). Apesar da instauração de uma república em 1804, permaneceu o “sonho” de não apenas recuperar o domínio sobre a antiga colônia, mas também, para muitos, o desejo de lá reinstaurar a escravidão (BRIÈRE, 2008, p. 17-19). O supracitado restabelecimento da escravidão por parte de Napoleão tem igualmente seu significado elucidado quando se recorda que já “sob o Consulado, a esperança de uma paz com a Inglaterra levou Bonaparte a reatar com especulações coloniais do Antigo Regime em eixo triangular religando portos atlânticos, as Antilhas e a Louisiana” (GRENOUILLEAU, 2017, p. 32). A Restauração, por sua vez, também rearticulou colonialismo e escravidão: entre 1814 e 1831, “cerca de 125.000 novos escravos foram introduzidos no Caribe por negociantes franceses”, em conjuntura de preços que tornou colonos ávidos por comprar escravos, “se possível a crédito, e encorajou mercadores a suprir essa demanda” (BLACKBURN, 2011, p. 476). A abolição de 1848, enfim, não encerrou o dilema. Se uma nova revolução criou a efeméride que deu às relações entre liberalismo e democracia “a ilusão de sua resolução” (ROSANVALLON, 1985, p. 14), os desafios em uma conjuntura atlântica de emancipação permaneceram muitos. Essas tensões extrapolavam a territorialidade francesa. O próprio império britânico, a despeito de sua projeção em esfera pública no combate ao tráfico de escravizados (BLACKBURN, 2011), também enfrentava desafios em suas colônias, nas quais “a transição da sociedade escravista para uma sociedade livre acabaria por expor as contradições da ideologia liberal” (HOLT, 2005, p. 104). Escravidão e abolição permaneceram, portanto, dilemas para culturas liberais do século XIX.

⁴ As citações de estudos originalmente em francês e em inglês são traduções livres.

⁵ Ideais de liberdade não foram monopólio francês. Porém, termos caros à cultura política francesa retiveram “associações com valores morais e humanos de ordem geral”, expressando tanto o “nacionalismo e expansionismo franceses” como “a crença em que a tradição nacional francesa consubstanciava e representava valores morais e outros, bem como realizações válidas para a humanidade como um todo” (ELIAS, 1997, p. 130).

Decorrente de tal quadro foi a consolidação de novas formas de racismo e racialismo,⁶ em reação à lógica de 1789. O “universalismo humano implícito na crítica antiescravidão foi desafiado por uma doutrina racial mais geral, e mesmo “científica”, que supostamente justificava a escravidão” (BLACKBURN, 2011, p. 154). Logo, “por mais paradoxal que possa parecer, o nascimento, o desenvolvimento e o êxito do abolicionismo coincidem com o reforço e o apogeu de um racismo que se torna, no século XIX, simultaneamente mais popular e mais ‘científico’” (GRENOUILLEAU, 2017, p. 21). Tratava-se de preservar privilégios, pois, como apontou Claude Meillassoux (2002, p. 9), “o racismo é apenas um avatar do preconceito aristocrático de classe”, o que explica manifestações como a supracitada formulação de Castelnuovo.

É nesse quadro global de culturas liberais que se tornam elucidativos os movimentos e conexões por meio dos quais “liberdade” e “escravidão” foram reinventadas ao longo do século XIX. Um olhar sobre franceses que se deslocaram durante esse século permite reconhecer nos movimentos de suas alteridades a condição tanto para a exaltação da liberdade como para a persistência da escravização. Com efeito, uma relação de alteridade é “o meio seguro de manter a distância social, que é a condição da escravidão” (MEILLASSOUX, 1995, p. 59), pois “nunca se escraviza um semelhante” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 40). Conceitos de liberdade, por sua vez, têm seu potencial elucidado mediante a produção de diferenças em conflitos, haja vista que sua importância “não está simplesmente no poder intelectual intrínseco destes conceitos, mas em sua vinculação com uma história do poderio europeu que se estendeu sobre boa parte do globo” (COOPER *et al.*, 2005, p. 53).

Nesse quadro, a condição viajante se destaca. É como se a equação proposta por Claude Meillassoux (1995), segundo a qual a condição de “estrangeiro absoluto” é um dos critérios por meio dos quais se torna possível apreender antropologicamente o *estado* de escravo,⁷ pudesse se aplicar também ao viajante, ainda que em outra direção. Assim como o escravizado, é também o viajante um estrangeiro absoluto. Porém, ele pode se colocar acima da escravidão, denunciando aqueles que a tornaram instituição viva. Esteve em jogo, enfim, a distinção inerente à vida social, da qual o viajante parece se afastar, em função de sua ilusória condição de desenraizado absoluto, emulada por meio do *tópos* da “sensação de não estar de todo” (SÜSSEKIND, 1990, p. 21).

É nesse ponto que o radicado se diferencia do viajante, sobretudo em um território como o brasileiro. Se é verdade que, no tocante à trajetória de uma cultura liberal, houve descompassos entre a França metropolitana e os circuitos coloniais franceses,⁸ é plausível imaginar descompassos ainda mais fortes em relação a um

⁶ Uso o termo “racialismo” em diferenciação ao termo “racismo” com base nas formulações de Tzvetan Todorov (1989, p. 134), para quem o racismo seria “um comportamento antigo, e de extensão provavelmente universal”, ao passo que o racialismo seria “um movimento de ideias nascido na Europa ocidental, cujo grande período vai do meio do século XVIII ao meio do século XX”.

⁷ É nesse sentido que este ensaio se vale com mais frequência do termo “escravos”, em filiação à possibilidade de identificar o “âmbito geral de determinação que modela o seu *estado* comum, em relação ao qual se definem, em cada sociedade escravagista, as *condições* individuais, diversas e mutáveis de cada um deles” (MEILLASSOUX, 1995, p. 11, grifos do autor).

⁸ No tocante à revolução de 1789, é mesmo verossímil a hipótese segundo a qual “realidades coloniais permaneceriam obscuras para a opinião pública da época” (PIOLLET; PIQUIONNE; ROUX, 2002, p. 25). O descompasso se manteve sobretudo até 1830. Como ressaltou Letícia G. Canelas (2018, p. 47), ao longo da Restauração, a vontade senhorial e atos pessoais predominaram em colônias francesas mediante a distinção entre as operações de “manumissão” e “alforria legal”.

Estado como o brasileiro. Foi nessa confluência que o Brasil oitocentista ofereceu, a franceses que se deslocaram, a possibilidade de novas alteridades.

VIAJANTES FRANCESES NO BRASIL ESCRAVISTA, OU A MANUTENÇÃO DE UMA ALTERIDADE RADICAL

A construção do Estado brasileiro se inseriu nos quadros da escravidão e da abolição em contexto atlântico, tanto mediante negociações diplomáticas com a Inglaterra como por meio da “convivência do governo imperial com a ilegalidade” no tocante ao tráfico que levou ao território brasileiro “cerca de 800 mil africanos entre 1830 e 1856”, segundo Beatriz Mamigonian (2017, p. 20). As histórias desses africanos estiveram em meio à “confluência de processos globais” (MAMIGONIAN 2017, p. 27), assim como as de viajantes de diversos países, com seus interesses individuais (SÜSSEKIND, 1990, p. 114) e posicionamentos diante da escravidão (ROSSATO, 2007, p. 192).

Da França partiu quantidade expressiva de viajantes rumo ao Brasil (POTELET, 1993; KURY, 2001; LEITE, 1996; ROSSATO, 2007).⁹ Seus posicionamentos perante a escravidão foram variados, mas é possível identificar padrões. Muitos sublinharam “o caráter de uma economia que, em todos os seus domínios, baseia-se na mão de obra servil” (POTELET, 1993, p. 142). Outro padrão foi a alteridade manifestada em relação ao “africano”, principalmente mediante generalizações. Apesar de uma maior interação francesa com o interior da África na primeira metade do século XIX (GRENOUILLEAU, 2017), distinções originárias da África se diluíam para muitos viajantes, tanto em decorrência da inserção dos cativos nas Américas – uma vez que “foi nas fazendas e cidades americanas que milhões de homens e mulheres, oriundos de diversas sociedades e tradições culturais, foram levados a se fazerem africanos” (GÓES, 2003, p. 206) –, como em função da escolha de viajantes que conceberam um exotismo brasileiro como extensão de um exotismo africano (POTELET, 1993, p. 143; ARAUJO, 2017, p. 107).

Esse foi o caso do oficial da Marinha Louis de Freycinet (1779-1842). Em expedição que o levou ao Rio de Janeiro, Freycinet seguia instruções para inventariar aspectos fisiológicos e culturais dos povos encontrados.¹⁰ Em seu relato, os “negros escravos” do Rio de Janeiro foram descritos tal como em uma taxonomia de espécies:

A espécie de negros escravos que mais se encontra no Rio de Janeiro provém de Angola e de Benguela. [...] Os angolanos propriamente ditos são violentos; eminentemente preguiçosos, trabalham com grande desleixo; são os mais lentos de todos os

⁹ O relato de viagem “alia domínios e gêneros diferentes” (GANNIER, 2001, p. 9). Em função disso, a escolha dos textos para este ensaio seguiu dois critérios sociológicos relacionados à autoria desses materiais. Primeiramente, elencaram-se relatos de viajantes que se vincularam a agentes consulares, também elencados em função do registro de alforrias. Em seguida, elencaram-se relatos de viajantes que buscaram se distinguir de outros franceses situados no Rio de Janeiro. Não se trata, portanto, de reiterar a categoria de um “olhar francês” em relatos, mas de, justamente, explicitar variações internas no *corpus* de relatos de viagem franceses.

¹⁰ As instruções encontram-se arquivadas no Service historique de la Défense, em Vincennes (França), no códice 999 da sub-série BB4.

negros. Eles aprendem o português com muita facilidade: essa aptidão natural é comum aos vindos de Benguela. Observamos que esses últimos são mais propensos que os outros escravos a fugirem da casa de seus senhores. Em geral bem-dispostos, espertos, engraçados, sem rancor, os Cabindas são também, no entanto, muito preguiçosos, pois, em seu país, são quase sempre as mulheres que se encarregam dos trabalhos pesados; todavia, se comprados com menos de 20 anos e bem-orientados, podem ser utilizados em todas as tarefas, pois são extremamente habilidosos. Os negros do Congo têm qualidades e vícios mais ou menos semelhantes: há poucos deles que têm estatura elevada. Os indivíduos dessa nação – ou melhor, dessas nações, pois há infinitas subdivisões – tatuam desenhos bizarros em diversas partes do corpo, mas raramente tatuam o rosto. Os negros de Moçambique são tidos como bons trabalhadores, sobretudo se empregados como marinheiros e barqueiros; porém, têm fama de serem excessivamente mentirosos (FREYCINET, 1825, p. 195-196).¹¹

A alteridade perante africanos não foi a única mobilizada por viajantes franceses no tocante à escravidão brasileira. Muitos se diferenciaram de outros franceses. Eles reconheceram um *éthos* em compatriotas radicados em terras brasileiras e refrataram, em relatos, disputas que vigiam em território francês. Para eles, franceses “instalados” no Brasil teriam se afastado de um ideal de civilização caro à identidade francesa. Foi assim que, como apontou a historiadora Claudia Santos (2013, p. 89), F. Dabadie denunciou “a passividade dos franceses face à prostituição de escravas; [e] os preconceitos de seus compatriotas contra os negros”, pois ceder à escravidão seria, aos seus olhos, trair um “instinto” francês. A reação de Dabadie foi não apenas a de um *quarante-huitard*, mas também aquela promovida pelo Estado francês, que por meio do decreto de 27 de abril de 1848 proibia a posse de escravos por franceses, sob risco de perda da nacionalidade (SANTOS, 2013, p. 89, 114). Dabadie (1859, p. 8, grifo do autor), todavia, explicitou o potencial radical dessa identidade francesa baseada em ideal mais amplo, da qual “a pátria de Voltaire e Condorcet” seria exemplo:

A escravidão, eis a chaga do Brasil, é esta sua vergonha, é este seu crime perante os olhos da civilização; vergonha e crime tão intensos, que todas as antigas colônias espanholas da América meridional finalmente reconheceram os direitos sagrados da humanidade e libertaram os negros. Os sofistas interessados em defender uma causa má, uma causa ímpia, ousam pretender, além do Oceano e mesmo em meio a nós, na pátria de Voltaire e Condorcet, que devemos entregar ao tempo o cuidado de preparar a abolição de uma *propriedade* imoral. Isso é um ultraje à razão, e temos dúvidas de que eles já tenham sentido um coração bater no peito.

¹¹ Tradução livre baseada na edição de 1825 e na tradução editada por França (2013, p. 156-157).

Adèle Toussaint-Samson (1826-1911) também emulou alteridades radicais, tanto em relação a compatriotas como em relação a brasileiros e a negros. A publicação *Une parisienne au Brésil*, referente à sua estada no país na década de 1850, apresenta críticas a franceses donos de escravos no Rio de Janeiro. Nela, Toussaint-Samson (2003, p. 85-86) narrou os hábitos de um casal que a acolhera, “*parvenus* em toda a força do termo”, sublinhando que o homem desse casal “só abria a boca para falar de sua riqueza e de seus escravos”. A repulsa perante compatriotas, todavia, não decorreu de empatia por brasileiros e pessoas escravizadas. Ao descrever a “raça brasileira”, afirmou que “é ao comércio com os negros que se deve em parte a deterioração dessa raça” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 85-86). Ao abordar a convivência do governo com a escravidão, Toussaint-Samson (2003, p. 99) sustentou que o imperador “precisava fechar os olhos ao tráfico de negros, pois apenas eles eram capazes de suportar os trabalhos de cultura sob aquele sol de fogo”. A parisiense também registrou reservas perante a abolição, alertando que o “grande número de negros livres” seria “um grande ponto escuro no horizonte brasileiro [pois] seu número já ultrapassa o dos brancos”, e registrando a esperança de que “o Brasil não tenha seu São Domingos” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 102).

Outro exemplo de alteridade radical com inflexões racialistas foi a emulada pelo pintor François Auguste Biard. Esse francês apresentou o que Ana Lucia Araujo (2017, p. 26) identificou como “posição ambígua” em relação à escravidão. Em função de sua colaboração com a monarquia, o pintor “não tinha a intenção de oferecer sérios comentários críticos sobre a sociedade brasileira e suas elites”, embora tenha produzido “representações satíricas da vida cotidiana brasileira e da escravidão, que às vezes também ridicularizavam os indivíduos de origem europeia” (ARAUJO, 2017, p. 140). A radicalidade da alteridade emulada pelo pintor evidencia-se pela equivalência entre a condição escrava e o termo “negro”, explicitada em sua surpresa diante da presença de negros em comemoração do aniversário da independência do Brasil no Rio de Janeiro. Para Biard, segundo Araujo (2017, p. 128), eles estariam celebrando “a independência de um povo de quem eles eram escravos”. O pintor corroborou, portanto, uma distinção chave no cenário atlântico, no qual “a escravidão do Novo Mundo codificou a pele ‘negra’ como uma característica escrava” (BLACKBURN, 2011, p. 19).

Em resumo, as alteridades registradas por esses franceses foram sintomáticas da condição viajante da qual eles usufruíram. A ausência de estabelecimento permitiu uma crítica enfática à escravidão, e mesmo a distinção perante demais franceses. No entanto, sendo o estabelecimento a decorrência de uma lógica de sociabilidades – a ponto de mesmo uma “anomia” indicar “um tipo específico de estrutura social, e não seu polo oposto num contínuo de fenômenos sociais” (ELIAS, 2000, p. 33) –, não surpreende que aquele que não dispusesse de condição fluida como a do viajante se estabelecesse, em terras brasileiras, por intermédio da escravidão. A alteridade radical se valia de a distinção de poder “não estar de todo”, privilégio relacional da condição viajante perante a condição estrangeira, a qual, por sua vez, exige a introjeção de outras hierarquias sociais e, portanto, de uma alteridade radicada.

OS RADICADOS, OU O ESTABELECIMENTO DA CONDIÇÃO ESTRANGEIRA POR MEIO DA ESCRAVIDÃO

Não à toa, foi um radicado que auxiliou muitos viajantes. Tanto Castelnau como Biard puderam circular em solo brasileiro por meio do auxílio de um mesmo compatriota: o cônsul Theodore Taunay (1797-1881). Castelnau o cita em seu relato, narrando a recepção realizada pelo cônsul (1850). Também Biard foi recebido no Rio de Janeiro por Taunay (SANTOS, 2013, p. 84), que, além disso, intermediou o contato do pintor com o cônsul francês no Pará (ARAUJO, 2017, p. 146). Porém, cartas de recomendação não foram as únicas que passaram pelas mãos de Taunay. Vestígios do auxílio a compatriotas são as cartas de alforria que o cônsul registrou em cartório.

Essas cartas remetem à complexidade das “práticas tendentes à liberdade”, em função das quais alforrias e liberdades podem ser entendidas “como processo, e não como resultado” (SECRETO, 2011, p. 147). No tocante a essas práticas, o Brasil oitocentista apresentou especificidades, com modalidades de compra, ou outorga sob condições, as quais culminavam em situação “particularmente frágil”, junto à “prática comum de compra da alforria mediante endividamento do libertando” (CHALHOUB, 2012, p. 248). Houve, em meio às distinções entre escravos e diferenciações regionais, “possibilidades diferenciadas de negociação” (REIS; SILVA, 1989, p. 20), em função de que “o ex-escravo baiano não se parece absolutamente ao alforriado de São Paulo” (MATTOSO, 1990, p. 199), o que fez de “cada manumissão, praticamente, um caso singular” (GONÇALVES, 2011, p. 20). Além disso, o século XIX apresentou suas próprias especificidades. Como ressaltou Andréa Lisly Gonçalves (2011, p. 172), “os primeiros setenta anos do século XIX se apresentam como um período privilegiado para apreensão das mudanças do significado da política de alforrias”. De todo modo, é possível identificar tendências preponderantes, como no tocante ao Rio de Janeiro oitocentista (SANCHES, 2017). Isso se dá em função do número expressivo de registros de cartas de liberdade, muitos dos quais visavam “evitar contestação” (MATTOSO, 1990, p. 177). É nesse quadro que o papel de Taunay tem seu sentido elucidado. Ao registrar cartas de liberdade em cartório, o cônsul aderiu a significados locais da prática de alforrias, em seus vínculos com os eixos atlânticos que reconfiguraram “escravidão” e “liberdade” ao longo do século XIX.

Foi o retorno de Jean Croset à França, por exemplo, que levou Taunay a registrar, em 1853, a liberdade do africano Januário Cabindo. Quando do registro, o cônsul declarou que Januário tornava-se “forro, quando d’hoje em diante de sua plena liberdade como também o declara o Francês João Matheus Croset, a quem d’antes pertenceu, e estando a partir para a França, dá-lhe sua Alforria”.¹² Esse tipo de registro situou o cônsul em um interstício de redes, cuja ambiguidade se manifestou em sua relação com a escravidão brasileira. Por um lado, Taunay representava em solo brasileiro o Estado que em 1848 exigira, como já sublinhado, o divórcio entre cidadania francesa e escravidão. Por outro lado, ao intermediar percursos transnacionais de compatriotas por meio do registro de cartas de liberdade, Taunay reiterou o padrão conservador da alforria no Brasil.

¹² Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), BR RJANRIO 5E.0.LRG.87 – 2º Ofício de Notas (RJ), Livro de registro geral n° 87, f. 139v. Doravante as referências ocorrem mediante as abreviaturas “ANRJ”, “Of. de Notas” e “LRG”.

O papel de Taunay enquanto intermediário não se restringiu ao caso de Januário. Em janeiro de 1848, o então “consul chanceler da legação de França no Brasil” registrara o “papel de liberdade” que dera ao “preto Mathias Crioulo da Bahia”, que pertencera “ao finado francês Denis Devrand falecido no Rio de Janeiro”.¹³ O comprometimento com o registro da liberdade de Mathias provavelmente havia sido acordado entre conterrâneos quando da iminência da morte de Devrand. Mais eloquente foi, por sua vez, a relação que permitira a Taunay efetuar o registro da liberdade da crioula Maria. Ela era “filha da finada Perpétua de Nação Cabinda e de Sabino Moçambique”, então “também falecido”, tendo sido “ambos antigamente escravos do finado Conde de Gestas, ex-Consul Geral de França no Brasil”,¹⁴ que recebera em sua propriedade na Tijuca o supracitado Freycinet.

Enviado ao Brasil pelo rei Luís XVIII, em missão concebida pelo então ministro de Assuntos Estrangeiros René de Chateaubriand, o conde Aymar de Gestas pôde comprar “numerosas ilhas na baía do Rio de Janeiro”, além de propriedade na Tijuca, onde, por meio de plantações de café, recuperara a fortuna perdida ao longo dos turbulentos anos políticos franceses – processo no qual seus cerca de trinta escravos foram essenciais (GAIN, 1930, p. 61-62). O vínculo com a escravidão não impediu Freycinet de descrevê-lo de modo terno, em elogio ao compatriota, mobilizando, assim, uma identidade diferente daquela reiterada anos mais tarde por um francês como Dabadie. Para Freycinet (1825, p. 29-30), Gestas tinha “todas as inabaláveis e brilhantes qualidades que podem proporcionar a melhor educação, caráter e virtudes mais raros do que a sabedoria e os talentos”, e a “fraternidade recíproca” evidenciada seria o resultado de “emoções análogas àquelas que sentiam os primeiros cristãos, nos tempos das perseguições, ou mesmo depois desta época deplorável, quando, longe do solo natal, um feliz acaso os fazia se reencontrarem”.

É plausível imaginar que Freycinet teria tido acesso aos serviços de um cativo sob domínio de Gestas. Nesse caso, o oficial se enquadraria na condição reconhecida por Ilka Boaventura Leite (1996, p. 210-211) como contraditória, pois “os viajantes viveram também as condições de serem senhores de escravos, ou de utilizarem tal mão de obra, mesmo indiretamente, quando se tornavam hóspedes dos senhores”. Todavia, essa condição não teria sido, em si, contraditória, mas sim a lógica de uma sociabilidade situada em território que exigiria outra modulação de alteridade. Franceses, enquanto senhores, auxiliaram-se no acesso a cativos. Evidência é o fato de que, quando da morte de Gestas, Perpétua e Sabino, os pais da supracitada Maria, encontraram-se vinculados a outro senhor, igualmente francês. É o que consta da alforria registrada por Taunay em 1852, na qual explicita-se a condição dos pais de Maria, “cujos serviços a ocasião da morte do mesmo conde de Gestas em mil oitocentos e trinta e sete” foram transferidos “por tempo limitado ao francês Ambroise”, que se encontrava “falecido igualmente” quando do registro da alforria. Foi por ter “nascido depois do contrato passado com o mesmo francês Ambroise” em relação a “serviços de seus Pai e Mãe” que Maria teve sua liberdade outorgada por Taunay em 1852.¹⁵ De modo semelhante, o falecimento do

¹³ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.79 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 79, f.118.

¹⁴ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.84 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 84, f. 423v.

¹⁵ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.84 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 84, f. 424.

conde de Sevy permitiu que o cônsul registrasse, em setembro de 1849, a liberdade de outro escravo, também nascido no Brasil.¹⁶

O registro da liberdade de Maria frisou o comprometimento entre conterrâneos que, no Brasil, se auxiliaram por meio da escravidão. No tocante a Taunay, como já afirmado, o ato de registrar as alforrias reiterou a prática em contexto brasileiro, tal como no caso das liberdades conferidas ao “preto Antonio de nação Mina” e ao “preto Paulo de nação Moçambique”, registradas em 1853.¹⁷

Cabe ainda se indagar acerca do vínculo entre Taunay e esses escravos durante o período que se estendeu da morte ou viagem dos senhores até o registro das alforrias. No caso supracitado entre Mathias e Denis Devrand, há que se considerar que o senhor falecera meses antes da outorga da liberdade, ocorrida em dezembro de 1847 e registrada em janeiro de 1848. Sob que tipo de vínculo pessoal esteve Mathias subordinado ao cônsul? É plausível inferir que Taunay pôde usufruir de seus serviços, ou dos serviços de outros escravos pertencentes a demais conterrâneos. Esses serviços podem ter até sido conferidos a Castelnau, não só quando da recepção de sua expedição, mas em trabalhos científicos – inferência plausível, pois viajantes fizeram uso da mão de obra escrava (LEITE, 1996, p. 111). Talvez tenha estado sob domínio de Taunay o “negro” que Castelnau menciona em seu relato, o qual fora levado em excursões pelas “belas cenas da natureza” carioca, e que seguia a expedição conforme levava “um grande cesto sobre a cabeça”, de modo que o viajante pudesse reunir coletas botânicas (CASTELNAU, 1850, p. 92).

Tornar-se senhor não foi privilégio apenas para franceses no corpo diplomático, não só pelo fato de que a posse de escravos não implicaria automaticamente posição privilegiada no Brasil oitocentista,¹⁸ mas também porque franceses que desempenhavam outras ocupações igualmente adquiriram cativos. A escravidão não foi um incômodo para muitos franceses estabelecidos no Brasil após 1814¹⁹ mediante a atividade que, para um *philosophe* como Voltaire ou adeptos da “teoria dos quatro estágios”,²⁰ seria o vetor da civilização e da união entre povos: o comércio – instituição que adeptos de uma ideologia liberal afirmaram ser a via pela qual libertos “deviam ‘aperfeiçoar-se na civilização’” (HOLT, 2005, p. 123).

Esse parece ter sido o caso de Ignace Ratton, que, na década de 1840, destacava-se enquanto conselheiro da Companhia Brasileira dos Paquetes de Vapor, da seguradora Phenix Fluminense e do Banco Comercial do Rio de Janeiro (ALMANAK LAEMMERT, 1843, p. 175), além de ter pertencido à Comissão da Praça do Comércio (ALMANAK LAEMMERT, 1844, p. 230). Provavelmente o bom posicionamento no cenário comercial carioca favoreceu a disposição a libertar gratuita e incondicionalmente, no final da década de 1830, Raquel, Adelaide e Clarinda,

¹⁶ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.81 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 81, f. 189.

¹⁷ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.85 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 85, f. 223v.

¹⁸ A posse de escravos e mesmo o ato de alforriar não indicavam necessariamente um posicionamento social bem favorecido, tal como demonstrado no estudo de Ian Read sobre Santos (2012).

¹⁹ O ano de 1814 foi uma ruptura no tocante às relações entre Brasil e França (LEITE, 1996, p. 64; POTELET, 1993, p. 14).

²⁰ Um campo de formulações reconhecido pela historiografia como “teoria dos quatro estágios” foi recorrente em fins do século XVIII e concebia a classificação de povos de acordo com a natureza de suas atividades de subsistência (KURY, 2001, p. 20).

referindo-se a todas por meio do termo “pardinha”,²¹ em menção à cor tributária da “demarcação das hierarquias sociais do Antigo Regime português” (PINHEIRO, 2018, p. 44). Elas eram filhas de escravas suas, sendo Adelaide filha de Úrsula, e Raquel e Clarinda filhas de Mafalda. Todavia, a concessão gratuita não ocorreu anos mais tarde: em 1848, Ratton libertou Manoel, filho de Úrsula, em função de uma moléstia nos olhos do cativo. A alforria foi concedida mediante pagamento feito pela mãe do escravo.²²

Assim como Ratton, outros descendentes de famílias francesas inseridos no campo do comércio e das finanças também interagiram com a escravidão. Na década de 1840, C. Le Blon destacava-se na praça fluminense enquanto corretor de seguros (ALMANAK LAEMMERT, 1844, p. 238). Anos mais tarde, sua inserção continuava eficaz, a ponto de participar da reunião de seguradores particulares de riscos marítimos da Praça do Comércio (ALMANAK LAEMMERT, 1855, p. 362). O trabalho de Manoel provavelmente foi de grande valia ao bem-sucedido senhor, que em 1858 libertava gratuitamente o cativo “pardo”, devido a “bons serviços”.²³ Também aderiu à escravidão Auguste Lehericy, francês nato que consta da edição referente ao ano de 1845 do *Almanak Laemmert* sob a rubrica de “negociante estrangeiro” (ALMANAK LAEMMERT, 1844, p. 234). Ao passo que muitos senhores se valiam de relações pessoais para conceder liberdade, Lehericy reiterou a via do mercado, e foi também mediante mercado que manteve sob sua influência o trabalho de alforriados. É o que indica a libertação da crioula Miquelina, mantida em condição de servir em vida, mas recebendo um salário de 10 mil réis por mês.²⁴

Redes entre franceses ou descendentes de franceses também podiam auxiliar a aquisição de cativos. É o que se averigua no registro de um “escrito de liberdade conferido por Luis Francisco Delouche, ao pardo de nome Paulo”, que ocorreu em dezembro de 1857. No registro, Delouche se apresenta como “senhor e possuidor dos serviços do pardo Paulo, conforme a compra que dos mesmos [fizera] a Carlos Duffau Panillac na qualidade de procurador de Julio Manoel Lopes Dias, pelo resto do tempo que faltava, para completar a idade de vinte annos”. Esse registro evidencia também o caráter da manutenção de laços pessoais após a outorga da liberdade. Delouche sublinhou que, “como o dito pardo Paulo tenha completado a idade marcada”, chegava então o momento de lhe conferir “irrevogável liberdade” para que dela pudesse “gozar sem mais condição alguma, e como se livre nascesse, sem que a esta liberdade ninguém possa por obstáculos”. Tendo-se em vista as possibilidades de revogação da alforria (MATTOSO, 1990, p. 180), sobretudo por ingratidão (PINHEIRO, 2018, p. 120), a menção ao caráter irrevogável denota uma posição em meio às práticas de produção de liberdade. Mais ilustrativo ainda é o fato de o próprio senhor prometer fazê-la “firme e valiosa por todo o tempo”, frisando os laços pessoais no âmbito da emancipação.²⁵

O que esse quadro mostra é o papel desempenhado pela condição estrangeira²⁶ na produção de liberdade. Africanos e europeus, ao se enraizarem no

²¹ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.71 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 71, ff. 131-132.

²² ANRJ, BR RJANRIO 5F.0.LRG.08 – 3º Of. de Notas (RJ), LRG nº 08, f. 123.

²³ ANRJ, BR RJANRIO 5F.0.LRG.18 – 3º Of. de Notas (RJ), LRG nº 18, f. 91v.

²⁴ ANRJ, BR RJANRIO 5F.0.LRG.31 – 3º Of. de Notas (RJ), LRG nº 31, f. 42.

²⁵ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.92 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 92, f. 36.

²⁶ Aderir à escravidão brasileira não foi privilégio de franceses. Ingleses também o fizeram, o que

Brasil, desenvolveram, de modo heterogêneo, estratégias no sistema de relações em que se encontravam. No tocante aos escravos, não só as diferenças entre africanos recém-chegados e brasileiros (REIS; SILVA, 1989, p. 20), mas também as próprias diferenciações internas à África reverberavam nas formas por meio das quais cativos alcançaram a liberdade (FLORENTINO, 2005, p. 353). Nesse sentido, é possível se questionar acerca de em que medida o senhor estrangeiro, perante escravo igualmente estrangeiro, pode ter encontrado disposições peculiares para a negociação da liberdade.

Escravos de nação Mina,²⁷ por exemplo, puderam pagar por sua própria liberdade a senhores de origem estrangeira, incluindo franceses. Eduardo, em 1853, comprou sua liberdade por “um conto e duzentos mil reis” a Amedée Carmelle.²⁸ Esse também foi o caso de José, que pagou 650 mil réis para ser alforriado por Catherina Liesse des Champs, em 1840.²⁹ O tino para o mercado da liberdade foi ainda mais evidente na negociação envolvendo essa mesma senhora e Francisco. No registro realizado em setembro de 1844, Catherina des Champs se apresenta como “senhora, e legítima possuidora de um escravo de nome Francisco de nação Mina”, frisando que ele não tinha “penhora nem hipoteca judicial” porque “do mesmo escravo, recebi outro de nome Manoel da mesma Nação, para o libertar de cativo”. Logo, em função de uma troca, a senhora registrou que “por isso do preto Manoel Mina lhe dou quitação e na pessoa do dito Francisco Mina, transfiro a posse e senhorio direito e ação que nesse tenho”.³⁰ Em 1856, Gustave Dupeyrat registrou a liberdade comprada pelo mina Manoel, que pagara um conto e quinhentos mil reis para obter sua alforria.³¹

O que esses casos denotam é a possibilidade de transformações de alteridades entre estrangeiros em busca de novas raízes: africanos acionando condições de negociações no Brasil escravista, e europeus oriundos de um centro de cultura liberal exercendo nesse Brasil o potencial das contradições de tal cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força da escravidão brasileira atraiu estrangeiros, fossem viajantes ou imigrantes. Diversas nacionalidades desempenharam papéis nesse palco, mas os casos franceses guardam um potencial específico de tensão em função da cultura liberal que se articulava em território francês ao longo do século XIX.

Na França, essa cultura atravessava espectros políticos variados. Uma disposição liberal incutiria mesmo em muitos conservadores o respeito por seus princípios. Não à toa, ao longo da primeira metade do século XIX, François Guizot,

permitiu inclusive críticas francesas. Como ressaltou Santos (2013, p. 142), a “luta contra o tráfico era interpretada como uma desculpa da Inglaterra para impor os seus interesses econômicos, mesmo porque muitos ingleses residentes no Brasil não abriam mão da posse de escravos”. Para estudos de caso de senhores ingleses no Brasil, ver Guimarães (2015) e Ramos (2016).

²⁷ Cabe sublinhar diferenciações no tocante ao termo “mina”, tal como ressaltado por Sidney Chalhoub (2012, p. 303) com base em análise de João José Reis, ressaltando que, no Rio de Janeiro, “o termo era mais abrangente, referindo-se aos negros oriundos da África Ocidental”.

²⁸ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.85 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 85, f. 260.

²⁹ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.70 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 70, f. 159.

³⁰ ANRJ, BR RJANRIO 5E.0.LRG.75 – 2º Of. de Notas (RJ), LRG nº 75, f. 311.

³¹ ANRJ, BR RJANRIO 5F.0.LRG.14 – 3º Of. de Notas (RJ), LRG nº 14, f. 57.

cético quanto ao liberalismo da época das Luzes – a ponto mesmo de afirmar que muito se teria desaprendido no século XVIII –, tornar-se-ia emblemático ao vincular o princípio da capacidade política à participação na economia das “classes médias”, tidas como “verdadeira aristocracia” por existirem “independentemente do poder” (ROSANVALLON, 1985, p. 113). Exercer a liberdade seria a condição para ser civilizado, e o trabalho livre se tornaria cada vez mais institucionalizado no Estado francês – mediante estratégias para expurgar persistências do jacobinismo (ROSANVALLON, 2004) e a reiteração de um ideal meritocrático (CHARLE, 1991).

Não surpreende que tais formulações se tenham entremeadado a desafios da abolição. Em um quadro global de culturas liberais, formulações como as de Guizot circularam em sintonia com aquelas que, tanto na França como no império britânico, terminariam por abordar o problema das relações entre colonialismo e escravidão por meio da premissa de que “era o Estado, não a lei da natureza, que tinha de conduzir os ex-escravos rumo ao progresso e à civilização” (COOPER *et al.*, 2005, p. 71). Contudo, perante “uma contradição aparente entre o autocontrole e a autonomia envolvidos no liberalismo econômico e o desapossamento obviamente seletivo inerente à constituição da esfera política” (HOLT, 2005, p. 103), a contrapartida dessa liberdade inventada foi, muitas vezes, a reiteração de hierarquias raciais no interior da liberdade clamada enquanto faculdade humana, tal como na citação de Castelnau que iniciou este ensaio.

No Brasil, a escravidão guardou sua força, a despeito de transformações jurídicas (CHALHOUN, 2012; MAMIGONIAN, 2017), incorporando e fazendo incorporar disposições distintas daquelas que condicionaram, por exemplo, a trajetória haitiana. A ambiguidade de uma ordem política com valores liberais se manifestaria em outros sentidos. Assim, um francês, para se estabelecer no Brasil, poderia realizar o sonho de colonos derrotados no Haiti, sedimentando sua posição por meio da escravidão e encarnando um *éthos* cindido pelo Atlântico: se, para estabelecer-se no Brasil, diferenciar-se-ia do conterrâneo europeu, por outro lado, aproximar-se-ia do compatriota outrora estabelecido nas ilhas escravistas da pregressa América francesa, nas quais se “opunha um número reduzido de colonos a uma população de escravos forte e cada vez maior” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 49). Ao manter, de outro lado do Atlântico, a possibilidade do privilégio de depender de escravos, o Brasil oferecia a possibilidade de reprodução de um *éthos* aristocrático.

As alforrias concedidas por franceses não denotam apreço a um ideal de liberdade, mas sim a inserção eficaz “em uma sociedade que alforriava como nunca se viu em outras partes das Américas” (FLORENTINO, 2005, p. 333), ainda que, nela, processos de reescravização não tenham sido exceção (PINHEIRO, 2018, p. 114-115). Buscar nessas alforrias uma clivagem que reifique origens nacionais, tal como feito em teses acerca da hoje intitulada literatura de viagem (DAHER, 2007, p. 161), culminaria em alteridades reificadas, tais quais as emuladas em relatos de viagem. Não houve predisposição francesa à liberdade, tampouco um “olhar francês”. É no trânsito de alteridades em movimento que os significados relacionais de “liberdade” podem ser elucidados, sobretudo caso se tenha em vista que esses significados “devem ser buscados em toda uma sequência de contextos históricos e sociais específicos” (COOPER *et al.*, 2005, p. 52). Ainda que um retorno à França transformasse a territorialidade das identidades em questão, senhor e escravo, ao se valerem da alforria, não só deixavam para trás identidades pregressas, como também garantiam que o Brasil permanecesse como era antes de aqui chegarem: uma terra

outra, tanto para africanos como para europeus, na qual ambos se convertiam a um escravismo peculiar. O lastro dos papéis sociais que exerceram far-se-ia valer, e as alforrias resguardavam sua “importância para a reprodução do *status quo*”, permitindo que se alcançasse uma “liberdade conservadora pugnada pelo próprio sistema” (FLORENTINO, 2005, p. 356).

A cultura liberal francesa permanece, enfim, um território a ser explorado, não porque francesa, mas simplesmente porque liberal. Isso porque, da mesma forma que seria “um erro considerar o pensamento do Iluminismo, a economia de mercado ou a teoria política liberal como um conjunto claro de princípios traído pela hipocrisia do colonialismo europeu”, também seria equivocado neles reconhecer apenas “uma imposição totalitária de ideias políticas europeias ao resto do mundo em nome da universalidade” (COOPER *et al.*, 2005, p. 57). Afinal, mesmo no interior da própria França essa cultura encontrou desafios. Cabe lembrar que o trabalho doméstico suscitara diferentes reações em meio aos homens de 1789, na medida em que a revolução, em momentos mais radicais, enxergou domésticos como mera extensão de seus senhores e, portanto, igualmente merecedores de degredo ou extermínio (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 51-52). Além disso, não alcançara o próprio Voltaire – entusiasta do potencial civilizador do comércio e, para Victor Hugo, a síntese do espírito francês – considerável parte de sua distinção por meio de especulações financeiras (ORIEUX, 1966, p. 138-139) que terminaram por apoiar o tráfico de escravos? Como toda identidade, uma alteridade francesa liberal perante a escravidão se assentou sobre bases tensas e relacionais, mesmo quando emulada enquanto alteridade radical. Uma alteridade radical que, ainda que mudasse ao se radicar, talvez o fizesse justamente para jamais se erradicar. Talvez tenha residido nesse aspecto, inclusive, o que houvesse de caracteristicamente mais francês, no tocante a uma identidade moderna baseada em distinção e individualidade. Lançar luz sobre esses movimentos e os significados relacionais de “escravidão” e “liberdade” é permitir que usos de uma lógica universalista e moderna sejam articulados sem o estímulo a suas contradições. É permitir que haja Voltaire sem escravidão.

REFERÊNCIAS

ALMANAK LAEMMERT. *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1844*. Primeiro Anno. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1843.

ALMANAK LAEMMERT. *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Segundo Anno. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1844.

ALMANAK LAEMMERT. *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1855*. Duodecimo anno. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1855.

ARAUJO, Ana Lucia. *Romantismo tropical: um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.



BLACKBURN, Robin. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London; New York: Verso, 2011 [1988].

BRIÈRE, Jean-François. *Haïti et la France, 1804-1848: le rêve brisé*. Paris: Karthala, 2008.

CANELAS, Letícia Gregório. “Eles não são livres, e eles não têm senhores; eles não são escravos, e eles não são cidadãos”: liberdade precária e clandestina no Caribe francês (Martinica, século XIX). In: FREIRE, Jonis; SECRETO, María Verónica (org.). *Formas de liberdade: gratidão, condicionalidade e incertezas no mundo escravista nas Américas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2018. p. 43-70.

CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Pará, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847*. Histoire du Voyage. Paris: P. Bertrand, 1850. Tome Premier.

CHALHOUN, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARLE, Christophe. *Histoire sociale de la France au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 1991.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. Introdução. In: COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 39-88.

DABADIE, F. *À travers l'Amérique du Sud. Deuxième édition*. Paris: Ferdinand Sartorius, 1859.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1966].

ELIAS, Norbert. Uma digressão sobre o nacionalismo. In: ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 117-158.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 331-366.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro joanino: antologia de textos (1809-1818)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S.M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817-1818, 1819 et 1820*. Paris: Pillot Ainé, 1825. Tome I. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k99353d>. Acesso em: 21 out. 2018.

GAIN, André. *De la Lorraine au Brésil*. Nancy: Société d'Impressions Typographiques, 1930.

GANNIER, Odile. *La littérature de voyage*. Paris: Ellipses, 2001.

GRENOUILLEAU, Olivier. *Quando les Européens découvraient l'Afrique intérieure: Afrique occidentale, vers 1795-1830*. Paris: Tallandier, 2017.

GÓES, José Roberto. São muitas as moradas. Desigualdades e hierarquia entre os escravos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 201-216.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A presença inglesa no império brasileiro: a firma Edward Johnson & Co. e o comércio exportador, 1842-1852. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 37, p. 187-207, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-TEM_1980_542X2015v213705.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 91-129.

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEILLASSOUX, Claude. Préface: de classe et de couleur. In: GAUTHIER, Florence (dir.). *Périssent les colonies plutôt qu'un prince!:* contribution à l'histoire de

l'abolition de l'esclavage, 1789-1804. Paris: Société des études robespierristes, 2002. p. 5-10.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de (org.). *Um francês nos trópicos: Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

ORIEUX, Jean. *Voltaire, ou la royauté de l'esprit*. Paris: Flammarion, 1966.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. *Em defesa da liberdade: libertos, coartados e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720-1819)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

PIOLLET, Sophie; PIQUIONNE, Nathalie; ROUX, Delphine. Milscent créole historien de la Révolution de Saint-Domingue, 1790-1794. In: GAUTHIER, Florence (dir.). *Périssent les colonies plutôt qu'un prince!*: contribution à l'histoire de l'abolition de l'esclavage, 1789-1804. Paris: Société des études robespierristes, 2002. p. 23-42.

POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français 1816-1840: témoignages et images*. Paris: L'Harmattan, 1993.

RAMOS, Pedro Brandão de Sousa Culmant. *Homens de confiança: moral, antiescravidão e o abolicionismo inglês na supressão do tráfico brasileiro de escravos (1836-1846)*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

READ, Ian. *The hierarchies of Slavery in Santos, Brazil, 1822-1888*. Stanford: Stanford Univ. Press, 2012.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. *Le modèle politique français: la société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours*. Paris: Seuil, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. *Pelos caminhos da liberdade: alforrias no Rio de Janeiro imperial (1840-1888)*. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Cláudia. *Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SECRETO, María Verónica. Soltando-se das mãos: liberdades dos escravos na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (org.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 135-159.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil, 1989.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003 [1883].

NOTAS

AUTORIA

Daniel Dutra Coelho Braga: Doutor. Pesquisador autônomo, Florianópolis, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Afonso Luiz Borba, 129, 8806-2040, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é o desdobramento de projeto de doutorado primordialmente dedicado a analisar expedições científicas francesas na América do Sul. Agradeço ao prof. dr. Manolo Florentino por ter gentilmente compartilhado entradas de banco de dados que permitiram identificar alguns dos atores mencionados no texto. A interpretação dos dados averiguados em livros de registro geral, todavia, é de minha inteira responsabilidade.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de abril de 2019
Aprovado em: 28 de outubro de 2019

Como citar: BRAGA, Daniel Dutra Coelho. Da radical à radicada: alteridades entre franceses e escravos no Rio de Janeiro oitocentista. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 94-114, jan./abr. 2020.





COMPARANDO E INTEGRANDO: ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO, A HISTÓRIA GLOBAL E A GRANDE DIVERGÊNCIA

**Comparing and Integrating: Between Economic Growth, Global History
and the Great Divergence**

Marco Aurélio dos Santos^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6266-1694>
E-mail: marcoholtz@uol.com.br

^a Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas,
Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O artigo discute o método comparativo-integrativo como ferramenta de análise de estudiosos – tais como Kenneth Pomeranz, André Gunder Frank, Jack Goldstone e John M. Hobson – ligados à perspectiva da Grande Divergência. Esses historiadores, chamados de revisionistas, criticam noções que reputam eurocêntricas sobre o crescimento econômico global entre os anos 1400 e 1800, aproximadamente. Com a comparação e a integração, os revisionistas escrutinaram os fatores holísticos que favoreceram o desenvolvimento do capitalismo histórico, apontando uma perspectiva que permite vislumbrar uma história global com amplas integrações no mundo afro-euro-asiático antes do capitalismo globalizante dos séculos XIX e XXI. Como conclusão, pode-se entender que o desenvolvimento do capitalismo histórico a partir do longo século XVI integrou múltiplos espaços do mundo afro-euro-asiático, que se condicionaram mutuamente, num processo sempre crescente de globalização das relações econômicas e de desenvolvimento de amplas redes comerciais.

PALAVRAS-CHAVE

Comparação. Integração. Eurocentrismo.

ABSTRACT

The article discusses the comparative-integrative method as a tool of analysis of scholars – such as Kenneth Pomeranz, André Gunder Frank, Jack Goldstone and John M. Hobson – linked to the Great Divergence perspective. These historians, called revisionists, criticize notions that repute Eurocentric about global economic growth between the years 1400 and 1800 approximately. With the comparison and integration, the revisionists scrutinized the holistic factors that favored the development of historical capitalism, pointing out a perspective that allows a glimpse into a global history with wide integration in the Afro-Euro-Asian world before the globalizing capitalism of the 19th and 21st centuries. Concluding, we understand that the development of historical capitalism since the long sixteenth century integrated multiple spaces of the Afro-Euro-Asian world that conditioned each other, in an ever increasing process of globalization of economic relations and development of broad commercial networks.

KEYWORDS

Comparison. Integration. Eurocentrism.

Um tema amplo e instigante para as ciências humanas é o debate a respeito da Grande Divergência. Os estudos que procuram entender a ascensão do Ocidente (ou do noroeste europeu, ou da Grã-Bretanha, conforme a perspectiva) retomam, em análises comparativas, explicações que destacam as particularidades da industrialização europeia e o atraso de outras regiões do planeta. Nesse debate, os autores que se alinham na perspectiva do *late and lucky* (Kenneth Pomeranz à frente) procuram reinterpretar a história afro-euro-asiática redimensionando a importância da Ásia na formação da economia mundial capitalista. Para essa corrente, a divergência entre a China (o grande referencial de comparação) e o Ocidente foi tardia (*late*) e apareceu de fato na passagem do século XVIII para o XIX. A divergência só seria perceptível a partir da década de 1840 (FRANK, 1998; GOLDSTONE, 2009; HOBSON, 2006; POMERANZ, 2013). Entre os fatores que ensejaram a industrialização da Grã-Bretanha e a posterior ascensão do Ocidente estaria a “sorte geográfica” (*lucky*, apenas Pomeranz). Minas de carvão próximas a locais de consumo e que se enchiam de água, tornando necessário criar bombas de sucção, estariam entre os fatores que permitiram o impulso industrial britânico. Além desse, Pomeranz aduz outro motivo: o colonialismo terá sido um elemento fundamental para se entender o avanço do noroeste europeu (especialmente da Grã-Bretanha). Em síntese, o Novo Mundo representou um “alívio ecológico” para a Europa, e estes teriam sido os dois pilares que garantiram a ascensão da Grã-Bretanha: o carvão – uma nova fonte de energia – e o Novo Mundo. Essa corrente de interpretação, chamada de revisionista (VILLELA, 2009, p. 130), critica o eurocentrismo de autores que veem a ascensão do Ocidente (e da Grã-Bretanha em especial) como endógena, na linha do excepcionalismo europeu. Entre os autores vinculados a esta última linha, estão Eric Jones (1987), com *O milagre europeu (1400-1800): contextos, economias e geopolíticas na história da Europa e da Ásia*, e David Landes (1998), com *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres?*.

O debate acerca da Revolução Industrial, do desenvolvimento econômico-tecnológico do “Ocidente” e das razões pelas quais o “Oriente” não avançou rumo à industrialização é bastante extenso e profícuo. Apresentamos aqui uma breve perspectiva de duas correntes radicalmente opostas (a do excepcionalismo europeu, exemplificada com as obras de David Landes e Eric Jones, e a dos revisionistas, representada por autores como André Gunder Frank e Kenneth Pomeranz, entre outros).

Sem pretender esgotar as linhas interpretativas, seria possível levantar mais três correntes explicativas para entender o crescimento econômico do mundo pré-industrial ou, se se preferir um marco cronológico um pouco mais preciso, o desenvolvimento do capitalismo histórico antes do século XIX. A primeira delas pode ser denominada *perspectiva institucionalista-estatal*. Apesar de os campos de abordagem dessa corrente serem muito diferentes, é preciso sublinhar que em todos o *Estado* aparece como um dos elementos essenciais para se entender o crescimento econômico. Acadêmicos de diferentes matizes como Douglass C. North (1990), Fernand Braudel (1987), Giovanni Arrighi (2012), John Brewer (1989) e Peer Vries (2015) poderiam ser incluídos porque, entre outros fatores, todos salientam que o Estado foi essencial para promover crescimento econômico na Idade Moderna. Para Vries, o papel do Estado no crescimento econômico da era moderna é direto, e não contingencial. Classificando como “capitalismo mercantilista” a ação estatal de criação de monopólios e o uso da violência na prática do comércio, Vries discute a “mão visível” do Estado, seu

papel intervencionista, o mercantilismo, a importância da guerra e da violência e o militarismo como fatores do crescimento econômico. O Estado fiscal-militar britânico (e, em menor escala, de outros países do norte europeu) foi responsável por acentuar a divergência. Isso num momento anterior à industrialização efetiva, que começou a se acentuar na passagem do século XVIII para o XIX (VRIES, 2015, p. 301-302). As ideias de North, Braudel, Arrighi e Brewer (com seu conceito de Estado fiscal-militar) a respeito do Estado no desenvolvimento do capitalismo histórico foram o suporte para o trabalho de Vries.

Outra linha interpretativa seria a do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, capitaneado por Maurice Dobb e Paul Sweezy (HILTON *et al.*, 1977), e, por fim, a perspectiva do sistema mundial moderno, encabeçada por Immanuel Wallerstein (1991), segundo a qual o funcionamento sistêmico da economia mundial capitalista aconteceria por meio de *cadeias de mercadorias* que engendrariam *relações centro-periferia* com *trocas desiguais* e transferência de *excedentes* da periferia para o centro. Segundo os revisionistas, todas essas linhas interpretativas – excepcionalismo europeu, institucionalista/estatal, transição do feudalismo para o capitalismo e sistema mundial moderno – se caracterizam por um viés eurocêntrico que desvirtua o entendimento do crescimento econômico em diversas partes do mundo no período pré-industrial e impede a real compreensão do crescimento econômico mundial. O “mundo real” do período pré-industrial teria sido marcado por inter-relações e interconexões globais que muitas vezes foram negligenciadas ou simplesmente relegadas.

Isto posto, o objetivo deste artigo é investigar os pressupostos do método comparativo-integrativo como uma ferramenta de análise dos revisionistas para criticar as perspectivas que eles classificam como eurocêntricas. O artigo não pretende ser uma adesão pueril às teses basilares dos autores ditos revisionistas, já devidamente criticadas por diversos estudiosos (BRYANT, 2006; VILLELA, 2009; VRIES, 2001, 2015), mas discutir aquilo que pode ser útil para uma análise global da história – ou seja, o método comparativo-integrativo como ferramenta crítica das perspectivas eurocêntricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo histórico. Os teóricos que se propõem a analisar o campo de estudo da história comparada se esquecem de incluir os autores revisionistas que se detiveram nas razões da Grande Divergência. Sendo assim, procuramos nos concentrar num rol daqueles que usaram de alguma maneira o método comparativo-integrativo para criticar os que viram na Europa, no Ocidente ou, mais especificamente, na Inglaterra/Grã-Bretanha fatores morais, econômicos, sociais, políticos e/ou institucionais para o crescimento econômico e que levaram ao desenvolvimento industrial e, por consequência, a uma elevação do padrão de vida, dos salários, da tecnologia etc.

Em suma, o artigo se concentra nos autores que de algum modo criticaram uma narrativa centrada exclusivamente na Europa. Como se vê, muitos autores construíram uma explicação eurocêntrica para entender o fenômeno do desenvolvimento do capitalismo histórico, e, como afirmou John M. Hobson (2006, p. 19), a tese eurocêntrica desconsidera que Ocidente e Oriente estiveram interligados consistente e constantemente desde a globalização que se construiu a partir de cerca de 500 d.C. Além disso, as quatro linhas interpretativas criticadas pelos revisionistas geralmente focalizam as causas internas do expansionismo europeu e do desenvolvimento do capitalismo, esquecendo-se dos fatores exógenos que interferiram no crescimento europeu.

COMPARAR E INTEGRAR: RECURSOS EXPLICATIVOS PARA ENTENDER O CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL (C. 1400-C. 1800-1850)

Nos últimos anos, introduziram-se no debate acadêmico perguntas como “qual o motivo para a ascensão do Ocidente?”, “por que a Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha?”, “qual a razão para a riqueza e a pobreza das nações?” ou “como os países ricos enriqueceram *de fato*?”, conforme o título do capítulo I do livro do economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004, p. 11). Comparar e integrar é a metodologia usada pelos revisionistas para responder a essas questões e debater teses que classificam como eurocêntricas.

Considerando os propósitos deste artigo e tendo como base o pensamento geral dos revisionistas, o eurocentrismo pode ser definido como uma escrita da história mundial que entende a difusão e a expansão do capitalismo histórico a partir do “Ocidente”, atingindo, em escala sempre crescente, o mundo inteiro, tornando periféricas ao centro europeu diversas regiões e civilizações ao redor do planeta. Nos termos de Marcel van der Linden (2013, p. 11):

[...] [o eurocentrismo] pode ser definido como o ordenamento mental do mundo a partir da perspectiva da região do Atlântico Norte – o período ‘moderno’ [seria] visto como tendo começado na Europa e na América do Norte, ampliando-se gradualmente para o resto do mundo, e a temporalidade da ‘região central’ determina[ria] a periodização dos deslocamentos ocorridos nas demais regiões.

Para Alexander Anievas e Kerem Nisancioglu (2015, p. 4-5), o eurocentrismo caracteriza-se por três hipóteses inter-relacionadas. A primeira, que os autores chamam de *internalismo metodológico*, concebe a ascensão do Ocidente como endógena e autônoma. Nesses termos, a Europa seria o centro da História e, portanto, base para a expansão da economia mundial. A segunda hipótese procura posicionar a sociedade e a cultura europeias como superiores às demais, promovendo uma separação radical entre “o Ocidente e o Resto” (“the West and the Rest”). A essa perspectiva, os autores denominam *prioridade histórica*. Por fim, um terceiro elemento, o *desenvolvimentismo linear*, concebe as mudanças sociais (da tradição para a modernidade, do feudalismo para o capitalismo etc.) como processos universais pelos quais todas as sociedades devem passar para alcançar os níveis ocidentais de desenvolvimento. Entre muitas possibilidades, é certo que os autores revisionistas concordariam com essa conceituação, e todos eles procuram romper com a narrativa eurocêntrica.

Kenneth Pomeranz (2013) talvez seja o autor mais célebre do debate sobre a ascensão do Ocidente e o “atraso” do Oriente. Em seu *A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*, adota a metodologia comparativo-integrativa. Peer Vries (2001, p. 401-402), um dos críticos das teses dos revisionistas (e, em especial, do livro de Pomeranz), concorda que essa metodologia é eficaz e que só pela comparação se poderia entender a ascensão do Ocidente. Para Pomeranz (2013, p. 495), o método comparativo não é apenas um exercício para buscar as diferenças e semelhanças entre regiões como a China e a Grã-Bretanha,

por exemplo,¹ mas implica “reconhecer a importância das conexões preexistentes na criação dessas diferenças”. “Conexões preexistentes” construídas pelos próprios países/regiões em dois âmbitos: (i) com regiões externas, pelo comércio de longa distância, e (ii) entre os próprios países que integram determinado sistema interestatal em funcionamento (e que, ressalte-se, não está isolado de outros sistemas interestatais). O autor procura combinar três elementos para explicar a divergência: análise comparativa, contingências locais e uma abordagem integrativa ou global (POMERANZ, 2013, p. 17). Considerados uma “abordagem comparativa e integrativa”, esses três elementos não procuram uma “diferença europeia” ou algo exclusivo da cultura ou da história da Europa, na linha da excepcionalidade europeia, e tampouco analisar mundos separados como unidades de comparação. A abordagem é comparativa não pela procura de diferenças que distingam a Europa das outras regiões do planeta. Em outros termos, a comparação não concebe um sistema mundial eurocêntrico, mas sim um “mundo policêntrico sem nenhum centro dominante”, segundo Pomeranz (2013, p. 18). Para usarmos uma denominação comum aos programas de História das universidades, essa seria a característica da História Moderna. A comparação deveria ser igualmente integrativa pela análise das conjunturas globais de um mundo concebido como policêntrico e que vincularia as unidades existentes no período pré-industrial direcionando internamente o desenvolvimento de cada uma delas. Tratando do fluxo de metais do Novo Mundo para diversos pontos da economia mundial, Pomeranz (2013, p. 456) escreve que “[...] foi a intersecção das dinâmicas europeias com outras dinâmicas regionais que determinou a extensão e a natureza dos fluxos dos metais: a economia mundial permaneceu policêntrica e as forças emanadas de outros lugares podiam moldá-la tanto como as forças emanadas da Europa”.

Em suma, a comparação não é uma ferramenta para procurar uma diferença europeia, um milagre europeu ou um milagre britânico, mas para analisar conjunturas globais que moldaram as unidades de análise e as direcionaram para um caminho ou outro. Esse método implica olhar “duas partes de um todo” e ver como “a posição e a função de cada uma no sistema moldou” a natureza dessas unidades de análise (POMERANZ, 2013, p. 26).

O método comparativo exige que o estudioso faça recortes. Do ponto de vista de Pomeranz, não seria necessariamente correto comparar “China” com “Grã-Bretanha” ou “Índia” com “Grã-Bretanha”. É importante perguntar “que China?”, “que Grã-Bretanha?”, “que Índia?”. Por exemplo, por volta de 1750, a diversidade interna da China conduziu à preeminência da região do baixo langtsé (com 31-37 milhões de habitantes) e, numa segunda ordem de importância, o sudeste da China, a região de Lingnan, que englobava as províncias de Guangdong, Guangxi e Hainan. Assim, para identificar contingências e conjunturas, valeria a pena prestar atenção em núcleos específicos dentro das unidades maiores. A comparação entre esses núcleos deveria ser verdadeiramente recíproca, ou seja:

[...] procurar as ausências, os acasos e os obstáculos que desviaram a Inglaterra de um caminho que a poderia ter tornado

¹ Como contraponto a Pomeranz e dentro do campo revisionista, vale a pena mencionar o trabalho de Jack Goldstone (2009, p. 15), que adota o método comparativo para procurar diferenças entre o “Oriente” e o “Ocidente” e identificar os fatores que permitiram a ascensão deste último.

mais parecida com o delta do langtsé ou com o Guzerate [região a oeste da atual Índia, próxima da fronteira do Paquistão], juntamente com o exercício mais habitual de procurar bloqueios que tenham impedido as zonas não europeias de reproduzir vias europeias implicitamente normalizadas (POMERANZ, 2013, p. 23).

Portanto, Pomeranz (2013, p. 24, 27) usa o método comparativo para enfatizar as conjunturas e influências recíprocas num mundo pré-industrial concebido como policêntrico:

Isso pode fazer-se, em parte, olhando para ambos os lados da comparação como ‘desvios’ quando vistos pelas expectativas do outro, em vez de deixar sempre uma parte como a norma. [...] A nossa percepção de um sistema interativo do qual uma parte beneficiou-se mais do que as outras não justifica que se chame a essa parte o ‘centro’ nem que se parta do princípio de que ela é a moldadora não moldada de todo o resto. Pelo contrário, veremos vetores de influência deslocando-se em várias direções.

Eis aí uma crítica à noção de centro-periferia dos teóricos do sistema-mundo, Immanuel Wallerstein à frente. A perspectiva wallersteiniana desvirtuaria a compreensão acerca do desenvolvimento europeu, ou britânico, enfatizando a dimensão “moldadora” desse “centro europeu/britânico” e colocando em segundo plano – ou simplesmente desconsiderando – as contingências mundiais que “moldaram” o crescimento do referido “centro”.

Como anunciamos na introdução, os estudiosos ditos revisionistas costumam se opor, até com certa veemência, aos pilares que fundamentam o conceito de sistema mundial moderno de Wallerstein. Em seu livro, Pomeranz sugere que as colônias foram importantes não como resultado dos ganhos que elas proveram à Europa em decorrência da exploração, mas devido à existência do que o autor da Escola da Califórnia² chamou de “acres fantasmas”, que deram aos países europeus um alívio ecológico imenso. Para o autor, o Novo Mundo salvou a Europa de uma crise ecológica e

[...] revelou-se vital – não tanto pela acumulação de capital (ao contrário do que argumentam alguns especialistas), mas porque os seus recursos ajudaram a Europa a transitar de uma via de desenvolvimento ecologicamente limitada e exigente em mão de obra (que partilhava com a China e o Japão) para uma via mais transformadora que utilizou quantidades prodigiosas de energia e terra (POMERANZ, 2013, p. 194).

Segundo seu ponto de vista, essa “via de desenvolvimento ecologicamente limitada” foi o entrave da China rumo à industrialização. Diferentemente da Europa, que se beneficiara da periferia do continente americano, a China não contou com

² A denominação “Escola da Califórnia” foi criada por um de seus expoentes, Jack Goldstone, para designar estudiosos que, baseados em diversas universidades da Califórnia na década de 1990, começaram a questionar as explicações eurocêntricas para o crescimento econômico global do período compreendido entre 1400 e 1800, aproximadamente (VILLELA, 2009, p. 133).

nenhum alívio ecológico. Malgrado as críticas que sofre Pomeranz, o que se ressalta aqui não é a discussão histórica sobre a crise ecológica na China e na Europa, o papel de suas respectivas periferias ou a apreciação do autor sobre as teses de Wallerstein, mas sua proposta de se pensar uma perspectiva comparativa-integrativa do mundo pré-industrial. Tal método pode ajudar a redimensionar a perspectiva eurocêntrica que vem dominando muitos estudos sobre o crescimento econômico europeu e global. Contudo, é certo que, muitas vezes, esse método proposto por Pomeranz parece não se encaixar com sua análise histórica pela ausência de processo histórico e pela comparação estática, formal e, portanto, não integrativa, entre as unidades de análise. Entretanto, o estudo crítico desse último ponto foge ao escopo deste artigo.

André Gunder Frank é outro autor que se opõe veementemente aos pilares que fundamentam a tese eurocêntrica. Para ele, as categorias *hegemonia*, *centro/periferia*, *modo de produção asiático*, *pré-capitalismo* e *sociedade não capitalista*, entre outras, não têm bases científicas. Em seus duros termos:

[...] estas categorias são de resto algo pior que inúteis, cientificamente falando, pois seus simples usos desviam-se de qualquer análise verdadeira sobre a realidade do mundo, assim como da compreensão deste. A única solução é cortar de todo o nó górdio e livrarmo-nos de todas estas inúteis categorias eurocêntricas que só levam a debates esotéricos que nos cegam ante os processos históricos reais (FRANK, 1998, p. 336).

Isso porque, para o autor, o mundo de cerca de 1400-1800 deve ser entendido com base em outros paradigmas que não os da literatura eurocêntrica. Para Gunder Frank (1998, p. 117), o mundo antes de 1800-1840 era marcadamente sinocêntrico.³

A crítica a um centro europeu que moldou o mundo por uma expansão em bases, digamos, capitalistas é o cerne do trabalho de outro autor revisionista: John M. Hobson. Seu livro *The Eastern Origins of Western Civilization* faz uma análise muito mais integrativa que comparativa, ainda que a comparação não esteja completamente ausente. Questionando as teses ditas eurocêntricas sobre as origens do capitalismo histórico e da Revolução Industrial, o autor entende que o Oriente e o Ocidente não são duas entidades opostas, mas que ambas estavam ligadas fundamentalmente por “laços de globalização” desde pelo menos 500 d.C. Assim, à ideia de Ocidente autônomo e com desenvolvimento imanente, na linha da excepcionalidade europeia, o autor opõe o conceito de Ocidente oriental (HOBSON, 2006, p. 19). De modo que Hobson procura desenvolver duas teses: a primeira, de que as civilizações do Oriente foram sujeitos e agentes da globalização, e de que o “Ocidente” assimilou suas “carteiras de recursos” por meio da *globalização oriental* do período 500-1800. A outra é a de que a identidade europeia e a agência europeia foram elementos fundamentais para a apropriação dos recursos orientais. Quando se considera que o Ocidente só conseguiu avançar porque se apropriou da carteira de recursos do Oriente, conclui-se que a tese da imanência para o desenvolvimento europeu é completamente descabida. Esse duplo processo – *transmissão e assimilação* das carteiras de recursos orientais por meio da

³ Mais adiante, veremos que Gunder Frank transita entre as concepções de um mundo sinocêntrico e de um mundo policêntrico, parecendo aderir mais à segunda perspectiva.

globalização oriental e *apropriação* dos recursos do Oriente por meio do imperialismo – impulsionou o Ocidente rumo ao crescimento econômico e à industrialização. Assim, para Hobson, o Oriente e o Ocidente não devem ser tomados como entidades distintas e antitéticas. São complementares e permaneceram (e ainda permanecem) unidos numa rede global de comércio e trocas diversas pelo menos desde o ano 500.

Ao não conceber o Oriente e o Ocidente como unidades distintas e antitéticas, Hobson desenvolve a noção de globalização oriental. Para o autor, não houve expansão do mercado mundial impulsionada pelos europeus, mas incorporação dos europeus a uma globalização preexistente, o que, por si só, subverteria completamente a tese de Wallerstein. Segundo seu ponto de vista, as teses eurocêntricas desconsideram o que existia em várias regiões da Ásia no período da globalização oriental; por exemplo, (i) o alto grau de produtividade agrícola de várias civilizações asiáticas; (ii) os fluxos de moeda; (iii) os sistemas financeiros existentes; (iv) as instituições racionais que funcionavam para garantir a confiabilidade das transações comerciais; (v) a contabilidade; (vi) a prática da *commenda*⁴ entre os muçulmanos; (vii) os governos que promoveram a proteção ao comércio (ver, por exemplo, o Japão Tokugawa); (viii) a produção de ferro e aço em larga escala e as tecnologias usadas para aumentar a produção; (ix) o aumento de produtividade com o uso de novas técnicas agrícolas; (x) a ética comercial presente no Corão; (xi) o desenvolvimento de um capitalismo financeiro em diversas partes da Ásia etc. Ou seja, Hobson (2006, p. 96) entende que “a distribuição do poder econômico no mundo sob a globalização oriental foi ‘policêntrica’, e todos os países e regiões, China, Índia, Oriente Médio e norte da África, Sudeste da Ásia e Japão, desempenharam papéis significativos”.

Com Hobson, temos a metodologia integrativa para entender um mundo pré-industrial distante das noções eurocêntricas. Essa perspectiva afasta-se do entendimento de uma Europa (ou noroeste europeu, ou Ocidente, ou, se se preferir, a Grã-Bretanha) como polo hegemônico de expansão do capitalismo histórico. Seu estudo aponta as “origens orientais” (asiáticas) da revolução financeira das cidades italianas na transição da “Idade Média para a Moderna”, da “revolução náutica” europeia e da revolução “energética” e “protoindustrial” ocorrida no continente europeu (HOBSON, 2006, p 116-133). Portanto, a integração proposta por Hobson conduz à compreensão de que o mundo afro-euro-asiático desenvolveu ligações fundamentais e constantes que fortaleceram os “laços de globalização” no período anterior a 1800.

Outro ponto importante e que perpassa o trabalho de muitos revisionistas são os dados populacionais. No caso específico da China, Hobson faz uma associação entre urbanização, cidades populosas e desenvolvimento do comércio desde o período da dinastia Sung (séculos X-XIII) para concluir que a urbanização nesse momento histórico foi mais pronunciada na China do que na Europa e enfatizar que a China tinha as cidades mais populosas do mundo (HOBSON, 2006, p. 56). Para os revisionistas, esse é um indicador que permite vislumbrar a dimensão da Ásia diante da Europa no mundo pré-industrial. A despeito das análises que se possam fazer com dados demográficos (expectativa de vida, taxas de crescimento populacional,

⁴ Segundo John M. Hobson (2006, p. 119-120), a *commenda*, atribuída aos italianos, que a teriam inventado no século XI, seria de fato usada no Oriente Médio pelos muçulmanos antes dessa época: tratava-se de um “acordo contratual em que um investidor financiava a viagem de um mercador”. A *commenda* foi fundamental para garantir segurança ao comércio internacional.

estatura da população, padrões de casamento, crescimento populacional que gera problemas ecológicos, índices de natalidade e mortalidade etc.), Jack Goldstone (2009, p. 83) entende que “a presença de grandes cidades também sugere extensas redes de comércio para atender às necessidades das populações urbanas e vastos sistemas de transportes para trazer mercadorias para os mercados urbanos”. Para Gunder Frank (1998, p. 299-300), o rápido aumento populacional na Ásia entre 1400-1800 impediu um avanço tecnológico significativo, que teria criado tecnologias que utilizassem menos mão de obra. Ao contrário, com população menor que a da Ásia e, portanto, mão de obra mais cara, a Europa conheceu um processo histórico de investimentos tecnológicos para substituir essa mão de obra.

Já Pomeranz afirma que o crescimento populacional num período posterior ao analisado por Frank, entre 1750 e 1850, foi intenso na Grã-Bretanha e na China, mas cada qual adotou soluções econômicas diferentes para responder a isso. Na China, a produção de cereais acompanhou o crescimento populacional, e essa produção ocupou cada vez mais o espaço de culturas comercializáveis. Na Grã-Bretanha, por outro lado, açúcar, algodão, café e tabaco foram produzidos nos espaços coloniais, o que não pressionou a oferta de cereais. Contudo, dado que a população britânica disparou, esse abastecimento interno de cereais também se tornou insuficiente, exigindo soluções cada vez mais prementes, como o uso de fertilizantes mais potentes oriundos de espaços periféricos. Pomeranz (2013, p. 366) enfatiza as consequências ecológicas do aumento populacional nesses dois espaços, gerando pressão sobre os recursos. Para o autor, sem a dupla benesse do carvão e das colônias (ou das importações), a Grã-Bretanha teria enfrentado “um impasse ecológico sem solução interna aparente”. Em suma, Pomeranz discute a pressão ecológica que o aumento populacional exerceu no mundo pré-industrial, fortemente influenciado pelas prerrogativas malthusianas. Essa pressão ecológica gerou mudanças climáticas, problemas ambientais e soluções econômicas diferenciadas tanto na Europa quanto na China. Para esses autores, as cidades mais populosas do mundo encontravam-se na Ásia até pelo menos 1750. O *turning point* aconteceu a partir da segunda metade do século XVIII, elevando significativamente os números populacionais das cidades europeias. Independentemente das análises feitas por esses autores, os dados populacionais das maiores cidades do mundo permitem redimensionar a importância da Ásia no crescimento econômico global no período anterior a 1800, bem como perceber o impacto gigantesco da Revolução Industrial na passagem do século XVIII para o XIX.

Por fim, André Gunder Frank, já mencionado como um ácido crítico de conceitos da teoria eurocêntrica, transita (às vezes de modo impreciso) entre as noções de sinocentrismo e policentrismo para entender o crescimento econômico no mundo pré-industrial (*grosso modo*, anterior a 1800). Sua crítica à teoria social eurocêntrica propõe como alternativa uma perspectiva holística da economia mundial. Esse holismo procura analisar o mundo para além das lentes ocidentais e de seus excepcionalismos, e pressupõe um mundo marcado por realidades diferentes, mas não necessariamente separadas. Abordar a história global holisticamente significa conceber um sistema mundial ecumênico, com partes diferentes mas integradas, num mercado mundial com uma rede mercantil afro-euro-asiática. Gunder Frank (1998, p. 52) propõe o comparativismo histórico e o método integrativo, subscreve o conceito de *prolífica multicentralidade* para entender a história do capitalismo anterior a 1800 e o associa à sua perspectiva holística. A integração econômica caracteriza a história

afro-euro-asiática e não pode ser ignorada por um viés eurocêntrico que ilumina mais o “centro” europeu, submetendo as chamadas “periferias” a uma posição subalterna e entendendo-as como localidades/civilizações passivas frente à força avassaladora do expansionismo capitalista da Europa (FRANK, 1998, p. 26-34). Mais uma vez, a tese de Frank aponta para a concepção de que o Oriente e o Ocidente não devem ser vistos como “entidades” antitéticas.

Para Gunder Frank, grande parte dos cientistas sociais tem um viés marcadamente eurocêntrico. A influência desse entendimento seria tão poderosa que fundamentaria a base explicativa para os estudantes de educação básica. Trata-se, portanto, da presença marcante de uma ideologia eurocêntrica. Contrariamente, um entendimento holístico da história mundial, considerando a existência de um mercado mundial com uma rede mercantil afro-euro-asiática em funcionamento (algo diferente da concepção wallersteiniana de expansão do mercado mundial a partir da Europa, por exemplo), estaria mais próximo da realidade. Essa abordagem permite conceber o crescimento econômico dentro de uma perspectiva global que não partiria da Europa. Ou seja, para Gunder Frank, a teoria social eurocêntrica não é holística nem se caracteriza por uma dimensão verdadeiramente global. Sua crítica é direta: não é necessária uma terminologia global, mas sim uma teoria e uma análise global – ou, em outros termos, trata-se de conceber um sistema mundial ecumênico, marcado pela “unidade na diversidade” (FRANK, 1998, p. 338). Para Frank, a unidade sistêmica do mundo pré-industrial como ferramenta heurística ajuda a entender a diversidade desse mesmo mundo e a posição de suas várias partes nas redes de comércio mundial.

Como se viu, o revisionismo se posiciona contra as chamadas teses eurocêntricas. Nessa perspectiva, não tem sentido conceber uma transição do feudalismo para o capitalismo de base europeizante, nem um crescimento endógeno europeu desvinculado das interconexões afro-euro-asiáticas, muito menos um sistema mundial expansivo que parte da Europa para abarcar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um artigo em que discute (e critica) os revisionistas, André Villela (2009) conclui que “as bases empíricas e metodológicas” dessa corrente de estudo “são vulneráveis”. No que tange às teses centrais do livro de Pomeranz – quais sejam, a de um mundo com “incríveis semelhanças” no período anterior a 1800, a da sorte geográfica britânica de dispor de minas de carvão e ao papel de alívio ecológico proporcionado pelo Novo Mundo (*ghost acreage*) –, parece que Villela tem razão. Em outros termos, a base empírica de Pomeranz é polêmica e rejeitada por diversos estudiosos. Contudo, no que se refere à metodologia tal como trabalhada neste artigo, e considerando a perspectiva global da história, os autores revisionistas analisados aqui podem ser úteis para pensarmos um mundo moderno policêntrico, pautado em redes amplas de comércio, definindo o rumo de cada parte no contexto mais geral de funcionamento dos espaços-de-fluxos do comércio mundial.⁵

Os estudiosos revisionistas que procuram apresentar uma perspectiva não eurocêntrica do desenvolvimento do capitalismo histórico dão preferência ao método

⁵ O conceito de “espaços-de-fluxos” como um dos componentes do funcionamento econômico do capitalismo em escala mundial foi desenvolvido e trabalhado por Giovanni Arrighi (2012, p. 81).

comparativo e integrativo. Eles propõem que se evite a comparação formal, tal como explicada pelo historiador Dale Tomich (2011, p. 153), apesar de Pomeranz, um dos grandes expoentes dessa linha interpretativa, nem sempre conseguir escapar desse último tipo de comparação.

De qualquer modo, os revisionistas vêm promovendo um rico debate a respeito de suas teses essenciais – entre elas os fatores holísticos que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo histórico –, apontando uma perspectiva que permite vislumbrar uma história global e não eurocêntrica anterior ao capitalismo globalizante dos séculos XIX-XXI. Além disso, os métodos propostos por esses autores ensejam uma compreensão mais dinâmica (menos estanque) do desenvolvimento do capitalismo histórico, mirando o mundo afro-euro-asiático a partir do longo século XVI (ou, como se viu no caso de John M. Hobson, a partir da globalização oriental, que germinou depois do ano 500 d.C.) e procurando entender os múltiplos espaços que se condicionaram mutuamente, num processo sempre crescente de globalização das relações econômicas. Em linhas gerais, esses autores reconhecem a ruptura provocada pela Revolução Industrial, mas destacam que a divergência que se passa a acentuar então só ocorreu por uma dinâmica do processo histórico global vinculado ao próprio funcionamento do mundo afro-euro-asiático. Nesse quadro, destaca-se a pesquisa de John M. Hobson, que trabalhou em perspectiva holística as amplas integrações existentes no mundo afro-euro-asiático. Para ele, a partir de cerca de 500 d.C., já era perceptível que Oriente e Ocidente não eram unidades distintas e antitéticas, mas sim regiões distantes e complementares que desenvolveram inúmeras redes globais de comércio e interação.

Os autores aqui analisados, inseridos no debate a respeito da Grande Divergência, procuraram promover um “alargamento espacial” como recurso interpretativo para entender uma história não eurocêntrica. Assim, a comparação e a integração seriam a base para uma nova teoria, em que o “internacional” estaria presente de modo orgânico, revelando e promovendo interações e crescimento econômico combinado e desigual. Essa organicidade pressupõe (a) uma formulação teórica que permite entender como as sociedades interagem e como mudam, e as relações entre os processos históricos de desenvolvimento num mundo afro-euro-asiático integrado, e (b) o entendimento de que o “Oriente” e a “África” não podem ser vistos como entidades “externas” e “contingentes”, reforçando os fatores *internos* que promoveram o crescimento econômico europeu (ANIEVAS; NISANCIOGLU, 2015, p. 11, 44).

REFERÊNCIAS

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem. *How the West Came to Rule*. London: Pluto, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BREWER, John. *The Sinews of Power: War and the English State, 1688-1783*. London: Unwin Hyman, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.



BRYANT, Joseph M. The West and the Rest Revisited: debating capitalist origins, European Colonialism, and the Advent of Modernity. *Canadian Journal of Sociology*, Edmonton, v. 31, n. 4, p. 403-444, 2006.

CHANDLER, Tertius; FOX, Gerald. *3000 Years of Urban Growth*. New York: Academic Press, 1974.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

FRANK, André Gunder. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

GOLDSTONE, Jack. *Why Europe? The Rise of the West in the World History, 1500-1850*. New York: McGraw-Hill, 2009.

HILTON, Rodney; DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul; TAKAHASHI, Kohachiro; LEFEBVRE, Georges; HILL, Christopher; PROCACCI, Giuliano; HOBBSBAUM, Eric; MERRINGTON, John. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

HOBSON, John M. *Los orígenes orientales de la civilización de Occidente*. Barcelona: Crítica, 2006.

JONES, Eric. *O milagre europeu (1400-1800): contextos, economias e geopolíticas na história da Europa e da Ásia*. Lisboa: Gradiva, 1987.

LANDES, David. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres?* Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

POMERANZ, Kenneth. *A grande divergência: a China, a Europa e a construção da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TOMICH, Dale. Pequenas ilhas e grandes comparações. In: TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Edusp, 2011. p. 151-168.



VILLELA, André. As origens da grande divergência: uma sistematização do debate acerca da ascensão do Ocidente. *História Econômica & História das Empresas*, v. XII, n. 2, p. 129-168, 2009.

VRIES, Peer. *State, Economy, and the Great Divergence: Great Britain and China, 1680's-1850's*. London: Bloomsbury, 2015.

VRIES, Peer. Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence. *Journal of World History*, Hawaii, v. 12, n. 2, p. 407-446, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid: Siglo XXI, 1991.

NOTAS

AUTORIA

Marco Aurélio dos Santos. Doutor. Pesquisador, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial, São Paulo, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Alameda dos Guatás, 90, apt. 64, 04053-040, São Paulo, SP, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo faz parte de pesquisa de pós-doutorado intitulada “A China e o tráfico de *coolies* para as Américas no século XIX” realizada entre julho de 2016 e julho de 2018 no Programa de Pós-doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pareceristas que indicaram mudanças no original. Também gostaria de agradecer a leitura crítica feita por Alain el Youssef.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.



EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 02 de agosto de 2019
Aprovado em: 23 de janeiro de 2020

Como citar: SANTOS, Marco Aurélio dos. Comparando e integrando: entre o crescimento econômico, a história global e a grande divergência. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 115-129, jan./abr. 2020.



MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS: VERSÕES DO PASSADO NA ALEMANHA E NO JAPÃO, 1945-2001

Entangled Memories: Versions of the Past in Germany and Japan, 1945-2001

Sebastian Conrad^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8366-4210>

E-mail: sebastian.conrad@fu-berlin.de

^a Freie Universität Berlin, Friedrich-Meinecke-Institut, Berlin, Alemanha

RESUMO

Mesmo em nossa era da globalização, os estudos de história da memória tendem a reforçar a categoria de nação. Isso vale também para as interpretações das diferentes maneiras pelas quais a Alemanha Ocidental e o Japão lidaram com suas próprias atrocidades e derrotas na Segunda Guerra Mundial. Frequentemente, os historiadores opõem o engajamento crítico com o passado recente na Alemanha à recusa japonesa em reconhecer, no pós-guerra, suas próprias responsabilidades. A causa desses desenvolvimentos divergentes é, segundo essa linha de raciocínio, invariavelmente encontrada na história interna desses dois países quando não na psique coletiva alemã e na japonesa. Em contrapartida, este artigo argumenta que debates sobre memória não se desenrolam em isolamento nacional, e que suas diferentes trajetórias precisam ser situadas em um contexto global.

PALAVRAS-CHAVE

Alemanha. Japão. Memória.

ABSTRACT

Even in our age of globalization, studies in the history of memory tend to reinforce the category of the nation. This is also true for interpretations of the different ways in which West Germany and Japan have come to terms with the atrocities, and with defeat, in World War II. Frequently, historians oppose a critical engagement with the recent past in Germany to the refusal to acknowledge one's own role as perpetrator in post-war Japan; the reason for these divergent developments are then invariably found in the two countries' domestic history, if not in the collective German and Japanese psyche. This article argues, by contrast, that debates about memory do not unfold in national isolation, and that their different trajectories need to be situated in a global context.

KEYWORDS

Germany. Japan. Memory.

Na história da memória, o paradigma nacional continua a reinar supremo. Pode soar surpreendente em um momento no qual a profissão histórica começa a descartar a categoria de nação e a produzir estudos transnacionais. Comparações internacionais e histórias correlacionadas, assim como enquadramentos mais amplos da história europeia, pós-colonial ou mundial, parecem gradualmente substituir os estreitos limites do paradigma oitocentista da história nacional.

Estudos de memória, no entanto, continuam a se apegar à nação com uma teimosia peculiar. Lembrar e esquecer são os meios pelos quais as nações enfrentam seus respectivos passados. Ao mesmo tempo, elas aparecem como produtos da memória – forjadas em comunidades imaginadas a partir de séries de efemérides, de discursos públicos e de visitas a lugares de memória. Nesse esquema, um momento idealizado ou traumático é lembrado internamente por metáforas de um “passado que não passa”. A memória, portanto, aparece em larga medida como uma relação temporal entre momentos significativos do passado nacional que permanecem como lembranças para as gerações futuras. Nos casos da Alemanha e do Japão do pós-guerra, o passado e o presente são separados por rupturas históricas e “horas-zero” que, argumenta-se, precisam ser transpostas de modo a saldar contas com uma experiência traumática que assombra ambas as sociedades. Nessa perspectiva, a memória aparece como a expressão quase direta de uma mentalidade nacional, que indica a capacidade de uma nação de lamentar, aprender e amadurecer (por meio da superação de estreitas perspectivas nacionalistas).¹

A linguagem da temporalidade produz, assim, a imagem familiar da interpretação do passado como uma questão de cultura nacional. A imagem convencional do Japão como inerentemente incapaz de lidar criticamente com sua história agressiva e expansionista se enquadra nessa categoria. Essa “incapacidade” e “deficiência”, por um lado, são frequentemente expressas em termos culturais e explicadas como o produto do caráter nacional.² A preocupação alemã com o passado nazista, por outro lado, é atribuída a um processo de aprendizado coletivo. A tese de Daniel Goldhagen (1996) de que o antissemitismo inato alemão só foi superado com sucesso após 1945 é apenas a versão mais recente desse paradigma culturalista.

Afora as tendências unificadoras de tais relatos – que homogeneizam a nação de forma sincrônica como memória-comunidade e de maneira diacrônica através das gerações –, essa perspectiva transmite uma negligência quase xenófoba dos fatores vinculados ao que está fora do território nacional. A história da memória é retratada através de uma “falta de visão periférica” do passado. Nesse caso, influências e entrelaçamentos com outras memórias nacionais tornam-se marginais. A memória é, portanto, descrita como o último domínio da autonomia nacional. Mas podemos interpretar, para dar apenas um exemplo, a famosa visita do primeiro-ministro japonês Nakasone ao santuário Yasukuni em 1982 – para homenagear os mortos de guerra em um lugar de memória simbolicamente apropriado por grupos nacionalistas – apenas em termos de desenvolvimentos internos japoneses? Não poderíamos ler esse evento particular como uma articulação com um contexto global que pode, para fins ilustrativos, ser associado aos nomes de Margaret Thatcher, Helmut Kohl e Ronald

¹ A “habilidade de lamentar” se refere, é claro, a Alexander Mitscherlich e Margarete Mitscherlich (1968).

² Mesmo o magistral *Wages of Guilt: Memories of War in Germany and Japan* (1994), de Ian Buruma, não está livre dessa tendência.

Reagan? A visita de Nakasone, assim, pareceria não apenas como expressão de uma mentalidade japonesa “evasiva”, mas também como parte de uma conjuntura global que, três anos depois, produziu a cerimônia de reconciliação em Bitburg com Kohl e Reagan de mãos dadas em um cemitério militar.

As interpretações do passado, dessa forma, não se originam e se desenvolvem dentro de um país, mas devem ser entendidas como o produto da conexão e do intercâmbio entre diferentes discursos e práticas. “Dominar o passado” (*Vergangenheitsbewältigung*) de forma alguma foi apenas uma questão alemã; “responsabilidade de guerra” (*sensô sekinin*) nunca foi uma preocupação exclusivamente japonesa. O discurso aparentemente nacional sobre o que era considerado um legado problemático da guerra e da violência sempre esteve inscrito em contextos transnacionais mais amplos. Na contramão de muitos debates recentes que tratam a memória como o último vestígio de uma “cultura” nacional,³ parece promissor aquinhoar os complexos processos de lembrança e esquecimento do fantasma da autonomia e lê-los como “memórias entrelaçadas”.

O termo “memórias entrelaçadas” não se refere tanto ao fato de que o passado lembrado – o objeto da memória – deve ser disposto em um contexto transnacional e visto como um produto de processos de trocas e de influências. Em vez disso, concentra-se no momento da produção da memória, vista não apenas como uma tentativa de se conectar ao passado individual ou coletivo, mas também como o efeito de múltiplos e complexos impulsos no presente. A história da produção da memória é um processo de entrelaçamento mais do que uma “história compartilhada” que sugere a possibilidade de interpretações consensuais do passado. Houve esforços para chegar a uma versão incontestada e compartilhada do passado, principalmente no projeto alemão-polonês (e, mais recentemente, japonês-coreano) de escrita de um manual de história (cf. JACOBMEYER, 1989; HÔEI, 1993). Contra essa nostalgia por uma narrativa “pura” e “objetiva” (e, portanto, incontroversa) da realidade passada, o termo “entrelaçado” enfatiza as relações e interações assimétricas que produzem relatos diferentes e conflitantes do passado.

Um foco nas histórias entrelaçadas da memória na Alemanha Ocidental e no Japão pode ajudar a contextualizar e situar a experiência do pós-guerra nos dois países e, assim, tornar mais complexa uma história frequentemente compreendida por meio de estereótipos das características nacionais divergentes. Em particular, o surto de controvérsias sobre questões de memória no Japão desde os anos 1990 exige esclarecimentos. O Japão finalmente alcançou o modelo da Alemanha Ocidental de prestar contas com o passado, como muitos comentaristas alegam? O aumento de vozes críticas deve ser lido como evidência de um processo de aprendizado e de uma vontade de assumir responsabilidade pelas atrocidades e crimes do passado da nação? Os debates atuais podem ser entendidos como mais um exemplo do Japão como “retardatário”, desta vez em relação à virada crítica que a memória da Alemanha Ocidental testemunhou desde a década de 1960? Uma perspectiva comparada que lê a história da memória em ambos os países como “memórias entrelaçadas” pode ajudar a evitar as formas de essencialização cultural empregadas tão frequentemente e, em vez disso, situar a memória japonesa em um contexto maior. Em vez de interpretar a virtual “explosão” de discussões sobre o passado como uma expressão

³ O projeto *Les Lieux de Mémoire* (1984-1992), em sete volumes, de Pierre Nora é logo lembrado.

do amadurecimento político, argumentarei que ela deve ser entendida no âmbito do que sugiro chamar de “Retorno da Ásia”.

Nos primeiros anos após 1945, as memórias da guerra na Alemanha e no Japão já estavam situadas em um contexto que transcendia o Estado-nação. O ponto de referência em ambos os países era antes de tudo os Estados Unidos, principalmente porque a lembrança se deu no contexto da ocupação norte-americana.⁴ Tanto os debates japoneses sobre o “vale sombrio” (*kurai tanima*) do fascismo como as tentativas de se chegar a um acordo com o “passado maligno” do Terceiro Reich na Alemanha não podem ser entendidos sem levarmos em conta as intervenções norte-americanas.

A presença norte-americana, que permeava as interpretações do passado, fez-se sentir de diferentes formas. Nem toda influência foi direta, nem todo tabu foi explicitado. Talvez não seja exagero, no entanto, dizer que aquilo que foi lembrado e esquecido na Alemanha e no Japão do pós-guerra estava já pré-estruturado. Como Etô Jun (1979, 1994) observou, a compreensão japonesa dos eventos passados ocorreu dentro de um espaço discursivo fechado.⁵ Os julgamentos dos crimes de guerra realizados em Nuremberg e Tóquio, sem precedentes e altamente divulgados, estavam entre as intervenções mais diretas, e tiveram como efeito colateral a produção de uma narrativa-mestra autoritária da guerra. Nos dois casos, os líderes políticos e militares foram separados de uma população muito mais abrangente e responsabilizados pelo expansionismo e pelas atrocidades – em graus diferentes, no entanto. Na Alemanha, a população teve de passar pela desnazificação de forma individual, e vários julgamentos subsequentes ampliaram o círculo de agressores. No Japão, no entanto, nenhum julgamento posterior complementou o julgamento de Tóquio, e até o imperador ficou isento de acusação.⁶

Os julgamentos de crimes de guerra tiveram efeitos duradouros, particularmente no Japão, onde até hoje a “perspectiva histórica produzida pelo julgamento dos crimes de guerra” (*Tokyo saiban shikan*) é objeto frequente de denúncia da ala nacionalista.⁷ Algumas das intervenções mais diretas, no entanto, tiveram efeitos mais efêmeros. Elas incluíram expurgos nas universidades quando representantes de uma interpretação mais antiga da história, que se tornara obsoleta, foram expulsos da academia.⁸ O espaço de enunciação para interpretações do passado foi ainda mais delimitado pela instituição da censura. Nos dois países, objetos centrais de comemoração nacional foram sujeitos a medidas restritivas pelas autoridades de ocupação. No Japão, a cobertura das explosões de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki foi amplamente proibida e documentários fotográficos foram banidos. Somente após o fim da ocupação, em 1952, seriam publicadas imagens do evento catastrófico nos

⁴ Enquanto no Japão a ocupação foi essencialmente um assunto norte-americano, a Alemanha Ocidental foi ocupada por tropas francesas, inglesas e norte-americanas. Nas esferas educacionais e acadêmicas, no entanto, políticas norte-americanas logo emergiram como as mais relevantes. Cf. Johannes Weyer (1984).

⁵ Para a continuidade à censura no período da Guerra, cf. Takumi, (1998).

⁶ Sobre os efeitos da ocupação norte-americana na Alemanha, cf. Walter L. Dorn (1958). Para o Japão, cf. Richard H. Minear (1972), Awaya Kentarô (1989) e Hosoya Chihiro *et al.* (1986).

⁷ Exemplos proeminentes dessa tendência são as interpretações desenvolvidas pela “Associação por uma Visão Liberalista da História” (*Jiyûshugi shikan kenkyûkai*) dirigida por Fujioka Nobukatsu. Cf. Rikki Kersten (1999) e Aaron Gerow (2000).

⁸ Para a Alemanha, cf. Winfried Schulze (1993); para o Japão, cf. Yamamoto Reiko (1994).

principais jornais (DOWER, 1999; BRAW, 1991; KIYOKO, 1995). Na Alemanha, foi o movimento de resistência 20 de Julho que atraiu a atenção dos censores. Do ponto de vista das forças de ocupação, a composição amplamente aristocrática do grupo de resistência tornava-o inadequado como ponto de partida para a democratização da sociedade alemã. Os primeiros estudos sobre os planos para assassinar Hitler no complô de 1944, portanto, tiveram que ser publicados na Suíça ou nos Estados Unidos (VON HASSEL, 1946; VON SCHLABRENDORFF, 1946; ROTHFELS, 1948).⁹

Embora a maior parte das iniciativas norte-americanas tivesse caráter proibitivo, também houve casos de medidas prescritivas. No Japão, uma versão norte-americana da Guerra do Pacífico foi serializada em todos os jornais do país no outono de 1945. Essa versão fez uso de “fontes irrepreensíveis” para apresentar a “verdade” sobre o passado recente “até que a história da culpa japonesa na guerra tenha sido amplamente revelada em todos os seus detalhes”.¹⁰ Além disso, um documentário de rádio com o título “Esta é a verdade!” (*shinsô wa kô da*) foi transmitido entre dezembro de 1945 e fevereiro de 1946 para inculcar a versão norte-americana do passado japonês nas mentes dos japoneses (AKIKO, 1990). Na Alemanha, foram mostrados documentários mostrando a libertação dos campos de concentração a uma população que, além disso, foi confrontada com seu passado genocida por meio de uma série de pôsteres em grande escala exibidos em várias cidades (BRINK, 1998).

A intervenção das forças de ocupação contribuiu e reforçou uma série de marcantes semelhanças nas interpretações dos japoneses e dos alemães ocidentais do passado recente. Ao mesmo tempo, porém, o contexto transnacional pode ajudar a explicar uma das diferenças mais significativas – a persistência de uma orientação amplamente conservadora entre os historiadores alemães, que permaneceram comprometidos com os princípios metodológicos de um “historicismo política e moralmente domado” (SCHULIN, 1979, p. 140), que contrastou radicalmente com a forte influência que o marxismo teve nos acadêmicos japoneses do pós-guerra. A historiografia marxista, é verdade, não foi de modo algum uma invenção do pós-guerra. Particularmente no campo da história econômica, remonta ao final da década de 1920. O intenso “debate sobre o capitalismo japonês” (*Nihon shihonshugi ronsô*), que ocorreu no início da década de 1930, foi o exemplo mais notável da nova perspectiva. No decorrer dos anos seguintes, no entanto, essas discussões foram reduzidas e seus protagonistas gradualmente foram removidos da academia japonesa. Após a derrota em 1945, os estudiosos marxistas foram chamados de volta às universidades, e o materialismo histórico logo emergiu como a escola de interpretação mais influente que, por quase uma década, efetivamente silenciou os historiadores mais tradicionais (e conservadores) (HOSTON, 1986).

Esse surgimento de uma hegemonia intelectual marxista foi, portanto, a continuação de uma tendência de longo prazo, ao mesmo tempo que pactuava com a política de ocupação. Por mais improvável que pareça, a pressão dos Estados Unidos para restabelecer acadêmicos da oposição em seus cargos anteriores se referiu

⁹ Esse tabu só foi superado quando o renomado historiador Hans Rothfels traduziu seu testemunho para o alemão em 1949. Cf. Steinbach (1994).

¹⁰ GHQ (Quartel General das Forças Armadas dos Estados Unidos no Pacífico), Artigos Históricos sobre a Guerra no Pacífico, GHQ/SCAP – Registros na Biblioteca Nacional da Dieta de Tóquio, Prateleira No. CIE (D) 05235, 05236, Caixa No. 5869, Classificação No. 840, 800, 000 e No. 000, 840, 1.

principalmente a estudiosos marxistas que, devido as suas posturas antiguerra, eram regularmente denominados “amigos da América” pelos documentos de ocupação. Mas, além de expurgos, reintegrações e políticas de recursos humanos, nos primeiros anos do pós-guerra houve um surpreendente grau de consenso entre as forças de ocupação e os marxistas japoneses. Em particular, o amplo programa de reformas que o quartel-general norte-americano havia projetado para o Japão do pós-guerra – uma nova constituição, a limitação do poder do *zaibatsu* e, mais importante, uma profunda reforma agrária – recebeu aprovação dos acadêmicos marxistas. As reformas norte-americanas basearam-se na convicção de que reminiscências feudais caracterizavam a sociedade e a política japonesas, e que essas reminiscências pareciam representar o tipo de modernização – uma “revolução burguesa” – que aos olhos marxistas tardava a chegar (CONRAD, 1999).

Na Alemanha Ocidental, a noção de um déficit estrutural que fez o fascismo parecer mais um resultado lógico do que uma aberração temporária – noção que os marxistas japoneses tão prontamente adotaram – foi recebida de modo muito menos favorável entre os historiadores. De fato, a maioria reagiu polemicamente contra as opiniões propagadas pelo consultor do Ministério das Relações Exteriores britânico, lorde Vansittart, que imaginou continuidades “de Bismarck a Hitler” (RADKAU, 1970; SOLCHANY, 1997, p. 5-24). O papel insignificante que as primeiras variações da “tese *Sonderweg*” cumpriu na Alemanha Ocidental – moeda corrente em sua encarnação japonesa nas primeiras décadas do pós-guerra – teve muito a ver com o fato de que a particular configuração da profissão histórica permaneceu praticamente inalterada. Além disso, no entanto, a aversão a interpretações de continuidade histórica deve ser situada no contexto do que poderia ser provisoriamente descrito como uma divisão do trabalho entre historiadores da Alemanha Oriental e Ocidental. Na mesma medida em que a interpretação da “catástrofe alemã” como resultado necessário da história alemã ganhou status hegemônico na Alemanha Oriental, ela perdeu credibilidade entre os historiadores da Alemanha Ocidental.¹¹

A historiografia da Alemanha Ocidental estava assim inscrita em uma matriz, com os Estados Unidos e a Alemanha Oriental como os dois principais pontos de referência. Essa dupla perspectiva esteve particularmente evidente na historiografia do período nazista, agora desenvolvida sob o rótulo de “história contemporânea” (*Zeitgeschichte*). As interpretações do passado recente, sustentava-se, precisavam ser eliminadas das distorções dos historiadores norte-americanos que não tiveram experiência direta da ditadura e, conseqüentemente, careciam da capacidade de “entender” a vida em um Estado totalitário. Somente aqueles que haviam vivido o Terceiro Reich e “suportado os desafios dos tempos” pareciam elegíveis para interpretar a história alemã (ROTHFELS, 1949). Desde o início, um dos propósitos do recém-fundado Instituto de História Contemporânea em Munique era manter as interpretações do passado recente firmemente nas mãos alemãs. O diretor do instituto, Hermann Mau, proclamou em 1950: “A pesquisa sobre a história do nacional-socialismo é uma tarefa alemã” (*apud* INSTITUT FÜR ZEITGESCHICHTE, 1975, p. 27). Ao mesmo tempo, a *Zeitgeschichte* da Alemanha Ocidental foi colocada contra a emergente ortodoxia da Alemanha Oriental e enfatizou a possibilidade de desenvolver pesquisas independentes, livres de fins propagandísticos. O foco na oposição alemã

¹¹ Para a historiografia da Alemanha Oriental, cf. Martin Sabrow (2001).

a Hitler, por exemplo, foi destinado não apenas a complementar as visões anglo-americanas, mas também a corrigir as distorções e “pseudoverdades do Oriente” (KLUKE, 1955, p. 7433).

Enquanto na Alemanha Ocidental as interpretações sobre o passado recente com frequência articulavam essa dupla referência, no Japão a principal orientação permaneceu em direção aos Estados Unidos. As vozes dos países asiáticos vizinhos dificilmente contribuíram para os pontos de vista a respeito dos tempos de guerra. Até certo ponto, esses dois aspectos estavam inter-relacionados. O papel hegemônico dos Estados Unidos, que não diminuiu após o fim da ocupação como resultado da Guerra Fria, também reforçou a ignorância em relação às perspectivas chinesa ou coreana. Um exemplo particularmente revelador diz respeito ao nome da guerra, que até 1945 havia sido glorificada como a “Grande Guerra do Leste Asiático” (*daitôa sensô*), termo proibido durante a ocupação. Em vez disso, “Guerra do Pacífico” foi trazida à baila como o nome oficial da Segunda Guerra Mundial no Japão. Esse termo, no entanto, destaca certos aspectos do conflito, especialmente a guerra japonesa contra os norte-americanos, iniciada com o ataque a Pearl Harbor, em 1941. O longo período de luta no continente asiático, com uma estimativa de mais de 20 milhões de vidas chinesas ceifadas, é marginalizado (MINEAR, 1995). De qualquer modo, essas intervenções terminológicas durante os dias de ocupação não foram simplesmente impostas aos japoneses, mas apropriadas e internalizadas por eles. Quando escreveu uma nova história da guerra, o historiador Ienaga Saburô (1968) produziu uma narrativa marxista que se concentrava nos eventos ocorridos na China. No entanto, optou por chamar seu livro de *Guerra do Pacífico* porque (como ele admitiu no prefácio), de outro modo, teria antecipado a ignorância dos leitores sobre o assunto da obra.¹² Alguns dos efeitos discursivos das intervenções norte-americanas sobreviveram após a retirada das forças de ocupação.

Ao mesmo tempo, o exemplo mostra que a posição privilegiada dos Estados Unidos conspirou para a marginalização do envolvimento militar do Japão na China e na Coreia durante a guerra. Nas décadas de 1960 e 1970, esse não foi um fenômeno excepcional, mas parte de um modelo geral. Isso ilustra o que Karatani Kôjin (1993) chamou de “desasianização” do discurso japonês do pós-guerra.¹³ Em certo sentido, isso pode ser interpretado como uma continuação de tentativas anteriores de “escapar da Ásia” (*datsu-a*) e inserir o Japão na história do Ocidente moderno. No campo da memória, isso levou à amnésia parcial sobre o passado expansionista do Japão. A agressão japonesa a outras nações asiáticas e a história da violência japonesa no continente asiático continuaram em grande parte sem discussão. A guerra apareceu, em primeiro lugar, como um conflito entre Japão e Estados Unidos. As atrocidades cometidas no continente asiático – o massacre de Nanjing, os experimentos bioquímicos da Unidade 731, a prostituição forçada em toda a Ásia – foram excluídos do debate. No discurso japonês, “Ásia” desapareceu em um vácuo historiográfico (ORR, 2001).

Isso não quer dizer que não houve qualquer tentativa de outras nações asiáticas de intervir na política de memória japonesa. Um exemplo disso são as extensivas negociações entre o Japão e a Coreia do Sul, entre 1951 e 1965, que levaram a um

¹² Em relação às diferentes abordagens terminológicas para se encarar a guerra, cf. o artigo de Reynolds (2003).

¹³ O filósofo Takeuchi Yoshimi, em seu *Kindai no chôkoku* (1983), argumentou de forma semelhante.

tratado de reparação e compensação. No processo das negociações, no entanto, a Coreia teve que desistir da ideia de um pedido de desculpas oficial por parte do governo japonês. As demandas por compensação material e pagamento de salários da mão de obra recrutada durante a guerra encontraram obstinada resistência por parte da delegação japonesa. Finalmente, reparações não foram pagas para compensar a opressão colonial, mas, como dizia a retórica oficial, foram pagas como parte de uma “ajuda financeira”. No contexto das relações assimétricas de poder e da lógica dicotômica do pensamento da Guerra Fria, a perspectiva sul-coreana sobre o passado comum não teve repercussões nos debates japoneses (FUHRT, 2002).

Na virtual ausência da Ásia, o principal referente da política e visão de mundo japonesas foram os Estados Unidos. No campo da historiografia, essa constelação se traduziu na importação maciça da teoria da modernização norte-americana, começando com a famosa conferência de Hakone, em 1960. Financiada pela Ford e pela Asia Foundation, a conferência fez parte de uma política decididamente anticomunista no Leste Asiático por apresentar o conceito de modernização sem ter a revolução como um padrão histórico (COBURN, 1969). Enquanto nos primeiros anos do período de ocupação encontramos afinidades surpreendentes entre as versões norte-americana e japonesa marxista sobre o passado japonês, a perspectiva trazida pela teoria da modernização era explicitamente antimarxista. No âmbito da teoria da modernização, o fascismo japonês apareceu apenas como uma aberração temporária para um caminho de sucesso em direção à modernidade (SAMON, 1968). Seu principal proponente, o historiador de Harvard Edwin O. Reischauer, enfatizou a natureza política dessa remodelação do passado japonês: “Esse marxismo clássico é nosso verdadeiro inimigo no Japão. Nunca me esquivei do ensejo de infligir um golpe contra ele. Obviamente, não se deve usar essas palavras. As palavras que uso são: ‘Adquirindo uma nova visão da história’” (*apud* HAROOTUNIAN, 1983, p. 207). Quando, em 1960, Reischauer foi nomeado embaixador dos Estados Unidos no Japão, esse casamento entre estudioso e político apenas sublinhou o fato de que as interpretações sobre o passado não são formadas no vácuo acadêmico. O cenário da Guerra Fria, como Harry Harootunian argumentou, “levou os japoneses a incorporar as expectativas norte-americanas a fim de efetuar uma narrativa sobre si mesmos, produzida por outros, em outros lugares”. A memória do passado recente foi inscrita em um contexto decididamente transnacional – e “o Japão dos Estados Unidos se tornou o Japão do Japão”, concluiu Harootunian (1983, p. 200, 215).

Enquanto o Japão permaneceu “desasianizado”, na Alemanha Ocidental as décadas de 1960 a 1980 podem ser caracterizadas pelo que o historiador Heinrich August Winkler (2000) chamou recentemente de “longo caminho da Alemanha para o Ocidente”. Em termos historiográficos, isso implicava o domínio da interpretação *Sonderweg* da história moderna alemã, que deve ser entendida como uma tentativa de inserir a Alemanha na história da Europa. Isso não quer dizer que a influência norte-americana tenha desaparecido. As abordagens norte-americanas continuaram sendo um fator importante, particularmente a partir da apropriação do trabalho de Max Weber pela teoria dos sistemas parsoniana e sua subsequente reimportação para a Alemanha. Ao mesmo tempo, a “Europa” emergiu como um ponto de referência complementar e, em sua encarnação particular e, principalmente, metafórica, como um tipo ideal weberiano. O alegado *Sonderweg* foi confrontado com uma suposta normalidade do noroeste da Europa, e a história moderna alemã foi interpretada através da medição de sua distância, sua diferença e seu desvio em relação a essa região. A preocupação

com a história comparada entre os historiadores sociais desde os anos 1980 é uma das consequências dessa abordagem. Não apenas em termos de trajetória histórica, mas também em perspectiva teórica e metodológica, a ascensão da história social (*Sozialgeschichte*) fez parte de uma tentativa de integrar a historiografia alemã na paisagem europeia (WELSKOPP, 1999).

O *Sonderweg* emergiu como a nova meta-história do passado alemão, não muito diferente do seu equivalente japonês nas décadas imediatas do pós-guerra. Nos dois países, essa interpretação permaneceu por muito tempo a metanarrativa mais influente.¹⁴ A principal diferença foi que ela permitiu à Alemanha Ocidental se tornar europeia, enquanto o Japão dificilmente se considerava asiático. No caso alemão, por um lado, esse desenrolar foi gerado pelo processo político da unificação europeia e também por vários tratados de reparação que compensavam as atrocidades alemãs durante a guerra.¹⁵ A dinâmica dessa situação política mais ampla repercutiu nas interpretações da história, que precisavam levar em conta a sua potencial recepção europeia. No Japão, por outro lado, na ausência de um movimento em direção à lealdade política, a Ásia permaneceu amplamente em um vácuo político e historiográfico. A marginalização da “Ásia” na memória japonesa do pós-guerra não foi tanto o produto de decisões conscientes, mas o efeito de um contexto internacional mais amplo. O silenciamento da “Ásia” correspondeu à grande divisão da Guerra Fria, à incorporação do Japão em uma ordem mundial ocidental/capitalista dominada pelos Estados Unidos. Sob o guarda-chuva do tratado de segurança com os norte-americanos, não havia espaço no discurso japonês para as preocupações de outras nações asiáticas. O Japão se considerava “ocidental” (cf., por exemplo, TADAO, 1947), e era tratado como a “Prússia do Oriente”. Nas palavras de Noam Chomsky (1991, p. 13), “É claro que a Europa agora inclui o Japão, o qual podemos considerar como um europeu honorário”.

A partir dos anos 1980, mais particularmente no decorrer dos anos 1990, o cenário da memória japonesa mudou de forma drástica. Essa mudança pode ser descrita como uma combinação de dois fenômenos: um aumento maciço das discussões sobre o período da guerra e o surgimento de novos atores nesses debates. Mais importante ainda, as vozes de outros países asiáticos foram ouvidas nas discussões acaloradas sobre o legado de guerra japonês. As intervenções deles não eram mais marginalizadas, mas recebiam uma resposta muitas vezes crítica e, às vezes, empática.

Não muito diferente de muitos outros países, o Japão nos anos 1990 testemunhou um intenso debate sobre questões de memória e recordação. As razões para esse notável aumento do interesse e da conscientização públicos são múltiplas. Algumas têm caráter mundial e contribuíram para uma tendência global nos debates sobre memória, enquanto outras são mais específicas ao arquipélago japonês. Para começar, a atual onipresença das discussões sobre o passado claramente tem uma dimensão geracional. Aqueles que experimentaram a guerra e ainda podem se lembrar dela não

¹⁴ Na Alemanha Ocidental, essa metanarrativa tornou-se hegemônica na medida em que o que era compreendido como *Sonderweg* japonês era interpretado como cópia direta do modelo alemão (cf. MARTIN, 1990).

¹⁵ A tentativa de adaptar interpretações do passado a um contexto europeu começou muito antes. Para um exemplo ilustrativo, cf. *Institut für Zeitgeschichte* (1957).

estarão vivos por muito mais tempo. Esse fator biológico contribuiu para a natureza acalorada de alguns conflitos recentes sobre questões como compensação pelo trabalho forçado e as “mulheres de conforto” a serviço das forças armadas japonesas. Além disso, a documentação e o testemunho da experiência pessoal se tornaram uma necessidade urgente no momento em que existem poucas testemunhas por perto. O extraordinário boom de histórias pessoais (*jibunshi*), de inúmeros “japoneses comuns”, também deve ser colocado nesse contexto (cf. BUCHHOLZ, 2002).

Mais importante ainda, o fim da Guerra Fria ajudou a abrir um novo espaço para debates e vozes dissidentes. A queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética não só tiveram efeitos nesses países, como também indicaram o fim da ordem mundial do pós-guerra em um sentido mais amplo. Com o desaparecimento da dicotomia Leste-Oeste, a clara estrutura dentro da qual todos os eventos foram dotados de significado político também desapareceu. Em muitos aspectos, os conflitos simbólicos sobre o significado do passado foram transferidos de lugar e substituídos pelos antagonismos ideológicos (GLUCK, 1996, 1993). Como resultado, podemos falar de uma “explosão” virtual de memória no Japão nos anos 1990. Após o “fim da história” (pelo menos o fim de uma história dominada por projetos universalistas), o discurso permanente sobre o passado corresponde a uma economia pós-ideológica de signos (YUMIKO, 2000).

O fim da primazia do antagonismo soviético-norte-americano afetou consideravelmente o cenário político no Japão. Uma das consequências foi o fim do monopólio político do Partido Liberal Democrata (PLD) em 1993. A dissolução do “sistema de 1955”, baseada no domínio do PLD conservador e em uma política externa e de segurança voltada exclusivamente para os Estados Unidos, correspondia a um debate renovado e contestado sobre o passado nacional silenciado nas décadas anteriores. O fim do monopólio do poder do PLD coincidiu com o colapso da economia da “bolha” no início dos anos 1990, e a recessão econômica subsequente também forneceu motivação para olhar para si mesmo e submeter a história recente do Japão a um exame crítico. Um último fator não deve ser esquecido: a morte do imperador Hirohito, chefe de Estado desde 1926, que, por sua simples presença, tornava virtualmente impossível discutir a responsabilidade de guerra (*sensô sekinin*) e a incapacidade de se prestar contas com o passado após 1945 (*sengo sekinin*) (BURUMA, 1994).

O efeito mais notável do fim da Guerra Fria foi a mudança que gerou no relacionamento do Japão com seus vizinhos asiáticos. Após um longo período de relativa alienação, o Japão estava novamente se aproximando da Ásia (HEIN, 1995). Esse desenrolar já havia começado na década de 1980 e foi influenciado, em particular, pelo crescimento econômico da Coreia do Sul, por exemplo. As conexões políticas e econômicas, bem como as trocas culturais, aumentaram desde então e, nesse contexto, a interpretação do passado nacional também sofreu mudanças palpáveis (GEROW, 2000). Em particular, as vozes das vítimas asiáticas do expansionismo japonês em tempos de guerra ganharam uma importância que não tiveram nas décadas anteriores. Essas mudanças complexas e fortalecedoras abriram a possibilidade de novas formas de contestação das versões hegemônicas da memória nacional.

O ressurgimento da “Ásia” não implica que outras conexões transnacionais não sejam mais relevantes. Pelo contrário: como demonstrou a controvérsia sobre a exposição Enola Gay em Washington, em 1995, a preocupação com as interpretações

norte-americanas do passado japonês não diminuiu.¹⁶ Outro caso interessante, particularmente em nosso contexto, é o modelo alemão que, a partir da década de 1980, foi instrumentalizado por grupos de oposição no Japão, que pressionavam por uma perspectiva mais crítica da história do país em tempos de guerra. O Japão, alegava-se, não havia “dominado o passado” o suficiente e deveria procurar um modelo na Alemanha Ocidental. O famoso discurso de 1985 do presidente alemão Richard von Weizsäcker, quarenta anos após o final da guerra, por exemplo, foi traduzido para o japonês e alcançou 29 edições em doze anos. Até mesmo o termo “dominar o passado” (*kako no kokufuku*) foi inventado em 1992 para traduzir o alemão *Vergangenheitsbewältigung*. A comparação com a Alemanha Ocidental estava envolta nos conflitos políticos da época e serviu como modelo para grupos de oposição; ao mesmo tempo, estava disponível à instrumentalização pelos seus oponentes políticos (KIICHIRO, 1983, p. 50; FUHRT, 1996; KENTARÔ, 1994; HÔEI, 1986; TAKEO, 1991).¹⁷

Não obstante esses exemplos de entrelaçamentos transnacionais, o desenvolvimento mais importante na década de 1990 foi o que poderia ser chamado de “Retorno da Ásia”.¹⁸ Na ocasião do cinquentenário do fim da guerra, em 1995, em particular, a demanda por uma desculpa oficial do governo japonês foi feita por muitos governos asiáticos e grupos da sociedade civil. Os debates no Japão não podem ser entendidos fora desse contexto mais amplo (cf. SERAPHIM, 1996). A representação da guerra nos livros escolares também permaneceu um terreno contestado, como demonstram amplamente os protestos chineses contra a utilização de um manual revisionista na primavera de 2001. As interpretações conflitantes do massacre de Nanjing são outro assunto de interesse público e de diálogo acadêmico. No curso das trocas acadêmicas, as posições “chinesa” e “japonesa” são negociadas, mas ao mesmo tempo sugerem a possibilidade de transcender a nacionalidade como um fator crucial para determinar a interpretação do passado (cf. YANG, 1999, 2001). A arena na qual a dimensão asiática da memória japonesa perde sua eficácia de forma mais proeminente, por fim, é na questão da compensação para as antigas “mulheres de conforto” (*jûgun ianfu*), mais precisamente prostitutas forçadas a serviço do exército japonês.¹⁹

O que chama atenção em todos esses debates não é apenas o grau em que as vozes anteriormente marginalizadas se fizeram ouvir e transformaram uma preocupação japonesa com o passado nacional em um esforço transnacional. Ao mesmo tempo, essas vozes se diversificaram. Nas primeiras décadas do pós-guerra, os governos falaram em nome dos interesses declarados de suas nações, e se insurgiram contra assuntos de livros escolares ou para corrigir o que consideravam interpretações defeituosas do papel do Japão no continente asiático nas décadas de 1930 e 1940. Além disso, questões relativas a reparações e compensações foram negociadas exclusivamente entre governos, enquanto reivindicações individuais não foram admitidas. Essa forma de representação, em alguns casos, levou a coalizões surpreendentes, como demonstra o exemplo da prostituição forçada, quando governos

¹⁶ Ver os artigos no volume 5, número 3, de 1997, da *Positions*.

¹⁷ Kanji (1994) adverte explicitamente sobre ver a Alemanha como modelo.

¹⁸ Certamente, a preocupação com assuntos asiáticos nunca esteve totalmente ausente dos debates japoneses. Veja, por exemplo, Naokichi, Shigeki e Masatoshi (1966); ver também Seifert (1977). Antes da década de 1980, no entanto, essas perspectivas permaneciam marginais.

¹⁹ Ver os artigos no volume 5, número 1, de 1997, da *Positions*.

japoneses e coreanos conspiraram para reprimir as alegações das antigas “mulheres de conforto”. Nos anos 1990, no entanto, as vozes aumentaram e minaram o monopólio governamental sobre a memória nacional. Indivíduos e grupos da sociedade civil de outras nações asiáticas começaram a desempenhar um papel de liderança no terreno instável da produção da memória japonesa. Por meio dessas intervenções variadas e discordantes, elas contribuíram para o surgimento do que Lisa Yoneyama (2001) chamou recentemente de “esferas públicas pós-nacionalistas na produção de conhecimento histórico”. A multiplicação de atores e as coalizões discursivas para além das fronteiras nacionais atestam a centralidade da política de memória no Japão contemporâneo, assim como o papel crucial da “Ásia” no contexto da formação da identidade japonesa (cf. FIELD, 1997).

A história da memória faz parte de uma história entrelaçada e transnacional. Os debates sobre o passado carregam os traços de um mundo globalizado que estão profundamente entalhados no que muitas vezes ainda é percebido como reino exclusivamente do nacional, de mentalidade e raciocínios peculiares. As várias trocas e intervenções para além das fronteiras nacionais introduzem múltiplas temporalidades em uma arena em que essas narrativas conflitantes do passado são negociadas. Às vezes, intervenções de fora delimitam o espaço discursivo dentro do qual o passado pode ser lembrado (por exemplo, a ocupação). Em muitos casos, no entanto, elas ajudaram a descentrar narrativas dominantes de uma história nacionalizada e, assim, contribuíram para uma pluralização do passado, o que Kang Sang-Jung (2005) chamou de “guerra civil da memória” no Japão contemporâneo. A complexa dialética de lembrar e esquecer – como a própria história – não se limita ao território de um Estado-nação.

Uma perspectiva que inclua em primeiro plano a integração transnacional da produção da memória pode contribuir para uma interpretação mais complexa das diferentes trajetórias das interpretações da Alemanha Ocidental e do Japão sobre seus “maus” passados, que têm sido frequentemente nublados pelo mito do caráter nacional. Essa perspectiva sugere que uma maneira supostamente mais autocrítica de lidar com a experiência de guerra na Alemanha Ocidental deve estar situada dentro de um processo de integração europeia e de múltiplas formas de intercâmbio discursivo. Ao mesmo tempo, ajuda a explicar a “explosão” dos debates japoneses sobre a guerra nos anos 1990, ultrapassando a conveniente narrativa de repressão, amnésia e, eventualmente, domínio crítico. Além disso, uma perspectiva transnacional sugere que o terreno modificado da produção de memória japonesa pode estar associado ao que eu escolhi chamar de “Retorno da Ásia” ao discurso japonês.

Isso não significa negar a importância de conflitos internos e a heterogeneidade dentro de determinada sociedade, que, por sua vez, sempre podem ser contextualizados dentro de uma arena transnacional maior. Mas enquanto a dicotomia de Ruth Benedict entre “culturas da culpa” e “culturas da vergonha” continuar a servir de explicação abreviada para um suposto processo de aprendizado alemão em contraste com a negação japonesa, o foco em “memórias entrelaçadas” pode servir como um complemento necessário. Dado o papel central da memória nas definições de um Eu nacional na virada do século XXI, essa perspectiva sugere que a própria identidade nacional é o produto – e não a pré-condição – de processos de interação transnacional, intercâmbio e entrelaçamento.

REFERÊNCIAS

AKIKO, Takeyama. Senryôka no hôsô: shinsô wa kô da. In: HIROSHI, Minami (ed.). *Zoku: Shôwa bunka 1945–1989*. Tokyo: Keisô Shobô, 1990.

BRAW, Monica Braw. *The Atomic Bomb Suppressed*. American Censorship in Occupied Japan. New York; London: Routledge, 1991.

BRINK, Cornelia. *Ikonen der Vernichtung. Öffentlicher Gebrauch von Fotografien aus nationalsozialistischen Konzentrationslagern nach 1945*. Berlin: De Gruyter Akademie Forschung, 1998.

BUCHHOLZ, Petra. *Schreiben und Erinnern: Über den Umgang mit der Vergangenheit in Japan*. München: Iudicium Verlag, 2002.

BURUMA, Ian. *Wages of Guilt: Memories of War in Germany and Japan*. New York: Farrar Strauss Giroux, 1994.

CHOMSKY, Noam. The New World Order. *Agenda*, v. 62, p. 13-15, 1991.

CHIIHIRO, Hosoya et al. (ed.). *The Tokyo War Crimes Trial*. An International Symposium. Tokyo: Kodansha, 1986.

COBURN, Judith. Asian Scholars and Government: The Chrysanthemum on the Sword. In: FRIEDMAN, Edward; SELDEN, Mark (ed.). *America's Asia: Dissenting Essays on Asian-American Relations*. New York: Pantheon Books, 1969. p. 67-107.

CONRAD, Sebastian. *Auf der Suche nach der verlorenen Nation: Geschichtsschreibung in Westdeutschland und Japan 1945–1960*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1999.

DORN, Walter L. Die Debatte über die amerikanische Besatzungspolitik für Deutschland (1944–45). *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*, München, v. 6, n. 1, p. 60-77, 1958.

DOWER, John. *Embracing Defeat*. Japan in the Wake of World War II. New York: W. W. Norton & Company, 1999.

FIELD, Norma. War and Apology: Japan, Asia, the Fiftieth, and After. *Positions*, Durham, v. 5, n. 1, p. 1-50, 1997.

FUHRT, Volker. Von der Bundesrepublik lernen? Der Vergleich mit Deutschland in der japanischen Diskussion über Kriegsschuld und Vergangenheitsbewältigung. *Japanstudien*, München, v. 8, n. 1, p. 337-353, 1996.

FUHRT, Volker. *Erzwungene reue: Vergangenheitsbewältigung und Kriegsschulddiskussion in Japan 1952–1998*. Hamburg: Verlag Dr. Kovac; Auflage, 2002.



GEROW, Aaron. Consuming Asia, Consuming Japan: The New Neonationalistic Revisionism in Japan. In: HEIN, Laura; SELDEN, Mark (ed.). *Censoring History. Citizenship and Memory in Japan, Germany, and the United States*. London: Routledge, 2000. p. 74-95.

GHQ (Quartel General das Forças Armadas dos Estados Unidos no Pacífico), Artigos Históricos sobre a Guerra no Pacífico, GHQ/SCAP – Registros na Biblioteca Nacional da Dieta de Tóquio, Prateleira No. CIE (D) 05235, 05236, Caixa No. 5869, Classificação No. 840, 800, 000 e No. 000, 840, 1.

GLUCK, Carol. The Past in the Present. In: GORDON, Andrew (ed.). *Postwar Japan as History*. Berkeley, CA: University of California Press, 1993. p. 64-95.

GLUCK, Carol. Das Ende der “Nachkriegszeit”. Japan vor der Jahrtausendwende. In: HIJIYA-KIRSCHNEREIT, Irmela (ed.). *Überwindung der Moderne? Japan am Ende des zwanzigsten Jahrhunderts*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996. p. 57-85.

GOLDHAGEN, Daniel J. *Hitler’s Willing Executioners*. Ordinary Germans and the Holocaust. London: Alfred A. Knopf, 1996.

HAROOTUNIAN, Harry D. America’s Japan/Japan’s Japan’. In: MIYOSHI, Masao; HAROOTUNIAN, Harry (ed.). *Japan in the World*. Durham, NC: Duke University Press Books, 1993. p. 196-221.

HEIN, Laura; HAMMOND, Ellen H. Homing in on Asia: Identity in Contemporary Japan. *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, Cambridge, Mass, v. 27, n. 3, p. 3-17, 1995.

HÔEI, Fujisawa. *Doitsujin no rekishi ishiki: Kyôkasho ni miru sensô sekininron*. Tokyo: Aki Shobô, 1986.

HÔEI, Fujisawa. Nihon no rekishi kyôkasho mondai to Nikkan kyôkasho kenkyû no igi. In: YASUSHI, Yamazaki; RUPRECHT, Ronald (ed.). *Rekishi to aidentitî. Nihon to doitsu ni totte no 1945nen*. Kyoto: Shibunkaku shuppan, 1993.

HOSTON, Germaine A. *Marxism and the Crisis of Development in Prewar Japan*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

INSTITUT FÜR ZEITGESCHICHTE (ed.). *Das Dritte Reich und Europa*. München: Verlag, 1957.

INSTITUT FÜR ZEITGESCHICHTE (ed.). *25 Jahre Institut für Zeitgeschichte. Statt einer Festschrift*. München: Verlag, 1975.

JACOBMEYER, Wolfgang (ed.). *Zum pädagogischen Ertrag der deutsch-polnischen Schulbuchkonferenzen der Historiker 1972–1987*. Braunschweig: Georg Eckert Institut, 1989.

- JUN, Etô. *Tozasareta gengo kûkan: Senryôgun no ken'etsu to sengo Nihon*. Tokyo: Bungei Shunju, 1994.
- JUN, Etô. *Wasureta koto to wasuresaserareta koto*. Tokyo: Bungei Shunjûsha, 1979.
- KANJI, Nishio. *Kotonaru higeki: Nihon to Doitsu*. Tokyo: Bungei Shunju, 1994.
- KENTARÔ, Awaya. *Tokyo saibanron*. Tokyo: Ôtsuki Shoten, 1989.
- KENTARÔ, Awaya (ed.). *Sensô sekinin – sengo sekinin: Nihon to Doitsu wa dô chigau ka*. Tokyo: Asahi shinbunsha, 1994.
- KERSTEN, Rikki. Ne-nationalism and the “Liberal School of History”. *Japan Forum*, v. 11, n. 2, p. 191-203, 1999.
- KIICHIRO, Ôishi. Die vergangenheit in der gegenwart: Die Frage der “Kriegsschuld” in Japan. *Chôiki: Bunka kagaku kiyô*, v. 3, p. 40-55, 1983.
- KIYOKO, Horiba. *Genbaku Hyôgen to kenetsu*. Tokyo: Doyô Bijutsusha, 1995.
- KLUKE, Paul. Aufgaben und Methoden zeitgeschichtlicher Forschung. *Europa-Archiv (Internationale Politik)*, Berlin, v. 10, p. 7429-7438, 1955.
- KÔJIN, Karatani. The Discursive Space of Modern Japan. In: MIYOSHI, Masao; HAROOTUNIAN, Harry (ed.). *Japan in the World*. Durham, NC: Duke University Press, 1993. p. 288-315.
- MARTIN, Bernd. Verhängnisvolle Wahlverwandtschaft. Deutsche Einflüsse auf die Entstehung des modernen Japan. In: DÜLFFER, Jost *et al.* (ed.). *Deutschland in Europa: Kontinuität und Bruch*. Frankfurt: Propyläen Verlag; Auflage, 1990. p. 97-116.
- MINEAR, Richard H. *Victor's Justice: The Tokyo War Crimes Trial*. New Jersey: Princeton University Press, 1972
- MINEAR, Richard H.. Nihon no rekishika to sensô. 1945–1965nen. In: MASANORI, Nakamura *et al.* (ed.). *Sengo Nihon: Senryô to sengo kaikaku*. Tokyo: Iwanami Shoten, 1995. v. 5 [Kako no seisan], p. 133-156.
- MITSCHERLICH, Alexander; MITSCHERLICH, Margarete. Die Unfähigkeit zu trauern. München: Piper Verlag, 1968.
- NAOKICHI, Ubukata; SHIGEKI, Tôyama; MASATOSHI, Tanaka (ed.). *Rekishizô saikôsei no kadai: Rekishigaku no hôhô to Ajia*. Tokyo: Ochanomizu Shobô, 1966.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard. 1984-1992. 7 v.
- ORR, James. *The Victim as Hero: Ideologies of Peace and National Identity in Postwar Japan*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2001.

RADKAU, Joachim. Die Exil-Ideologie vom “anderen Deutschland” und die Vansittartisten. Eine Untersuchung über die Einstellung der deutschen Emigranten nach 1933 zu Deutschland. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, Bonn, v. 2, p. 31-48, 1970.

REIKO, Yamamoto. *Senryōka ni okeru kyōshoku tsuihō*: GHQ, SCAP monjo ni yoru kenkyū. Tokyo: Meisei Daigaku Shuppanbu, 1994.

REYNOLDS, David. The Origins of the Two “World Wars”: Historical Discourse and International Politics. *Journal of Contemporary History*, London, v. 38, n. 1, p. 29-44, 2003.

ROTHFELS, Hans. *The German Opposition to Hitler*. Chicago: Kirk Press, 1948.

SABROW, Martin. *Das Diktat des Konsenses. Geschichtswissenschaft in der DDR 1949–1969*. München: De Gruyter Oldenbourg, 2001.

SABURŌ, Ienaga. *Taiheiyō sensō*. Tokyo: Iwanami Shoten, 1968.

SAMON, Kinbara. *Nihon kindaika'ron no rekishizō*: Sono hihanteki kentō e no shiten. Tokyo: Chūō Daigaku Shuppanbu, 1968.

SANG-JUNG, Kang. The Imaginary Geography of a Nation and Denationalized Narrative. In: CALICHMAN, Richard F. New York: Columbia University Press, 2005. p. 71-100.

SCHULIN, Ernst. *Traditionskritik und Rekonstruktionsversuch*. Studien zur Entwicklung von Geschichtswissenschaft und historischem Denken. Göttingen: Vandenhoeck, 1979.

SCHULZE, Winfried. *Deutsche Geschichtswissenschaft nach 1945*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 1993.

SEIFERT, Wolfgang. *Nationalismus im Nachkriegs-Japan*: Ein Beitrag zur Ideologie der völkischen Nationalisten. Hamburg: Institut für Asienkunde, 1977.

SERAPHIM, Franziska. Der Zweite Weltkrieg im öffentlichen Gedächtnis Japans: Die Debatte zum fünfzigsten Jahrestag der Kapitulation. In: HIJIYA-KIRSCHNEREIT, Irmela (ed.). *Überwindung der Moderne? Japan am Ende des zwanzigsten Jahrhunderts*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1996. p. 25-56.

SOLCHANY, Jean. *Comprendre le nazisme dans L'Allemagne des années zéro (1945-1949)*. Paris: Presses universitaires de France, 1997.

STEINBACH, Peter. Widerstand im Dritten Reich: die Keimzelle der Nachkriegsdemokratie? Die Auseinandersetzung mit dem Widerstand in der historischen politischen Bildungsarbeit, in den Medien und in der öffentlichen Meinung nach 1945. In: UEBERSCHÄR, Gerd R. (ed.). *Der 20 Juli 1944*. Bewertung

und Rezeption des deutschen Widerstandes gegen das NS-Regime. Köln: Bund-Verlag, 1994. p. 79-100.

TADAO, Umesao. Bunmei no seitai shikan josetsu. *Chûô kôron*, v. 72, n. 822, p. 32-49, 1957.

TAKEO, Satô. Doitsu no sengo hoshô: Nihon no mohan ka. *Sekai*, v. 561, p. 296-309, 1991.

TAKUMI, Satô. The System of Total War and the Discursive Space of the War on Thought. In: YAMANOUCHI, Yasushi; KOSCHMANN, J. Victor; NARITA, Ryûichi (ed.). *Total War and 'Modernization'*. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 289-313.

VON HASSEL, Ulrich. *Vom anderen Deutschland*. Zürich: Europa Verlag, 1946.

VON SCHLABRENDORFF, Fabian. *Offiziere gegen Hitler*. Zürich: Europa Verlag, 1946.

WELSKOPP, Thomas. Westbindung auf dem "Sonderweg": Die deutsche Sozialgeschichte vom Appendix der Wirtschaftsgeschichte zur Historischen Sozialwissenschaft. In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (ed.). *Geschichtsdiskurs*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999. v. 5, p. 191-237.

WEYER, Johannes. *Westdeutsche Soziologie 1945–1960*: Deutsche Kontinuitäten und nordamerikanischer Einfluß. Berlin: Duncker & Humblot, 1984.

WINKLER, Heinrich August. *Der lange Weg nach Westen*. München: C.H. Beck Verlag; Auflage, 2000. 2 v.

ROTHFELS, Hans. *Die deutsche Opposition gegen Hitler*: Eine Würdigung. Krefeld: Manesse-Verlag, 1949.

YANG, Daqing. Convergence or Divergence? Recent Historical Writings on the Rape of Nanking. *American Historical Review*, Washington, n. 104, p. 842-865, 1999.

YANG, Daqing. Contested History: Re-presenting the Nanjing Massacre in Postwar Japan and China. In: FUJITANI, Takashi *et al.* (ed.). *Perilous Memories: The Asia Pacific Wars*. Durham, NC: Duke University Press, 2001. p. 50-86.

YONEYAMA, Lisa. Transformative Knowledge and Postnationalist Public Sphere: The Smithsonian Enola Gay Controversy. In: FUJITANI, Takashi *et al.* (ed.). *Perilous Memories: The Asia Pacific Wars*. Durham, NC: Duke University Press, 2001. p. 323-346.

YOSHIMI, Takeuchi. *Kindai no chôkoku*. Tokyo: Fuzambô, 1983.

YUMIKO, Iida. Between the Technique of Living an Endless Routine and the Madness of Absolute Degree Zero: Japanese Identity and the Crisis of Modernity in the 1990s. *Positions*, Durham, v. 8, p. 423-464, 2000.

NOTAS

AUTORIA

Sebastian Conrad: Doutor. Universitätsprofessor, Freie Universität Berlin, Friedrich-Meinecke-Institut, Berlin, Alemanha.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Koserstraße 20, Room A 355, 14195, Berlin, Germany.

TRADUTORES

Flávia Florentino Varella. <https://orcid.org/0000-0001-7123-8807>. E-mail: flavia_varella@hotmail.com. Doutora. Professora adjunta, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

Rodrigo Bragio Bonaldo. <https://orcid.org/0000-0002-3938-5169>. E-mail: rodrigobonaldo@yahoo.com.br. Doutor. Professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo originalmente publicado com a seguinte referência: Conrad, Sebastian (2003). Entangled Memories: Versions of the Past in Germany and Japan, 1945–2001. *Journal of Contemporary History*, Vol 38(1), 85–99. Copyright © 2003 SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi. Reprinted with permission. Esta tradução possui a permissão do autor Sebastian Conrad e da SAGE Publications.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Rodrigo Bonaldo

Como citar: CONRAD, Sebastian. Memórias entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 130-148, jan./abr. 2020.



HISTÓRIA INTELECTUAL EM PERSPECTIVA GLOBAL: LETRADOS, IDEIAS E REDES NA AMÉRICA LATINA

Intellectual History in Global Perspective: Literate, Ideas and Networks
in Latin America

Cairo de Souza Barbosa^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5718-3931>
E-mail: cairosbarbosa@gmail.com

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil



COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. *Nas tramas da 'cidade letrada': sociabilidades dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018. 272 p.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais. Redes. Transnacionalidade.

KEYWORDS

Intellectuals. Networks. Transnationality.

No campo das humanidades, em especial na historiografia, os estudos que envolvem intelectuais e letrados, até pouco tempo, centravam-se em perspectivas analíticas ligadas à história das ideias ou à história de caráter biográfico de corte sociológico. Nessas abordagens, prezavam-se tanto o conjunto do “pensamento” produzido por determinadas figuras, entendido como corpo intelectual apartado de dinâmicas e conflitos sociais – isto é, como “engenho mental” –, quanto os aspectos descritivos da vida pessoal ou profissional de determinado personagem. Essas leituras priorizavam aquilo que é estático, imóvel, constante, acabado em detrimento dos contatos, das trocas, das interações, dos trânsitos e intercâmbios que dão sentido e tonalidade a determinados produtos intelectuais.

Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidades dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais, lançado em 2018 pela editora Fino Traço, é um livro que contribui para esses debates. Organizada por Adriane Vidal Costa, professora de História da América na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Claudio Maíz, professor de Literatura Hispano-americana Contemporânea na Universidade Nacional de Cuyo (UNCuyo), esta obra reúne ensaios de importantes estudiosos latino-americanos de diversos países do continente. O corte transversal que dá sentido ao livro é a reunião de textos que se preocupem especialmente com a história da cultura – tanto com os próprios discursos intelectuais como com os aspectos sociológicos ligados à organização e ao intercâmbio entre letrados e intelectuais. Em termos gerais, os artigos são estruturados a partir de quatro grandes eixos: epistolários, exílios, revistas e instituições. O cenário de fundo são as amplas transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais passou a América Latina, especialmente no final do século XIX e ao longo de todo o século XX.

Entretanto, para além da dualidade discurso-biografia, o livro foi concebido na esteira das novas possibilidades de pesquisa abertas no campo da história intelectual, em sua interface com algumas perspectivas ligadas aos estudos de história global, que têm determinado e promovido uma série de transformações estruturais e densas nas abordagens relacionadas às práticas letradas e intelectuais. As mudanças passam, sobretudo, por um olhar que extrapola as fronteiras nacionais, afastando-se dos pressupostos fundacionais da disciplina que, ao menos desde o século XIX, faziam com que o Estado-nação fosse o objeto primário de estudos. Esse novo momento da historiografia parece coincidir, em grande termo, com o que David Armitage (2015) chama de “giro internacional” da história intelectual, a partir do qual passaram a ser examinados com mais afinco processos, movimentos e instituições que vão além das fronteiras territoriais rigidamente definidas. São exemplos de estudos as questões relacionadas ao meio ambiente, ao crime organizado, às epidemias, às corporações, às religiões e, poderíamos acrescentar, à produção de pensamento e aos discursos intelectuais, tema geral da coletânea.

Em certa medida, alguns traços dessa possível “virada global”, em especial no caso da história intelectual latino-americana, já estavam esboçados na própria gênese desse campo de estudos no final do século XX, sobretudo a partir da importância basililar exercida por *Transculturación narrativa en América Latina* (1982), de Ángel Rama. A obra do crítico uruguaio procura pensar a formação da cultura do continente a partir da noção de transculturação, que implica, no plano discursivo, um jogo de apropriação, reelaboração e transformação de conceitos, palavras, vocabulários e termos. Nesse caso, já estava lançada a percepção de que as ideias eram tecidas a partir de dinâmicas de trocas e disputas intelectuais, não com base em relações

enrijecidas entre sujeito e obra. Tal livro marcou, de maneira decisiva, as posteriores sondagens teóricas relacionadas ao estudo de produção de ideias, de práticas letradas e de discursos intelectuais.

No livro aqui resenhado, o espaço que serve de arena para a produção, veiculação, circulação e recepção desses discursos é a “cidade letrada”, uma referência direta a *La ciudad letrada* (1984), do mesmo Ángel Rama, obra em que analisa, a partir do e no contexto latino-americano, a relação entre produção de ideias, experiência intelectual, mundo urbano e relações de poder. No caso de Vidal e Maíz, parte-se dessa noção para elaborar a questão central que permeia toda a obra: a centralidade das redes intelectuais na articulação de tramas de relações que constroem e consolidam ideias, pensamentos, discursos e teorias no espaço da América Latina, sobretudo no século XX. Trata-se não somente de uma ruptura definitiva com os limites cristalizados por certa historiografia tradicional, que restringia e circunscrevia alguns enunciados linguísticos aos limites da comunidade imaginada nacional (ANDERSON, 2008), mas também de prezar pela análise de circulações, sociabilidades, redes e intercâmbios de determinados intelectuais em diversos espaços.

Diante da imensidão de questões que vêm à tona a partir da obra, é preciso destacar, portanto, dois traços teóricos recorrentes nos textos elencados na coletânea: a dimensão transnacional das ideias e a articulação de pensamentos a partir da disposição em redes intelectuais. À luz dessas novas aberturas do campo historiográfico, Vidal e Maíz conseguiram reunir textos que, em primeiro lugar, ampliaram o “olhar geográfico”, se ocupando não somente de macroperspectivas, mas também de conceitos espaciais alternativos, pensando objetos (discursos, ensaios, enunciados) que, na circulação transnacional ou translocal, se estabeleceram a partir de intercâmbios, interrelações e trocas de diversas naturezas, algo típico dos estudos de história global (CONRAD, 2017). Além disso, foram além de uma abordagem que tivesse por preocupação apenas “desvendar” as tramas das sociabilidades que dão sentido sociológico à colocação de determinados intelectuais em dados contextos. Assim, entendem que a historicidade do produto intelectual depende não somente do engenho individual de cada autor, mas sobretudo das teias e redes de relacionamentos e trocas que estabelecem com múltiplos contextos.

No artigo de abertura, “De los cuasi-grupos a los colégios invisibles: distintos modos de pensar la interacción entre intelectuales latinoamericanos durante el siglo XX”, de Alejandro Paredes, tem-se uma discussão de caráter teórico-metodológico sobre conceitos utilizados na análise da construção e consolidação de vínculos intelectuais, procurando descrever as características dessas sociabilidades entre letrados a partir da diversidade de níveis de organização. No texto, a noção de “redes intelectuais” aparece dotada de um caráter sistemático e sistêmico, isto é, diz respeito a um conjunto de pessoas que se ocupam não somente de interações frequentes, mas especialmente da produção e difusão de conhecimento constantes a partir de sua atividade profissional. Por isso, especialmente na América Latina, por conta da distância espacial, são construídas em espaços geográficos transnacionais e/ou internacionais. Não são apenas contatos pessoais feitos para além das fronteiras nacionais; antes, Paredes defende que a importância das redes reside no fato de que é a partir delas que se intensificam as trocas, apropriações, recepções e construções entre intelectuais e letrados de diversas regiões do mundo.

O texto seguinte, “Iniciación en la utopia de América: la correspondencia como soporte del proyecto intelectual”, de Marcela Croce, procura discutir a troca de cartas

entre o caribenho Pedro Henríquez Ureña e o mexicano Alfonso Reyes no início do século XX. A questão central é pensar como a relação entre essas duas figuras representa, de forma bastante consistente, a maneira como intelectuais consolidaram suas obras de forma intersubjetiva no espaço latino-americano. Em outros termos, Croce pensa as afinidades teóricas e historiográficas entre eles como forma de entender a construção de visões de mundo e posições ideológicas compartilhadas no espaço continental, especialmente no que tange à perspectiva de uma utopia da América. Não se trata, porém, de engessar e igualar completamente Ureña e Reyes; antes, a ideia central é ver como tal relação, estabelecida especialmente a partir de um amplo epistolário, representa um microcosmo de conexões entre letrados, obras, ideias e discursos com desavenças, concordâncias, proximidades e, sobretudo, disputas e tensões em torno da ideia de uma “unidade continental”, tópico central do debate público latino-americano ao longo dos séculos XIX e XX.

Jorge Myers, em “El epistolario como conversación humanista: la correspondencia intelectual de Alfonso Reyes y Genaro Estrada 1916-1939”, também parte de um conjunto de correspondências para propor uma análise sobre formas de comunicação a distância estabelecida por intelectuais latino-americanos. Para ele, tais missivas tinham, no século XX, algumas funções primordiais: a confrontação de pontos de vista; a definição do próprio pensamento na interface com as ideias produzidas em grupo; a justificação *a posteriori* de posições tomadas em determinados debates; a projeção à posteridade da própria representação em torno da figura intelectual na cena pública. Ao analisar a troca de cartas entre Reyes e Estrada, o autor procura mostrar, em primeiro lugar, como foi central nos debates entre letrados do continente a tentativa de elaborar interpretações histórico-culturais das sociedades latino-americanas a partir de um amplo repertório teórico e filosófico. Segundo ele, as epístolas servem também para compreender a evolução de obras, a mudança de opiniões, a alteração de universos de interlocução e a existência de projetos não concretizados.

Em “La circulación de las ideas, una conceptualización: el caso de la teología latinoamericana en Corea del Sur”, Eduardo Devés-Valdes analisa exatamente a circulação internacional das ideias, princípios e leituras da teologia da libertação em sua chegada à Coreia do Sul. Nesse texto, tem-se uma inversão interessante: em vez de se estudar a influência do repertório intelectual e político externo, especialmente europeu, na América Latina, analisa-se o impacto de uma corrente teológica cristã latino-americana no espaço asiático. Essa inversão da “disjuntiva periférica” aponta para a ação, no plano da circulação de ideias no Pacífico, de figuras “energizadoras” e de “canais” de divulgação. O primeiro diz respeito a pessoas, organismos ou Estados que têm a função de mediar e transportar ideias, difundindo-as em espaços de ampliação de conhecimento. Já os canais, que podem ser presenciais ou não, têm a ver com os espaços específicos de divulgação desses pensamentos. Contudo, não se trata de uma abordagem que toma a divulgação de ideias como um processo natural e espontâneo; antes, Devés-Valdes entende que um jogo truncado de relações de poder no ambiente coreano estabeleceu a forma de recepção e apropriação de referências, noções e percepções da teologia da libertação.

No artigo de Claudio Maíz, “Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo”, a questão das publicações periódicas é analisada não somente à luz da possibilidade de exposição de múltiplos conteúdo discursivos, mas também como modo especial de ligação de intelectuais em redes. Para tanto, é preciso que haja uma identificação entre

objetivos comuns, linguagem homogênea e políticas de amizade, que no fundo animam as próprias relações estabelecidas em torno dessas composições – como é o caso, segundo ele, tanto do romantismo como do modernismo na América Latina. Recusando as noções de influência e de geração, Maíz procura pensar as dinâmicas de vinculação entre letrados a partir de uma tríade importante: os lugares de encontro e atividade, os meios de expressão e comunicação e a complexa rede de relações tecidas ao seu redor.

No artigo “Uma proposta teórico-metodológica para o estudo de redes intelectuais latino-americanas formadas nos exílios nas décadas de 1960 e 1970”, Adriane Vidal Costa procura pensar a experiência do desterro intelectual na América Latina na segunda metade do século XX como marca de distinção no que tange à costura de laços afetivos, espaços de sociabilidade e circulação de ideias. Ao partir de uma abordagem que lança luz ao caráter transnacional desses discursos, Vidal procura pensar a necessidade de se abordar três questões fundamentais: a conexão do intelectual com redes latino-americanas como forma de garantir legitimação e projeção pública, mas também refúgio e amparo na situação de exílio; perceber, a partir disso, a necessidade e a possibilidade de compartilhamento de experiências entre essas figuras; e, por fim, indicar que, mesmo diante desse cenário, tais redes servem, é claro, à autopromoção, a partir da produção e difusão de ideias. O ponto central do texto aposta na percepção de que as ideias estão em constante circulação e por isso tornam-se híbridas.

Claudia Wasserman assina “Democracia e ditadura no Brasil e na Argentina: o papel dos intelectuais”, artigo que mais se afasta da proposta central do livro. O texto procura pensar, de um ponto de vista mais tradicional, o papel dos intelectuais no Brasil e na Argentina nos anos 1980 a partir dos debates sobre democracia e ditadura. A perspectiva da autora procura analisar o ambiente e o contexto sociocultural no período da transição dos estados de exceção à abertura democrática, partindo da hipótese central de que algumas figuras intelectuais alteraram substancialmente suas visões de mundo, suas ideologias e seus projetos políticos após a experiência de vida nos regimes ditatoriais. Mas há, também, segundo a autora, uma redefinição do próprio papel do intelectual na esfera pública: o intelectual engajado e comprometido dos anos 1960 e 1970 que deu lugar à figura mais independente e menos insurrecional, preocupada agora, sobretudo, com problemas da ordem prática e imediata, e com as discussões mais institucionais sobre a redemocratização dos países latino-americanos. Wasserman procura mobilizar as noções de “esperança”, “ilusão” e “frustração” para falar da experiência desses intelectuais em um período de intensa imprevisibilidade e de abertura de novos horizontes de futuro.

Em “Historia intelectual, contextos de la escritura y redes”, artigo de Carlos Henrique Armani, a discussão gira em torno da relação entre um texto e um conjunto de múltiplos contextos que o informam. A hipótese central do autor é que, do ponto de vista teórico, intelectuais e letrados produzem suas obras a partir de relações estabelecidas com o mundo à sua volta, mas também com outros sujeitos históricos, em um entrelaçamento intersubjetivo entre o “eu” do discurso e o espaço que circunda a experiência pessoal. Para ele, o estudo de redes intelectuais na América Latina aprofunda a forma de compreensão simplificadora que opunha texto/contexto. Partindo de um amplo debate ancorado sobretudo na filosofia alemã a partir de Heidegger, Armani procura discutir de forma complexa a noção de historicidade do contexto, isto é, a percepção de que os discursos e as ideias, longe de serem um “engenho

mental”, são produzidos por um sujeito cognoscente completamente enraizado em determinada experiência histórica da qual extrai, a partir de redes de conexões, conceitos, significados, noções e sensações que dão forma à obra produzida.

O artigo “Redes de Estudos Andinos, um marco da comarca latino-americana”, de Rômulo Monte Alto, busca discutir a importância da Rede de Estudos Andinos no Brasil em meio aos estudos latino-americanos. Para tanto, parte da ideia de “comarca”, elaborada especialmente por Ángel Rama, que indica a necessidade de pensar não somente a América Latina como unidade de sentido, mas também os espaços “balcanizados” que funcionam a partir de lógicas socioculturais muito específicas, ainda que não desvinculados por completo das questões mais amplas ligadas à formação continental. O percurso analítico perpassa uma discussão conceitual sobre o termo “andino”, em sua relação fundamental com a própria noção de “América Latina”; depois, avança para um exame da relação entre a zona andina e o continente a partir dos limites e funcionalidades colocados na interligação entre as duas áreas. Aqui há, claramente, um exercício de diluição das fronteiras tradicionais, avançando, do ponto de vista da pesquisa histórica, para a análise de espaços que se interconectam não somente a partir de sentidos cristalizados, mas também, e sobretudo, por suas dinâmicas culturais próprias de caráter local.

Por fim, o estudo “América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945)”, de autoria de Natally Vieira Dias, se aprofunda na formação de uma rede continental de intelectuais indigenistas que, mesmo sem um contato físico direto, articularam programas coletivos a partir de publicações em revistas e suplementos literários. Tal conexão é fruto da atuação do Instituto Indigenista Interamericano, criado em 1940, entidade de caráter transnacional que fomentava políticas indigenistas em diversos países do continente. O artigo analisa fundamentalmente tramas, nuances, choques e dissensos que levaram às intensas conexões entre os intelectuais que atuaram no projeto e criaram determinado movimento ideológico no espaço continental. Ao operar com uma ampliação do espaço geográfico para além da fronteira nacional, contribui também para pensar uma superação dos espaços cristalizados por determinada historiografia.

No geral, o conjunto de artigos versa sobre questões comuns: intelectuais, espaços de diálogo e interlocução, formação de redes de contato e conexão, a relação entre letrados e esferas públicas de poder etc. De forma específica, alguns textos avançam nesses debates partindo de percepções que extrapolam os marcos espaciais tradicionais, pensando a dimensão transnacional e continental de ideias, conhecimentos e sentimentos. A importância do livro, que não pode ser atribuída apenas à qualidade dos artigos que compõem a coletânea ou ao reconhecido mérito dos autores que assinam os textos, reside na tentativa de propor – mas não necessariamente realizar – uma ampliação do escopo analítico caro ao campo da história intelectual, pensando não somente novas fontes e novos objetos, mas também novos espaços de elaboração, circulação e troca de ideias e pensamentos.

Entender a centralidade desses novos estudos significa incorporar às análises de história intelectual um repertório teórico-metodológico que volta suas preocupações não para as dinâmicas internas, locais ou nacionais, mas para o entrelaçamento complexo de lugares múltiplos, de temporalidades diversas, pautando menos o que é estático, imóvel e conclusivo e mais o que é intercambiável e fluído. Perceber que um

objeto de análise é, ele próprio, construído a partir de uma teia de significados que se conectam por meio de relações assimétricas postas no mundo prático faz com que uma prática intelectual, por exemplo, seja retirada de seu lugar naturalizado e ganhe uma nova historicidade.

O livro organizado por Vidal e Maíz, portanto, realiza esse esforço de superação da abordagem usual ligada à tradicional história das ideias e à história sociológico-biográfica. Mas não só isso: acaba por incorporar, ainda que parcialmente, alguns pressupostos fundamentais do que se convencionou chamar, *lato sensu*, de história global – isto é, uma forma específica de pensar o passado desde uma perspectiva global, lugar a partir do qual o historiador procura produzir seu enunciado historiográfico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARMITAGE, David. A virada internacional na história intelectual. Traduzido por Fábio Sapragnas Androni. *Intelligere*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-15, dez. 2015.

CONRAD, Sebastian. *Historia global: una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica, 2017.

COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. *Nas tramas da 'cidade letrada': sociabilidades dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1984.

RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982.

NOTAS

AUTORIA

Cairo de Souza Barbosa: Mestre. Doutorando, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Marquês de São Vicente, 225, 22451-900, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

À professora Adriane Vidal Costa, pela interlocução em minha qualificação de mestrado, que me serviu de combustível para a realização desta resenha; à minha orientadora, Maria Elisa Noronha de Sá, e a Pedro Demenech, pelos laços tecidos nos últimos anos.

FINANCIAMENTO

Esta resenha foi financiada com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo 88887.342233/2019-00.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Esta resenha está licenciada sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Mamigonian

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de setembro de 2019

Aprovado em: 9 de novembro de 2019

Como citar: BARBOSA, Cairo de Souza. História intelectual em perspectiva global: letrados, ideias e redes na América Latina. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 149-156, jan./abr. 2020. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: COSTA, Adriane Vidal e MAÍZ, Claudio. Nas tramas da 'cidade letrada': sociabilidades dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018. 272 p.

